

Vera Vieira
Clara Charf
(Orgs.)



**MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

São Paulo
2012

Vera Vieira
Clara Charf
(Orgs.)



**MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

São Paulo
2012

Título:
**Mulheres e Homens
trabalhando pela Paz e contra
a Violência Doméstica**

Organizadoras:
**Vera Vieira
Clara Charf**
(Orgs.)

Editora:
Associação Mulheres pela Paz

Capa e edição de arte:
Angela Mattos

Transcrição das gravações:
Walkíria Ferraz

Gravação e sistematização Oficina SBC/SP:
Sônia Aparecida da Silva

Sistematização e Revisão:
Denise Gomide
(Interativa Palavras)

Fotolito e impressão:
Enggraf

Local:
São Paulo

Ano da Publicação:
2012

Edição:
1ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a
violência doméstica / Vera Vieira, Clara Charf,
(orgs.). -- São Paulo : Associação Mulheres
pela Paz, 2012.

Bibliografia.
ISBN 978-85-63885-01-2

1. Educação popular 2. Feminismo 3. Homens -
Psicologia 4. Identidade de gênero 5. Oms 6. Paz
7. Violência contra mulheres 8. Violência familiar
9. Vítimas de violência familiar I. Vieira, Vera.
II. Charf, Clara.

12-13467

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

**1. Violência doméstica : Intervenção : Educação
popular feminista 370**



MUDAR É UM ATO DE CORAGEM

É aceitação plena e consciente do desafio.
É trabalho árduo para hoje, é trabalho duro para
agora e os frutos só virão amanhã,
quem sabe, tão distante.

Mas quando temos a certeza de estarmos no rumo
certo, a caminhada é tranquila.

E quando temos fé e firmeza de propósitos, é fácil
suportar as dificuldades do dia a dia.

A caminhada é longa; muitas pessoas ficarão à
margem, outras vão sair da estrada.

É assim mesmo.

Mas as que ficarem chegarão, com certeza.

Olhe bem ao seu redor.

As outras pessoas também têm problemas e
dificuldades como você.

E têm muitas dúvidas sobre o novo.

Converse com elas, diga como se sente
e pensa, fale das mudanças.

Não feche a janela em que você se debruça; convide
quem está a seu lado para que venha ver
da mesma perspectiva.

Assim, todas e todos nós iremos tentando descobrir,
a cada dia, novas formas de viver e trabalhar.

Assim, em pouco tempo, nos convenceremos
de que não é tão difícil mudar.

Autora desconhecida

Fonte: Fórum de Mulheres de Alagoas



Sumário

Poema: Mudar é um ato de coragem	5
---	----------

Apresentação	9
---------------------------	----------

I Percorrendo as Regiões Brasileiras

1. Porto Alegre/RS: cultura machista reforçada por rituais folclóricos.....	17
2. Macapá/AP: a especificidade de um estado fronteiriço	33
3. São Bernardo do Campo/SP: a peculiaridade da zona industrial	49
4. São Paulo/SP: um consenso de meio termo para diretrizes e instrumentos	71
5. Aracaju/SE: necessidade de integração e diálogo com rede de serviços	81
6. Cuiabá/MT: o machismo dos garimpos, a questão indígena e rural	91
7. A importância da intervenção nas mídias locais.....	101
8. Diretrizes e ferramentas para o processo de multiplicação	113
9. Participantes, agendas das oficinas e exposições	119

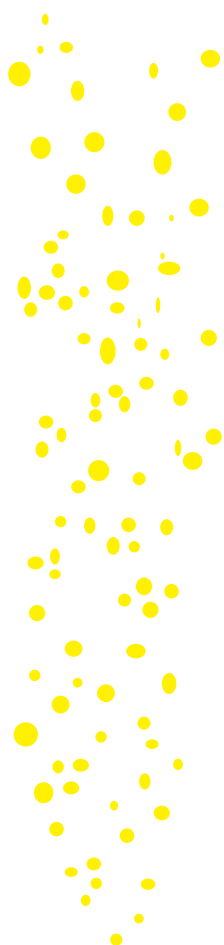
II Metodologia de Educação Popular Feminista

1. Uma construção coletiva do saber.....	163
2. O modelo de oficina da Rede Mulher de Educação.....	165
3. Por que trabalhar com oficinas?	167
4. Dinâmicas e técnicas	169

III Conceitos-Chaves

1. Paz ampliada: Resolução 1325 da ONU	191
2. Paz na educação popular feminista	199
3. O que é gênero?.....	203
4. A nova mulher e o novo homem	207
5. Imagens e palavras podem reforçar preconceitos.....	211
6. Masculinidades.....	217
7. Gênero e Masculinidades	217
8. Campanha do Laço Branco	227
9. Diversidade Sexual: conhecer para respeitar as diferenças.....	229
10. Sem sexismo, sem racismo: por uma real cultura de paz	235
11. O que é violência doméstica?	239
12. Nascer mulher ainda pode ser considerado um fato de risco.....	243
13. Cordel: O caso Eliza Samudio e o machismo total	247
14. Cordel: A Lei Maria da Penha.	253
15. Implementações necessárias na Lei Maria da Penha	259
16. Redefinindo Paz: uma alternativa inovadora para o enfrentamento da violência contra a mulher.....	263

Referências	267
--------------------------	------------



Apresentação

Um processo de construção coletiva Brasil afora

Este livro é fruto de um processo de construção coletiva realizado nos anos de 2011 e 2012, em cidades de diferentes regiões brasileiras — Porto Alegre/RS, Macapá/AP, São Bernardo do Campo/SP, São Paulo/SP, Aracaju/SE e Cuiabá/MT —, no marco do projeto REDEFININDO PAZ — *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*.

Sob a perspectiva da redefinição do conceito de paz — como prática cotidiana alicerçada na segurança humana e na justiça —, o projeto considera que a harmonia das relações de gênero depende do esforço de mulheres e homens, pois “gênero” é uma construção social que vem sendo culturalmente aceita e historicamente mantida por milênios, necessitando ser modificada por ambos, em busca de um mundo melhor.

Em seu conteúdo, esta publicação apresenta tanto textos com os conceitos básicos que se entrelaçam na metodologia proposta — tais como o de paz ampliada de acordo com a resolução 1325 da ONU, metodologia de educação popular feminista, relações sociais de gênero, masculinidades, violência de gênero, recorte de classe/raça-etnia/orientação sexual — quanto os destaques das especificidades da produção de cada localidade. Com a experiência desse percurso pelas diferentes regiões brasileiras, foi possível elaborar uma tabela com sugestões de diretrizes e ferramentas para futuras práticas. Há também um amplo material com dinâmicas de educação popular feminista, que contribui para o processo de multiplicação desta iniciativa.

A maioria dos textos e das dinâmicas aqui divulgadas também foram publicadas no *Caderno de Educação Popular Feminista*, que serviu de alicerce para a construção coletiva que se deu nesses dois anos, nas diferentes localidades.

Agora, neste livro, esse material é agregado ao conteúdo inédito construído coletivamente, nas cinco oficinas descentralizadas e no seminário realizado na cidade de São Paulo, na metade do percurso, com a participação de algumas lideranças de cada uma das localidades, visando ao consenso inicial sobre as diretrizes e os instrumentos do processo para a prática de diferentes movimentos sociais.

É importante ressaltar que, paralelamente às oficinas descentralizadas, visando a alcançar um público mais amplo e heterogêneo, foi realizada, de forma estratégica, a montagem da Exposição 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, reunindo fotografias e históricos das mil mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005. A exposição permaneceu de 15 a 30 dias em cada localidade. Na noite da inauguração, autoridades, lideranças e algumas brasileiras indicadas ao Nobel da Paz participaram de um painel temático intitulado “Mulheres e Homens pela Paz e contra a Violência Doméstica”, em auditórios completamente lotados, graças à ampla divulgação das mídias locais e regionais. Conseguiu-se, assim, continuar com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho das mulheres, ao mesmo tempo em que se abordava a trágica realidade da violência doméstica, que é considerada a mais forte expressão da construção assimétrica das relações sociais de gênero, colocando o homem em condição de superioridade à mulher, com graves consequências para toda a sociedade.

E por falar nas mídias, o trabalho de intervenção foi previsto desde a fase preparatória da metodologia de educação popular feminista. Houve o entendimento conjunto com as lideranças locais para o levantamento das possibilidades de incidência nos diferentes meios de comunicação de massa, incluindo televisão, jornais, revistas, rádios e internet. Em alguns locais, as atividades se tornaram um dos assuntos principais dos noticiários e programas de todos os canais de televisão e dos jornais impressos. Foram, também, o tema do momento nas redes sociais, que são essenciais para uma estratégia feminista de intervenção comunicacional a distância, pois elas se tornaram o ancoradouro de produção e difusão independentes, consolidando uma cultura de participação que expressa, de forma inovadora, valores e atitudes primordiais à evolução da cidadania plena.

Para levar adiante todas as ações deste projeto, a Associação Mulheres pela Paz (AMP) contou com a importante parceria nacional de algumas entidades, cujas representantes atuaram incisivamente no primeiro passo: em três sessões de trabalho com especialistas dessas organizações, foi discutido o conteúdo do caderno já citado. Foi um rico processo de aprofundamento na metodologia e na temática, com a participação de: Beatriz Cannabrava e Maria José

Lopes Souza (Rede Mulher de Educação), Silvani Arruda (Instituto Promundo), Amelinha Teles (União de Mulheres de São Paulo) e Sonia Nascimento e Nilza Iraci (Geledés — Instituto da Mulher Negra). Pela Associação Mulheres pela Paz, participaram Clara Charf e Vera Vieira, além de Walkíria Lobo Ferraz, que ficou encarregada da sistematização das sessões. Posteriormente, em cada uma das regiões, com representantes das parcerias locais, foi feita a adaptação metodológica, levando em conta a realidade específica.

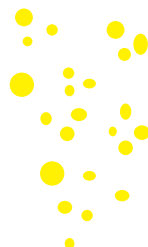
Registre-se, também, a criação de dois outros materiais de apoio às atividades — um fôlder e um pôster —, de autoria da jornalista Fernanda Pompeu e da artista gráfica Angela Mattos, cuja criatividade visual e escrita em muito contribuíram para a abordagem de tão desafiante tema.

O lançamento deste livro ocorre juntamente com o do videodocumentário de mesmo título, dirigido por Donna Roberts, que, com criatividade e dinamismo, conseguiu traduzir em outra linguagem todo esse rico processo de construção coletiva, protagonizado por lideranças de regiões com culturas e realidades tão peculiares e, ao mesmo tempo, tão similares.

Esperamos que mulheres e homens arregacem as mangas e peguem nas pás, para dar continuidade ao processo de multiplicação desta proposta metodológica, ampliando os horizontes na luta contra a violência doméstica, em busca da concretização de um mundo de paz.

Um agradecimento especial a todas as mulheres e a todos os homens, a todas as entidades parceiras, tanto das cidades em que foram realizadas as oficinas quanto de às organizações apoiadoras — Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça), EED (Alemanha), Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV/EUA, Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal —, bem como à patrocinadora Petrobras.

Vera Vieira e Clara Charf





I Percorrendo as Regiões Brasileiras



**MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOÊNCIA
DOMÉSTICA**

1. Porto Alegre/RS: cultura machista reforçada por rituais folclóricos



*A primeira cidade escolhida teve 40 lideranças participantes,
sendo 32 mulheres e oito homens*

O forte inverno gaúcho não diminuiu a empolgação das 40 lideranças participantes da oficina de Porto Alegre/RS — 32 mulheres e oito homens —, de organizações governamentais e não governamentais, para o início do processo de construção coletiva com foco específico no enfrentamento à violência doméstica no trabalho com mulheres e homens, com base nas premissas da metodologia de educação popular feminista. A Casa de Cultura Mário Quintana, local da oficina realizada em 9 e 10 de junho de 2011, é um dos mais bonitos cartões postais da cidade.

O estado do Rio Grande do Sul possui uma população de quase 11 milhões de habitantes, espalhados pelos 496 municípios, com um grande número de descendentes da Alemanha, Itália e Portugal (Açores). No início do século XIX, sua economia era voltada para o trigo e o charque e sobrevivia com a força dos escravos. Hoje, é o maior produtor brasileiro de vinho. A cultura e o folclore se revelam no resgate da figura do gaúcho, dos imigrantes e das pessoas negras. O estado possui uma forte organização dos movimentos sociais e tem implantado e implementado políticas públicas importantes voltadas para a equidade de gênero e o enfrentamento da violência contra a mulher. A Casa de Apoio Viva Maria, por exemplo, foi uma das primeiras casas-abrigos inauguradas no Brasil, tornando-se referência nacional.

Para a realização da oficina na cidade de Porto Alegre, os focos do conteúdo, o formato, as/os palestrantes e o perfil das/os participantes já haviam sido discutidos em uma reunião presencial ocorrida naquela cidade, aproximadamente um mês antes do período determinado para as atividades, com a presença de Vera Vieira, da Associação Mulheres pela Paz, e das principais lideranças das organizações governamentais e não governamentais que compõem a rede local de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Trata-se de uma etapa de extrema importância nessa construção coletiva, pois são feitos os acordos no sentido de cumprir as premissas do projeto e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades da realidade local, o que só enriquece o processo. Além da necessidade de focar o entrelaçamento dos conceitos-chaves — de paz ampliada de acordo com a resolução 1325 da ONU, metodologia de educação popular feminista, relações sociais de gênero, masculinidades, violência de gênero, recorte de classe/raça-etnia/orientação sexual —, levou-se em conta a pertinência de os/as palestrantes locais abordarem outros temas, além dos conceitos do projeto, para que viessem à tona a realidade gaúcha. Também houve consenso, desde essa primeira oficina, que o tema “Masculinidades” deveria ser abordado por um homem, pois ninguém pode falar com

mais propriedade sobre o assunto, além do fato de ocorrer identificação pelo público masculino, facilitando, assim, o processo de revisão dos estereótipos sexistas. Por não haver profissional local habilitado para tal, foi convidado um especialista de outro estado. A agenda da oficina, os apoios locais e a lista de participantes encontram-se no final deste capítulo do livro.

Veja, a seguir, os principais trechos da produção gaúcha, que trouxe contribuições fundamentais, como primeira experiência, para o aprimoramento do processo de construção dialógica nas demais localidades.

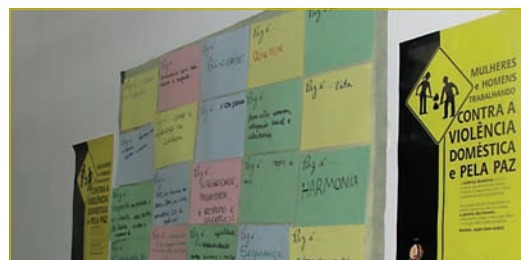
A oficina teve início com uma dinâmica de apresentação e levantamento



de expectativas, sob coordenação de Télia Negrão e Maria Luísa Pereira de Oliveira, ambas da Rede Feminista de Saúde, que é coordenadora da Campanha Ponto Final, uma das parceiras imprescindíveis para a realização dos eventos em Porto Alegre. Foi uma proposta da própria Campanha, no sentido de que as mulheres e os homens parti-

cipantes imaginassem uma rede na qual as pessoas estão comprometidas em colocar um fim na violência contra as mulheres e meninas e para a construção de uma sociedade com cultura de paz. Dentre as palavras que exprimiram a proposta estavam: tecer, trabalho, respeito, esperança, multiplicação, satisfação, atendimento, compartilhamento, entrelaçamento, desconstrução da violência, capacitação, comunhão, aprendizagem, avanço, consciência, educação e empoderamento. “Essas são as palavras e o espírito que nos unem nesses dois dias de trabalho que estamos iniciando hoje, e em nossa prática cotidiana”, salientou Télia Negrão.

Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), apresentou um detalhamento do projeto. A seguir, aplicou o “Questionário Es-



cala de Gênero”, com a proposta de reaplicá-lo no final do evento, para que as pessoas participantes pudessem perceber a diferença de respostas com o aprendizado construído coletivamente. A aplicação de tal instrumento mostrou-se ineficaz, na medida em que, de acordo com avaliação final, requer muito mais tempo para a discussão da complexidade dos pontos abordados.

O conceito ampliado de paz

Na sequência, Vera deu início à dinâmica sobre o significado individual para a palavra “paz”, para que Clara Charf, presidenta da AMP, pudesse teorizar sobre o assunto, ocasião em que destacou:

“A luta pela paz é a luta do cotidiano, todos os movimentos, todas as ações, que a mulher faz ao longo da sua vida, defendendo crianças, educando pessoas, contra o racismo, defendendo o direito ao trabalho, defendendo o direito à habitação, enfim, todas essas ações são lutas pela paz, porque o contrário disso é guerra, é a guerra diária. O que acontece com a maioria das populações é que elas enfrentam uma guerra diária, e quem mais a enfrenta é a mulher. A mulher tem não só todos os encargos da família, trabalho, etc., mas também de analisar a forma como ela deve enfrentar, como ela se defende, para que a luta pela paz diária seja respeitada. [...]”

Todos vocês aqui são lutadores pela paz? Cada um pode dizer. Senão, dá a entender que paz é só lutar contra as grandes guerras, mas temos a guerra contra a sociedade capitalista, a guerra de todos os dias, para não ter violência doméstica, contra as crianças, para não ser explorado, tudo isso é a luta do cotidiano. E é esse cotidiano que muda o conceito da compreensão do que é luta pela paz. Desse modo, fica mais fácil para entendermos que essa luta que a mulher faz no dia a dia é a grande luta da paz. [...] O nosso trabalho é unir mulheres e homens. É um conceito, muito interessante de se agregar a nossa luta, porque ele propicia um pouco de paz também entre as organizações, e vocês sabem que não é fácil trabalhar inclusive entre as organizações, os movimentos feministas têm guerra, os movimentos sociais têm guerra, então, ele traz um elemento agregador para essa luta.”

Em uma das intervenções, foi frisado por uma das participantes o seguinte: “Acredito que esse conceito de paz, para nós, vai deixando de ser o da paz do cemitério para ser a paz da sociedade, no sentido de que as suas instituições devem estar construídas democraticamente, enquanto as pessoas podem se expressar quanto a seu sexo, gênero, sua opinião, ao seu lugar na sociedade. E

podemos ver a paz em diferentes níveis, de como podemos viver e de quanto estamos num mundo onde a construção da paz é um desafio imenso. Porque a violência em forma de feminicídio que você encontra na Guatemala, no México, é a mesma da qual, aqui no Brasil, temos sinais muito sérios: temos assassinatos gravíssimos como o caso de Eliza Samudio, que não só foi assassinada, mas assassinada com requintes de crueldade; e uma companheira como a Leila: pega um ônibus para ir ao trabalho, e um cachorro passa na frente do ônibus e o cobrador fala: 'Olha ali, deve ser o cachorro do Bruno', referindo-se ao cachorro que comeu as partes da Eliza, e isso provoca risos, gargalhadas. Vemos, então, que a construção da paz é também a desconstrução da naturalização da violência. Estamos diante de algo profundamente desafiador que é tirar a violência do campo da naturalidade e colocar a paz no campo da sociedade, e não no campo do irreal, mas no campo do concreto."

Outra participante destacou: "Estou muito satisfeita de ver essa discussão sobre paz, de ampliar esse conceito, pois se não ampliarmos esse conceito, segue aquela paz só da linha 'estou em paz', 'estou bem comigo mesma'. Para estar bem comigo mesma, com quietude, serenidade, é necessário que, em torno de mim, existam condições que me deem isso. Também foi dito que "não basta dizer que acredita, tem de ser agregado. O importante é termos essa convicção, é sair daqui acreditando nisso - e eu sempre falo isso: Não é o que gente fala da porta para dentro, é o que se opera da porta para fora."

Para finalizar, Clara Charf fez um depoimento contundente: "Eu, por exemplo, sou da geração que acreditava que a revolução ia consertar tudo. Depois, eu fui vendo que, nas casas dos caras revolucionários, havia um machismo bárbaro, não era dito, mas era ativo. Mas o cara fazia pregação de mudar a sociedade, e não mudava nem o comportamento dele com a família - e eu fui vendo a diferença entre esses conceitos gerais. Tanto que eu achava que eu devia fazer a revolução logo. Não é só o discurso revolucionário que muda a cabeça das pessoas, estou convencida de que precisa se debater um conjunto dessas questões nas casas. Sobre o conceito de igualdade: eu tive essa experiência na minha vida particular com o meu companheiro. Até hoje, eu vejo companheiros que são muito admirados, muito apreciados, e que têm outro comportamento em casa, não movem uma palha para colaborar com a mulher. Por isso, esse debate é muito importante: trazermos a vida que cada pessoa tem, não só teórica, mas como trabalhamos para mudar as relações entre as pessoas, dentro dos locais de trabalho, dentro das casas, com os filhos, com os parentes. Para que haja paz dentro da casa, deve haver esse respeito mútuo, essa igualdade. A

história do prêmio [1000 mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005, incluindo 52 brasileiras] era para mostrar que as mulheres têm um valor imenso, e que não se dá esse valor ao esforço, à capacidade da mulher. E a mulher, muitas vezes com medo de desconstruir a família, não toma uma posição pública. Por isso, deve-se mudar a ação dentro da própria casa. Essa discussão sai da teoria para a prática do dia a dia, vamos colhendo experiências.”

Relações sociais de gênero



Carolina Cerveira, educadora da Rede Mulher de Educação, iniciou sua apresentação sobre “Relações Sociais de Gênero”, a qual foi preparada juntamente com Clair Ribeiro, da mesma entidade, utilizando a dinâmica intitulada “Coisas de mulher *versus* Coisas de homem”, uma das sugestões contidas no *Caderno de Educação Popular Feminista*. Dentre os atributos ou características femininas, foram destacados: gerar um bebê, TPM, sensibilidade, diálogo, ir às compras, limpar a casa, encargos domésticos rotineiros, brincar de boneca, dançar balé, ser mãe

e cuidar dos filhos. E, dentre os masculinos: vaidade, consertos domésticos, trocar resistência de chuveiro, trocar pneu de carro, jogar futebol, jogar *video-game*, esportes, carregar peso, maquiagem, pragmatismo, objetividade, trocar as fraldas no fim de semana, assar o churrasco, sentar para assistir TV e pedir cerveja e fazer as unhas.

Ao analisar o resultado da dinâmica, Carolina enfatizou que esse primeiro exercício, “nos faz partir de um olhar mais ou menos comum, que coisas de homem e coisas de mulher não podem se estabelecer pelo fato de um indivíduo ser homem ou ser mulher. Começamos com a frase já conhecida: ‘Ninguém nasce mulher, torna-se mulher’. E ninguém nasce homem, mas se faz homem, ao longo de sua existência. Por que essa frase? Porque vamos discutir a questão de gênero justamente porque gênero é uma categoria que tem tudo a ver com a questão do conceito ampliado de paz, de relações, de diálogos, de construção conjunta. Quando falamos de gênero, de uma categoria relacional, entendemos que homens e mulheres se fazem com base em suas relações, um com o outro e com a sociedade. Preocupações que temos, com sociedade violenta, que tipo de mulheres e homens se constroem, se fazem pessoas por meio de relações violentas, de desigualdade. Qual é o nosso papel como

profissionais, como agentes sociais, militantes nos nossos espaços de trabalho, nos diferentes espaços em que circulamos? Temos uma atuação pessoal e profissional diante desse conceito de uma nova divisão de papéis, de responsabilidades diante do mundo, da sociedade. Vale dizer que gênero é uma categoria de análise cultural, política, histórica, social, por meio da qual conseguimos compreender as pessoas e as relações que são geradas em uma determinada sociedade, cultura, em um determinado tempo histórico. É uma categoria que foi elaborada pelos movimentos feministas a partir do momento em que se percebeu que as diferenças sexuais subsidiariam relações de desigualdades entre homens e mulheres. Depende dos nossos conceitos, de atitudes e papéis; tornar-se mulher ou homem não depende do sexo, mas do nosso aprendizado em nossa sociedade, em família, nos diferentes espaços onde circulamos e por meio dos quais são produzidos e reproduzidos diversos conceitos e preconceitos. Vivemos numa sociedade cristã com forte influência católica, evangélica, forte influência do poder do Estado, que viveu um longo período de ditadura militar. Isso também vai nos formando e nos conformando e vai incidindo na nossa forma de ser homens e mulheres. ‘Gênero’ não se resume a uma categoria de análise, também diz respeito a uma categoria histórica, entendendo que as relações de gênero ultrapassam as relações entre homens e mulheres, mas são elas que constituem as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, é a forma de como nos relacionamos com os demais, homens ou mulheres. E aí está a nossa possibilidade de criar relações de fato igualitárias de convivência, ou relações de subordinação, seja com homens ou com mulheres, podemos reproduzir isso com ambos. Como nos vemos nesta sociedade, porque a categoria gênero, ou essa discussão entre homens e mulheres, não se reduz a uma só discussão sobre relações entre homens e mulheres, entre pessoas: é uma discussão que se amplia, com a grande discussão sobre o patriarcado, que fundamenta toda essa discussão e essa análise de gênero”.



Depois de serem ouvidas diversas opiniões sobre o tema, Carolina concluiu que: “são muitos os desafios que nos cabem como profissionais, e juntos/as vamos construindo um pouco mais a nossa visão, para termos ações em rede, para superar essas desigual-

dades. O grande desafio está na busca contínua pela resposta à seguinte pergunta: ‘Como podemos promover a perspectiva de equidade/justiça de gênero em nossos projetos, políticas, programas, grupos, instituições?’.”

Masculinidades



O carioca Marcos Nascimento abordou o tema “Masculinidades”, no qual é especializado — foi a temática de sua tese de doutorado no IMS-UERJ. Ele reafirmou a importância de trabalhar a masculinidade e a violência tendo como foco a estratégia da prevenção. Discorreu sobre a construção cultural milenar do que é ser homem, que tem na violência a principal consequência. Começou com um depoimento sobre uma história antiga:

“Havia uma história que meu pai contava muito, que era sobre o primeiro dia de trabalho dele. Ele foi trabalhar com meu avô, que era agricultor. Meu pai tinha 8 anos de idade, mas homem não era menino, e ao final daquela primeira semana de trabalho, meu avô entregou para ele um pacote de cigarro como pagamento. E, a partir daquele momento, na concepção do meu avô e do meu pai, deixava de existir uma criança, existia sim um homem aos 8 anos de idade. Isso em 1944.

O que faz de um menino um homem? Em que momento ganhamos esse estatuto, esse certificado com o qual você deixa de ser um guri e passa a ser um homem? Isso sempre me chamou muito a atenção. [...] O meu interesse como engenheiro [Nascimento declarou ter-se ‘cansado’ da vida de engenheiro e ingressou no curso de Psicologia] era muito mais de observar o comportamento masculino nas obras em que eu trabalhava do que exatamente a obra em si. Eu ficava fascinado com a história e a dinâmica daqueles rapazes, que eram oriundos de classes populares, com baixo nível de escolaridade, e não eram tão diferentes dos meus colegas engenheiros da faculdade. Havia a questão da competição, quem era mais macho, quem era mais homem, e, via de regra, o futebol na hora do almoço acabava em pancadaria. E aí entra o tema da violência: eu tenho verdadeiro fascínio pelo futebol; é uma metáfora masculina das mais interessantes que possa ter, porque é dentro do campo de futebol que todos os homens expressam toda sua habilidade. É um esporte muito exível, de muita graça, pois é no campo de futebol que encontramos o maior contato corporal entre homens, eles se abraçam, se beijam, caem um por cima dos outros, cho-

ram como crianças porque ganharam ou porque perderam, enfim, não interessa, mas é uma metáfora em relação ao masculino extremamente interessante de se observar, e que acontece não só dentro do campo, mas também fora dos campos, porque a torcida é um espetáculo à parte, que pode ser extremamente comovente ou extremamente violento.”

E Nascimento salientou: “É sobre esses homens que eu quero fazer a minha fala. Não nascemos homens, nos tornamos no transcorrer desse percurso. No caso do meu pai, o primeiro grande aprendizado foi quando ganhou um pacote de cigarro. Onde aprendemos isso? Na verdade, em diferentes contextos, no espaço em que vivemos, na nossa casa, nas ruas — espaços masculinos por excelência. Sempre que eu faço oficinas, principalmente com promotores, uma das críticas que eu sempre ouço é: compartilhar tarefas domésticas. Se pensarmos nas tarefas domésticas destinadas aos meninos, quais são elas? Limpar quintal, trocar lâmpada, cuidar do cachorro, trocar chuveiro, comprar alguma coisa na esquina, trocar o bujão de gás. Enquanto isso, as meninas estão na cozinha, ajudando a mãe no preparo da comida, cuidando dos irmãos menores. É algo que fazemos quase que instintivamente: reforçar a ideia de homens no espaço de fora, e de mulheres no espaço de dentro. Os meninos, desde muito cedo, se habituem a viver na rua. O mesmo acontece nas escolas e na mídia. Mas o que é ser homem de verdade? É aquele que tem duas parceiras, está sempre disponível para o sexo, é o provedor, aquele que não chora, é aquele que nem precisa se cuidar, porque isso independe da faixa etária e de classe. É outra noção dessa questão dos riscos vinculados à saúde. [...] Saiu uma pesquisa na internet informando que as mulheres falam 21 mil palavras ao dia, e que os homens falam em torno de 7 mil. Conclusão: As mulheres falam muito. Os homens falam pouco, e o silêncio é uma forma de expressão. É muito interessante a dificuldade que os homens têm de verbalizar, principalmente o que tem a ver com o território das emoções. É difícil traduzir em palavras, enquanto as mulheres foram ensinadas, desde muito cedo, a confidenciar, trocar palavras com suas amigas, e isso só acontece no mundo masculino em ocasiões muito específicas, no bar, que tem o álcool como facilitador, e aí se diz que ‘te amo’, ‘te adoro’ ou então que ‘estou sofrendo’. Na cara limpa, dura, no café, é muito difícil isso acontecer. O homem não foi socializado para isso. Pense que menino aos três anos escuta que menino não chora, e que, ao chegar em casa chorando, o pai ou a mãe pede para engolir o choro. Ele vai aprendendo, então, a se comportar dessa maneira, o que vai tornando os homens mais vulneráveis a uma série de questões. O tema da socialização masculina é extremamente

importante para compreendermos a trajetória e essa questão, o que não quer dizer que isso sirva para atenuar as responsabilidades que os homens têm diante de uma série de outras questões, mas nos ajuda muito a entender esse território da masculinidade, a construção da masculinidade ao longo da vida. [...] Para trabalharmos a questão da paternidade, é fundamental também pensar que a responsabilidade que os homens têm, de maneira geral, na criação dos filhos não fica restrita a trocar fralda, dar comida, dar banho, e sim no exemplo masculino que ele vai reviver na vida adulta dessa criança mais tarde.”

Para encerrar, Marcos destacou que “as relações de poder não se dão somente entre homem e mulher, mas sim entre homens e entre mulheres, por questões de raça, por questões de orientação sexual, que acabam presentes. Um dos grandes desafios que vimos trabalhando há muito anos é que temos uma sociedade patriarcal, uma sociedade machista, onde uma diferença se tornou desigualdade, homens são diferentes de mulheres e são mais valorizados que as mulheres. Como pensar em relação de mudança no âmbito dessa questão? Essas maturidades podem mudar? O que significam essas mudanças, como podem acontecer? E, se temos experiências bem-sucedidas, no micro e no macro, como pensarmos em políticas públicas sobre isso? É um grande desafio. Quais são as implicações que tudo isso traz para os programas com os quais trabalhamos? [...] Um bom exemplo é a Campanha do Laço Branco no Brasil [ver texto sobre o tema no capítulo III]: fizemos essa fita, e cada nó representa um compromisso dos homens em relação ao fim da violência contra as mulheres, de jamais cometer um ato de violência contra as mulheres, de não se calar diante da violência que outros homens cometem”.

As violências e os fatores de vulnerabilidade



Maria Luísa Pereira de Oliveira, da Rede Feminista e da Maria Mulher — Organização de Mulheres Negras, iniciou sua apresentação alertando para o foco específico do conceito de violência que acontece dentro de casa. “Quando começamos a pensar num conceito de violência doméstica, afastamos, então, a nossa

ideia do fenômeno da violência urbana, social — que está muito mais na mídia e nos jornais, que aparece de uma forma muito mais escancarada, de uma for-

ma que ninguém tem dúvida sobre ela. E sobre a violência doméstica, parece que não se tem o mesmo entendimento, a mesma compreensão, pois ela se mantém numa certa dimensão da invisibilidade, como se o espaço doméstico, o espaço familiar, fosse idealmente e hipoteticamente o lugar da segurança, o lugar da proteção. O nosso caderno deste projeto *Redefinindo Paz* nos diz: 'Poder e controle sobre outra pessoa que se tem ou se teve um relacionamento íntimo.' [...] Com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica se divide em cinco formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral."

E continuou sua reflexão: "É óbvio que, quando estamos num espaço como este, nós já temos uma determinada sensibilização, uma caminhada, nós estamos aqui exatamente porque integramos determinados espaços que se opõem e se colocam na condução de poder transformar essa realidade. Porém, quando se pensa nas pessoas em geral, com quem convivemos nas nossas ações cotidianas, na sociedade como um todo, por meio dos seus grandes aparelhos, se formos pensar na forma como se dá a produção de nossa cultura, na forma como os meios de comunicação social reproduzem as nossas relações, na forma como a onda de determinados valores e crenças são passados desde a educação infantil, ainda não é possível perceber essa resistência e essa composição mais contundente ao fenômeno da violência contra as mulheres. É por isso que se diz que há uma aceitação social. [...] As desigualdades de classe social e de raça são estruturantes na nossa vida em sociedade. Da década de 1990 em diante, começa a haver um reconhecimento inclusive por meio de instituições oficiais, como os bancos de dados do governo federal, de que havia necessidade da desagregação dos dados. Indicadores sociais apontam que mulheres negras se encontram mais vulneráveis à violência em função da combinação de fatores sociais, como baixa escolaridade, elevado nível de desemprego e subemprego e, sobretudo, devido à forma como se dão as relações raciais na sociedade. Essa forma estabelece relações de poder entre as diferentes raças/etnias, hierarquiza as relações entre a população negra e a população branca e permite a transmissão e a reprodução da ideologia dominante — o racismo."

Durante as intervenções, Vera Vieira fez um relato pessoal: "Fui casada duas vezes; sou divorciada. Fui vítima de violência doméstica no primeiro casamento, quando tinha 20 anos de idade, numa época em que não existia divórcio (1977/1978), e sim só o desquite. E mulheres desquitadas eram vistas como mulheres fáceis, um pedaço de carne, livre para todo mundo. A mulher que sofre violência, primeiramente, se sente completamente paralisada, não consegue falar sobre o assunto. Quando eu resolvi falar para minha mãe, senti que

tinha caminhado 50% do processo para a saída de uma situação de violência. Eu tinha independência financeira, sempre trabalhei, tinha uma dependência emocional fictícia... É muito difícil sair de uma situação de violência. 'Como ela não sai?'. Ela não sai porque está paralisada naquela situação, a autoestima está no chão, e realmente é muito difícil para a mulher quebrar o silêncio. A partir do momento em que fala, tem início o processo de saída. Devemos colaborar com a mulher para que ela se expresse, para que fale o que está acontecendo, então, ela vai caminhar 50% do processo para sair disso. Depois de várias ameaças, consegui me separar. Tenho dois filhos, de casamentos diferentes; venho me dedicando à temática profissionalmente e academicamente. Aprendi muito com a Maria Luísa, e o porquê de a sociedade não mudar essa situação: porque ela é aceita. E aí vem muito aquele ditado popular: 'Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher'. Esse ditado retrata essa aceitação da sociedade. Para avançar, devemos dialogar com essas pessoas que usam essa frase no cotidiano."



Outra participante declarou que "é muito comum ouvir a pergunta: 'O que ela fez para merecer?'. É um preconceito que vemos nos profissionais de Saúde, é preconceito. Temos de dialogar com isso e ver as consequências, fazendo com que a situação se modifique. Lá na Vigilância, trabalhamos com as notificações de violência, e tem um campo do

questionário que pergunta se a lesão foi autoprovocada, que é específico para uma questão de suicídio ou tentativa de suicídio. Há muitas notificações de violência sexual contra mulheres e meninas, que são colocadas neste campo de lesão autoprovocada. O profissional deixou aorar o seu preconceito, o seu julgamento, dizendo: 'Houve o estupro e a menina o provocou, ela deve ter se insinuado'".

Télia Negrão, ao analisar a situação do estado, enfatizou, que "infelizmente, o Rio Grande do Sul foi o último estado brasileiro a firmar o Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Nós sabemos que foi no ciclo da Lei Maria da Penha, no período de 2006/2007 para cá. Em 2007/2008, foi iniciado o pacto como estratégia para implementação da legislação relativa à violência contra as mulheres, e nós tivemos uma negativa por parte do governo do estado de firmar esse pacto. Isso produziu um retrocesso nas políticas já existentes, com o seu esvaziamento, com o atraso da implementação. O movimento de mulheres vem se mobilizando fortemente para modificar tal situação".

Para encerrar a sessão, Maria Lúsa fez uma citação contida em um livro da psicanalista carioca Neusa Santos Souza: “Ela fez uma pesquisa de histórias de vida de homens e mulheres, negros e negras, que tinham adquirido uma ascensão social e econômica em função de diferentes processos de educação — médicos, engenheiros, etc.. Ela diz que essas formas de superação, de uma certa forma, não garantiram a superação da discriminação racial. Essa pesquisa demonstra que a discriminação racial e o racismo não se explicam pela questão econômica. Uma das informantes dizia que se reconhecer como uma mulher negra é ser alijada de uma série de processos e até ser confundida em muitas expectativas. Mas é também, e sobretudo, a capacidade de identificar a potencialidade e recriar.”

Prevenção Primária

Télia Negrão iniciou a temática com a apresentação de vídeos da Campanha Ponto Final, com campanhas criativas para unir mulheres e homens pelo fim da violência contra a mulher. Explicou que “a ideia da prevenção primária da violência embasa uma metodologia para o enfrentamento à violência contra as mulheres e na construção de uma sociedade na cultura da paz. Vamos começar não pela teoria da prevenção primária, e sim propondo que se faça um exercício de prevenção primária da violência contra as mulheres e meninas. Formaremos cinco grupos e, durante 10 minutos, cada grupo vai debater. Dividindo a folha ao meio, relacionar em metade da folha o que nós poderíamos ver como riscos po-

tenciais contra as mulheres e meninas e, do outro lado, protetores potenciais da violência, para que as mulheres não sofram violência”.

Como resultado das discussões em grupos, foi produzido o seguinte conteúdo:



a) Fatores de risco: uso abusivo de álcool e outras substâncias; empobrecimento; machismo (cultura machista); cultura patriarcal; preconceito de gênero; estigmatização; responsabilização exclusiva da mulher; produção de modelos e padrões pela mídia; conteúdo dos programas de televisão; cultura consumista; baixa escola-

ridade; desigualdade no acesso à educação; ausência de recursos sociais e familiares; famílias com histórico de violência; ausência de equipamentos públicos; baixa autoestima; estresse/vulnerabilidade emocional; precariedade de políticas públicas e serviços de atenção; baixa autonomia; dependência econômica; desemprego; falta de condições mínimas de sobrevivência; exposição e vulnerabilidade; aliciamentos diversos (sexual/drogas); dependência química; in uência social.

b) Fatores protetores: comunidade organizada e cuidadora; nível de informação e formação (jurídicos, humanos e sociais); rede articulada de serviços; rede que realmente dê conta das necessidades das mulheres e integradas com as demais políticas públicas; políticas públicas que valorizem gênero; fiscalização e controle das leis; políticas públicas efetivas; estrutura e serviços comunitários; moradia digna; espaços de escuta e diálogos; grupos de organizações de mulheres; informações tanto para mulheres como para agentes sociais; desenvolvimento da autoestima e da autonomia; conscientização da família; valores; igualdade de acesso e oportunidades; trabalho, saúde, segurança e justiça; sociedade igualitária; educação e conscientização; estudo de gênero no currículo escolar.

Depois da apresentação dos grupos, Télia enfatizou que “o conceito de prevenção primária nasceu principalmente no campo da Saúde Coletiva, onde a violência é trazida para uma perspectiva mais sociológica. Significa promover um conjunto de condutas individuais e coletivas e também ambientes saudáveis, que reduzem as situações ou diminuem a probabilidade de que a violência contra as mulheres venha a ocorrer. Nós fazemos a defesa dos direitos humanos das mulheres não propriamente tendo como foco o atendimento daquela mulher, tirá-la da situação de violência, mas o nosso foco principal vai estar relacionado com aquilo que coloca as mulheres e meninas, na nossa sociedade, diante de situações de violência, ou seja, intervir antes que essa violência possa ocorrer ou se repetir. Significa atuar nos fatores estruturais, que vocês relacionaram e estão vinculados ao elemento estruturante da sociedade, que é a desigualdade de gênero, que está, por sua vez, relacionada a um conjunto de outras desigualdades, mas também a um tipo de sociedade que coloca a comunicação, que é um valor humano, contrária aos interesses das mulheres. Então, nós trabalhamos o conceito de prevenção pensando que é uma antecipação de uma leitura prévia, uma identificação de situações inadequadas. Há necessidade de controle pelos prejuízos à população. A prevenção pode ser

primária, secundária ou terciária. Nós trabalhamos na prevenção primária, o que implica um processo da comunidade para atuar na qualidade de vida e saúde, incluindo o maior controle para o processo”.

Télia também avaliou que, “embora a Campanha Ponto Final se proponha a trabalhar a prevenção primária, ou seja, com as comunidades, identificando e montando planos e estratégias conjuntas para o enfrentamento dos riscos, nós a articulamos com as estratégias secundárias. Obviamente que é o acolhimento das mulheres que nos buscam para as situações de violência. Também trabalhando em conjunto com a sociedade para a existência, criação e implementação de políticas públicas, para o atendimento, a prevenção, o acesso à Justiça, para que todo o caminho das mulheres para a cessação da violência possa ocorrer. Quando chegamos numa casa e dialogamos com mulheres e homens, para que aceitem colocar o adesivo da Campanha na porta, que diz ‘Aqui não entra a violência contra as mulheres’, nós podemos compreender que temos indicadores de que essa abordagem mais integral do problema da violência é capaz de produzir alguns resultados importantes e construir essa nova consciência de cooperação de todas as formas de violência contra as mulheres”.

A oficina de Porto Alegre foi finalizada com uma avaliação positiva por parte das/os participantes, com o compromisso de multiplicar o saber gestado coletivamente, nas ações que já vêm sendo desenvolvidas pelas organizações governamentais e não governamentais. Na parte dedicada ao seminário realizado em São Paulo, sob o tema Consenso sobre a Gestão do Conhecimento, realizado na metade do processo deste projeto de dois anos, três participantes da oficina de Porto Alegre também estiveram presentes, ocasião em que puderam se aprofundar na reflexão sobre a produção e a representatividade local.

2. Macapá/AP: a violência em estado fronteiriço do Norte



Saindo do extremo Sul para o extremo Norte, a segunda oficina ocorreu na cidade de Macapá/AP, reunindo 61 lideranças participantes, sendo 52 mulheres e nove homens

O contraste climático entre as duas primeiras oficinas — Porto Alegre/RS, com inverno rigoroso, e Macapá/AP, que só conhece o forte verão durante o ano inteiro — deu um colorido ainda mais especial à séria aventura de sair Brasil afora para construir dialogicamente um foco específico na metodologia de educação popular feminista, com a riqueza peculiar de cada região.

Tendo em vista o grande interesse pelo evento, por parte das organizações governamentais e não governamentais, o que se alia ao fato de uma localidade tão distante dos grandes centros ter uma carência ainda maior de ferramentas e instrumentos para educação de gênero, decidiu-se aumentar o número de lideranças participantes, que atingiu um total de 61 pessoas — 52 mulheres e nove homens. Aqui, já se verifica uma tendência crescente no número de participantes do sexo masculino, demonstrando o quão desafiadora é a proposta de reunir mulheres e homens em um mesmo espaço para discutir questões de gênero, principalmente o viés da violência doméstica, cuja realidade, em 90% dos casos, ocorre tendo o homem como autor, e a mulher como vítima. A oficina realizou-se em 15 e 16 de setembro, no salão de eventos do Macapá Hotel.

Macapá é uma cidade de beleza ímpar — é a única que se localiza às margens do rio Amazonas e onde está cravado o Marco Zero do Equador, a passagem exata dessa linha, isto é, a metade do mundo. “Se no mundo existe um meio, ele fica em Macapá. Em poucos lugares você pode se divertir passando metade do dia no hemisfério Norte e outra metade no hemisfério sul. Para ter certeza que está no lugar certo, ergueu-se no ponto zero um monumento que se destaca. E a capital do Amapá é privilegiada pelo fenômeno do equinócio, que ocorre duas vezes ao ano, em março e setembro, marcando o início das meias estações do ano: outono e primavera.”

O estado do Amapá tem cerca de 700 mil habitantes, espalhados por 16 municípios. A população tem forte composição de indígenas e comunidades quilombolas. Os movimentos sociais são organizados e dialogam com o poder público sobre a implantação e implementação de políticas públicas, principalmente na busca de fortalecer a rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. Os serviços ainda são incipientes, entretanto, essa realidade é similar à maior parte das localidades brasileiras. Isso ocorre apesar do esforço do governo federal na última década, que teve início com a implantação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de ministério, seguida da Lei Maria da Penha, do serviço 180 de atendimento à mulher por 24 horas e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, entre outras políticas.

Para a realização da oficina na cidade de Macapá, também foram seguidos os passos previstos na metodologia de educação popular feminista: os focos do conteúdo, o formato, os perfis das/dos palestrantes e das/os participantes foram discutidos, em uma reunião presencial ocorrida naquela cidade, cerca de um mês antes do período determinado às atividades, com a presença de Vera Vieira, da Associação Mulheres pela Paz, e das principais lideranças das organizações governamentais e não governamentais que compõem a rede local de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Trata-se de uma etapa de extrema importância nessa construção coletiva, pois são feitos os acordos no sentido de cumprir com as premissas do projeto e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades da realidade local, o que só enriquece o processo.

Além da necessidade de focar o entrelaçamento dos conceitos-chaves — de paz ampliada de acordo com a resolução 1325 da ONU, metodologia de educação popular feminista, relações sociais de gênero, masculinidades, violência de gênero, recorte de classe/raça-etnia/orientação sexual —, foi levada em conta a pertinência de uma abordagem por palestrantes locais, além dos conceitos trazidos pelo projeto, para que viesse à tona a realidade da região Norte. Como em Porto Alegre (RS), também houve consenso que o tema “Masculinidades” deveria ser abordado por um homem, pois ninguém pode falar com mais propriedade sobre o assunto, além do fato de ocorrer identificação com o público masculino, facilitando, assim, o processo de revisão dos estereótipos sexistas. Da mesma forma, por não haver profissional local habilitado para tal, foi trazido um especialista de outro estado. A agenda da oficina, os imprescindíveis apoios locais e a lista de participantes também se encontram no final deste capítulo do livro.

A seguir, está a apresentação dos principais momentos da produção em Macapá, que trouxe contribuições fundamentais, principalmente no que concerne à especificidade de contar com fortes influências indígena e quilombola. Além disso, o estado do Amapá está localizado na fronteira com a Guiana Francesa e com o Suriname, o que acarreta outro viés da cruel realidade da violência contra a mulher, que é o tráfico humano.

A oficina teve início com uma dinâmica intitulada “Quem sou eu e o que espero deste processo”, sob coordenação de Laurinha Almeida da Silva. Ao som da emocionante música “Pérola Azulada”, de José Miguel de Souza Cyrilo — também conhecido como Zé Miguel —, atual secretário de Estado de Cultura do Amapá e também compositor e cantor local, a expectativa foi retratada por declarações como: multiplicar o saber pelas redes sociais, somar o que

se aprende todos os dias, unir mulheres e homens pela paz, buscar conhecimento, trocar experiências... A indígena Joênia Batista de Carvalho — uma das



mulheres indicadas ao Nobel da Paz 2005, residente em Roraima, outro estado do Norte — improvisou uma dinâmica que se converteu em um ritual de seu povo, provocando uma energização ainda maior nas pessoas participantes.

Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz, depois de apresentar os principais pontos do projeto no qual estão inseridas as atividades de Macapá, ficou responsável por teorizar sobre os fatores culturais, econômicos, jurídicos e políticos que potencializam a grave problemática da violência contra a mulher.

Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz, depois que as pessoas participantes retiraram e anotaram em filipetas o sentido que cada qual tinha sobre paz, percorreu sobre o seu significado de acordo com a Resolução 1325, da ONU. Os detalhes já foram descritos no material sobre a oficina de Porto Alegre.

Masculinidades



Para abordar essa complexa temática, a oficina contou com Cleib Lubiana, que reside em Rio Branco e atua na Rede Acriana de Mulheres e Homens desde 2002, além de trabalhar na Campanha do Laço Bran-

co. De forma criativa, eficiente e eficaz, Cleib optou por propor que as/os participantes se dividissem em grupos, para criarem esquetes teatrais retratando situações cotidianas relacionadas a papéis de gênero construídos na infância, na adolescência e na vida adulta. Foi uma estratégia de sucesso para a cons-

cientização sobre a construção social de gênero, que é culturalmente aceita e historicamente mantida. Cleib explicou que devemos falar “masculinidades”, no plural, “pois existem diversas formas de os homens se expressarem, quer sejam elas aceitas ou não pela sociedade. Há também o fato de que alguns aspectos de uma masculinidade tradicional podem ser incorporados por uma mulher, e alguns aspectos de uma feminilidade podem ser incorporados por um homem”.

Cleib enumerou alguns aspectos fundamentais para a desconstrução do padrão de masculinidade existente na sociedade:

- considerar o conceito de gênero desenvolvido por feministas;
- acatar que os homens têm suas masculinidades definidas pela construção de gênero;
- entender que existem várias masculinidades;
- perceber que algumas masculinidades são hegemônicas (tradicionais), portanto, são destrutivas e autodestrutivas;
- conceber que mudar a construção social das masculinidades significa gerar bem-estar e saúde para as mulheres, crianças e para os próprios homens.

Com a apresentação de esquetes teatrais — como, por exemplo, uma situação em que o homem fazia um bolo e outra em que a mulher cuidava de tudo, enquanto o homem ficava sentado assistindo futebol na televisão —, ficou evidenciada a construção social das masculinidades e de quanto o modelo tradicional acarreta uma carga pesada para o homem, que é destrutiva e autodestrutiva. Em clima de descontração, foi possível re- etir sobre essa construção tradicional, ao mesmo tempo em que foram levantadas alternativas saudáveis.

Com base nas diversas re- exões das pessoas participantes, Cleib acrescentou algumas ponderações: “Historicamente, via de regra, as meninas são reprimidas, sofrem repressão de sua sexualidade. Só que isso mudou, pois em nome de direitos iguais, as meninas tomaram comportamentos que os garotos tinham, os quais serão bons ou não serão bons para elas. Alguns desses comportamentos são chamados de “destrutivo” e “autodestrutivo”, como beber muito, dirigir em alta velocidade, não usar preservativo. Esses comportamentos, infelizmente, estão produzidos, e estamos vendo mulheres infectadas cada vez mais com a aids, bem como a entrada de mulheres em situações criminais. As mulheres estão começando a adotar os comportamentos tradicionais destrutivos dos homens. Devemos ficar muito atentos/as a isso.”



Ao final, Cleib convidou os homens presentes a integrarem a Campanha do Laço Branco, cujo *slogan* é “Homens pelo fim da violência contra a mulher”.

Tráfico de mulheres

Em função de o estado do Amapá fazer fronteira com dois países — Guiana Francesa e Suriname —, o aprofundamento da temática sobre o tráfico de mulheres, com toda a dramaticidade das cruéis



consequências, assume um caráter emergencial. Para tanto, duas pessoas que são especialistas no assunto foram convidadas: Wilza de Oliveira, coordenadora da Coordenadoria da Mulher de Oiapoque (a cidade que fica

localizada no ponto mais extremo ao Norte do Brasil), para discorrer sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras para sair da rede de prostituição; e Ismael Silva Costa, assessor do deputado Paulo José da Silva Ramos (PTC/AP), conhecido pela luta contra o tráfico de mulheres, para falar sobre a vulnerabilidade da região.

Em sua explanação, Wilza de Oliveira destacou alguns fatos de suma importância:

“Em 2004, saiu uma reportagem que dizia que todo estado tem a sua forma de exploração, seja comercial, agrícola ou industrial, mas que o Amapá, especialmente o município de Oiapoque, sobrevivia da exploração sexual. O maior aliciador era conhecido como Júnior, que tinha uma boate. Foi nessa época que ele foi julgado, condenado, tendo cumprido pena. Quando foi libertado, sofreu um acidente e morreu. Muita coisa mudou com a sua morte. Em 2007, surgiu a Coordenadoria da Mulher e, com isso, houve um avanço: começamos a trabalhar a questão do tráfico das mulheres. Recentemente surgiu outra boate, que também pratica a exploração sexual. Denunciamos para as autoridades e a mídia. E se não levamos ao conhecimento da mídia, é como se não estivesse acontecendo nada, como se estivessemos quietos sem fazer nada. Em 2011, participamos da campanha contra o tráfico internacional de mulheres, quando fomos até Suriname, para vermos de perto o que era o tráfico.”

“Assistir em um filme é uma coisa, e a realidade é muito diferente. Eu me

perguntei muitas vezes: Será que isso é verdade? Uma mulher de 21 anos vai se iludir com um casamento fantasioso, será que vai acontecer isso, será que eu cairia nessa situação? Eu, que trabalho com políticas para as mulheres, sou politizada, não cairia, mas uma mulher do interior, jovem, bonitinha, que tem pouco conhecimento, cai. Aquela mulher que não é politizada, que não tem formação ela também cai. Normalmente, ela começa a namorar aquele francês, guianense, holandês, e quando começam a ter contato, através da internet, ele vem para o Brasil para visitá-la. Daí já quer levá-la para lá, tão logo tire toda a documentação, porque promete que vai passar a ganhar 700 euros. Quando chegam aos seus destinos, a realidade é outra: passam a ser prostitutas/escravas desses homens, e têm uma dívida contraída. 'Agora a sua documentação vai ficar comigo; você vai ficar aqui em casa e trabalhar para mim', ou seja, vira escrava dele. E, se ela denunciar, contar para um vizinho... lá os clandestinos se conhecem, os clandestinos tem contato com os clandestinos, e ele vai dizer para o outro: 'Se você ajudar essa mulher, eu vou te denunciar e você vai ser expulso daqui'. Alguém vai querer denunciar? Não. E aquela mulher fica lá por anos e anos, até que ele não a queira mais. Aí, ele a denuncia, e ela é deportada para o Brasil. Há pouco tempo, tivemos o caso de uma mulher que chegou toda lesionada, com costelas quebradas, pé quebrado e queimado. Num ato desesperador por estar apanhando dele, pegou álcool e jogou na casa, e queimou os pés. Foi presa por tentativa de homicídio, por estar tentando colocar fogo na casa. Não consideraram o lado dela, mas só a denúncia dele. Ela passou um ano e quatro meses presa e não recebeu nenhum tipo de medicamento. Ela nunca foi atendida por um médico. Foi julgada, condenada e expulsa de lá; foi parar no município do Oiapoque sem nada, com a roupa do corpo. Quando ele ia visitá-la, era para ameaçá-la de morte, caso dissesse alguma coisa. Ela se tornou uma pessoa apavorada. Nós conseguimos fazer com que ela retornasse ao município de origem."

Ao falar sobre a complexidade da problemática, Wilza Oliveira desabafou: "Já ouviram algum depoimento de alguma mulher que está ganhando mil euros por dia fazendo programa e parar para levar uma vidinha aqui no Brasil para ganhar o salário mínimo? Eu atendo várias mulheres no Oiapoque, e eu não ouvi. A moça que a gente ajudou a voltar para Belém quer voltar para Caiena, porque não está conseguindo o que fazer."

Ismael Silva Costa destacou que o tráfico de mulheres "é uma das modalidades do tráfico de pessoas mais praticadas no mundo contemporâneo. Em sua essência, se presta à escravidão sexual e à venda da mulher como objeto

sexual, muitas vezes contra a sua vontade. O Brasil foi um dos primeiros países a elaborar um plano nacional de enfrentamento da violência sexual. O Oiapoque é uma rota do tráfico. E a nossa competência em atuar vai até o rio Oiapoque. Depois de lá seria competência dos deputados estaduais, dos senadores, quer dizer, estamos fazendo aquilo que já ultrapassou o nosso limite. De acordo com estudo da Organização Internacional de Migrações (OIM), que se concentrou na Argentina, no Chile e no Uruguai em 2006, foi revelado que as vítimas costumam ser mulheres de classe social baixa, que vivem em um ambiente de marginalidade, com um entorno familiar instável, além do precário nível educacional. Além dos agentes diretos, o tráfico também conta com a intervenção dos secundários, como motoristas de táxis, funcionários públicos, policiais, juízes e políticos, que colaboram implicitamente ou que, com sua indiferença, tornam possível esse tipo de prática. A vulnerabilidade social tem empurrado cada vez mais brasileiras para a rota do tráfico de mulheres com destino a países como o Suriname. Os especialistas afirmam que o problema acontece há mais de 40 anos no Brasil, mas pela primeira vez o perfil dessas mulheres foi traçado por meio de estudo aprofundado.”

“Ao contrário do que se imagina, a exploração sexual não tem ligação apenas com a pobreza e a exclusão social. Trata-se de um problema que também está relacionado com questões culturais, como as relações de poder entre adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres. No Brasil, há 241 rotas de tráfico para fins sexuais, sendo 131 internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. O Brasil foi um dos primeiros países a elaborar um plano nacional de enfrentamento da violência sexual. A sociedade está mais mobilizada e informada sobre a necessidade de combater esses crimes. O Parlamento tem desempenhado um papel cada vez mais ativo nessa luta. Em 1993, foi criada a primeira CPI para investigar a questão. Dez anos depois, outra Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada no Congresso Nacional e colocou o tema novamente na agenda do Legislativo. A CPI apresentou propostas para aprimorar as políticas públicas e mudar as leis com o objetivo de resguardar os direitos das vítimas e propiciar o enquadramento criminal dos culpados. Em termos de mudanças legislativas, pode-se afirmar que a maioria das alterações está concentrada no Código Penal, no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, e desde 2005 foram aprovadas pelo Senado, precisando agora da votação na Câmara dos Deputados para se tornarem mais um instrumento de combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. O enfrentamento de um problema tão complexo como a exploração

sexual requer medidas igualmente complexas, adotadas em diversas áreas: educação, saúde, assistência social, turismo e direitos humanos. Atualmente, temos programas importantes, mas essas estratégias precisam de ampliação e aperfeiçoamento.

No encerramento, Ismael fez a indicação de alguns filmes que tratam da questão das migrações e do tráfico de pessoas: Tráfico Humano; Anjos do Sol; Desaparecidos; Para sempre Lilya; Terra Estrangeira; Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado; Bem-Vindo; Mundo Novo; Persépolis.

A realidade da comunidade quilombola

A temática intitulada “A realidade da comunidade quilombola” ficou a cargo de Durica Almeida, Creusa Miranda e Laura da Silva, representando as organizações da sociedade civil, e Marlúcio Lobo Cabral, pela Secretaria dos Povos Afrodescendentes. Foram relatados casos de violência contra a mulher, de gravidez na adolescência, de incesto, de alcoolismo, além da violência institucional. Muitas jovens que trabalham como domésticas têm filhos com o próprio

patrão. A Lei Maria da Penha tem sido um grande instrumento de trabalho na comunidade. As apresentações foram intermediadas por Laura, com músicas cantadas ao som



da belíssima percussão do marabaixo, que é a mais autêntica manifestação folclórica do Amapá.

Creusa Miranda começou relatando um pouco da vivência nas comunidades quilombolas. “Curuaú (ilha amazonense) é uma das comunidades mais próximas e, com a distância para as outras, vai-se de barco ou de carro. Temos relatos de violência contra as mulheres negras, que acontece dentro das comunidades. O problema é muito sério, e o que dificulta muito é a distância, pois não temos delegacias nem uma rede abrangendo essas comunidades. A carência disso torna a situação ainda mais grave, porque não sabem como resolver. A mulher não relatava, e só nos procurava depois de ocorrido o ato de violência, por conta da timidez. É muito comum o pai engravidar a filha e, se for denunciado, mãe e filha são mortas. Havia uma convivência dentro da co-

munidade. Nas comunidades quilombolas, a gravidez na adolescência é muito comum. Ainda existe a cultura que, quando a filha engravida, o pai dá uma surra nela e a põe para fora de casa. Ela resolve, então, procurar viver com o companheiro, e daí ocorre a questão de espancamento. Para você sobreviver numa comunidade quilombola ou você trabalha na roça, ou você morre de fome. O consumo do álcool é o que mais causa a violência dentro das comunidades. E a maioria dos jovens convive com a questão do álcool, o que gera muita violência. Começamos a mostrar para essas mulheres outro caminho, uma outra forma de sair desse ciclo de violência. Há, também, o problema dos patrões que se envolvem com as meninas, que são estupradas — e essa é uma outra forma de violência em que estamos tentando intervir. Além disso, há mulheres que trabalham como empregadas domésticas e têm filhos com os próprios patrões. Hoje, como estamos dentro do governo, conseguimos avançar no trabalho nessas comunidades. E a Lei Maria da Penha ajudou muito a se trabalhar com a realidade dessas comunidades.”

Maria das Dores do Rosário Almeida (Durica) abordou a questão da violência institucional, que é cometida pelo próprio Estado. “As mulheres negras são as mais atingidas. A maior forma de violência contra as mulheres negras é o racismo. O racismo é provocado pelo Estado, por homens. Dentro da própria comunidade, as mulheres mais claras se sentem superiores, e isso foi criado pela própria sociedade. O espaço onde a mulher negra mais sofre é na escola, que reproduz e provoca a violência. Aqui, a questão do preconceito escolar também está presente, e elas não têm acesso às Delegacias de Mulher. A ausência do Estado também é uma forma de violência onde moram, já que elas não têm como sair para denunciar. No segundo projeto que coordenamos, com o mesmo nome do primeiro, ‘Mulher, teu corpo a ti pertence 2’, não formamos só mulheres, fizemos também com o poder público. Desse projeto, originou-se a Rede de Atendimento à Mulher — a RAM —, que hoje é uma política pública do estado. Vemos que essa rede vive muito isolada, cada qual faz o seu papel, não consegue atender à mulher negra, pois elas se encontram na periferia e na rede urbana de Macapá, e a RAM não chega até lá.”

Marlúcio Lobo Cabral representou a Secretaria dos Povos Afrodescendentes. Em sua fala, destacou que, “com relação à violência no campo e nas comunidades negras e quilombolas, os três maiores fatos que aconteceram no estado do Amapá e tiveram repercussão nacional foram:

Em 1962, na comunidade de Casa Grande, houve um dos maiores
con itos, que causou a morte de duas pessoas e ferimentos em várias

outras, relacionado à violência no campo. Os moradores de Casa Grande usaram da força policial, pedindo para saírem do local onde nasceram, dizendo que a área lhes pertencia, gerando o conflito. Os escravos conseguiram a área em troca de trabalho. Recusaram-se a sair, e a polícia chegou lá, quebrando tudo, batendo nas mulheres e crianças. Esse conflito teve uma repercussão muito grande na época, quando nunca tinha se ouvido um relato dessa magnitude. Com isso, as pessoas diziam que os negros eram violentos, que invadiam terras. E a má interpretação judicial gerou uma polêmica muito grande.

Outro acontecimento, que eu considero um dos maiores eventos negros da comunidade quilombola e urbanos do Amapá, deu-se na comunidade Rosa, em 2000. Dona Geralda e seus filhos passaram duas semanas dentro da célula onde seriam colocados resíduos de manganês, justamente para que não depositassem esses resíduos naquele local, senão toda a comunidade seria contaminada. Ou seja, por iniciativa própria, ela resolveu ficar dentro da célula para que centenas de pessoas da zona rural não fossem prejudicadas. Além disso, o secretário do Meio Ambiente acabou sendo surrado por várias mulheres em frente ao Fórum, por ter autorizado o depósito de rejeito de manganês naquele local, onde havia muitos negros envolvidos, e para impedir que o arsênio, um líquido que sai do rejeito de manganês, penetrasse no solo, correndo o risco de causar um desastre ambiental. Ele esqueceu que, nesse evento, havia muitas mulheres que eram guerreiras. A primeira-dama Janete Capiberibe, que ali estava presente, ligou de um telefone para o então governador João Alberto Capiberibe, que ordenou à Polícia Militar para se retirar do local e que o trem que estava carregado com arsênio voltasse e não mais despejasse o rejeito na área da comunidade do Rosa.

Em 2006, a comunidade de Ilha Redonda teve que se reunir para tentar coibir duas situações: uma, sobre a invasão da área em frente à comunidade e a outra, sobre a lixeira pública — não havia condições de sobrevivência por conta das moscas, da fumaça tóxica e do odor. Assim, fizemos uma intervenção com 160 mulheres, para coibir o que estava acontecendo com a lixeira na comunidade de Ilha Redonda. Durante o conflito de terra na comunidade de Ilha Redonda, o alvo principal da Polícia Militar era, então, o líder rebelião Marlúcio Lobo Cabral.

Laura Cristina da Silva fez uma fala voltada para a violência contra a mulher no âmbito cultural, destacando que “como os maridos faziam as agressões e ninguém tinha coragem de denunciar, o momento que elas tinham para afogar aquela dor se dava no âmbito da cultura, no momento do marabaixo, do batuque, no momento do canto, da dança. Mas eu vejo que as coisas não são diferentes no meio cultural. Sendo cantora e tocadora de marabaixo, os olhares dos homens não são muito satisfatórios. Eles não aceitam uma mulher tocando, pois é uma ameaça de perderem seu espaço. É um momento de discriminação, por que não permitir esse momento para as mulheres? Hoje as mulheres, estão mais corajosas, vão, lutam pelos direitos de igualdade. Não queremos brigar para estender a violência, e sim porque temos nossos direitos de mulher da mesma forma que os homens. Deu conta, vai e faz!”.

A questão indígena

A temática intitulada “A questão indígena” foi abordada por Francisca dos Santos Pisa, que é professora das aldeias. Atua na Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Em função do machismo na comunidade indígena, ela decidiu se casar com um homem branco esperando encontrar um relacionamento mais harmônico, o que não ocorreu. Acabou se separando. A partir do momento em que as mulheres das aldeias começaram a enfrentar os homens, surgiu a primeira cacique. O alcoolismo também é um sério problema nas aldeias.



Francisca contou que “o casamento indígena é muito diferente, as questões de violência não podem ser divulgadas, aguentei, mas decidi: sou educadora, sou professora indígena, tenho meus filhos vivenciando essa vida...

Foi assim que eu saí da minha aldeia para sofrer em outra aldeia. Então, a gente vê que a violência não ocorre só com os negros. Começaram as brigas dentro de casa, humilhação, não podia sair da comunidade. Eu terminei o 2º grau, pensava, eu não posso passar por isso. Quando chegou a separação, a comunidade não reagia, procurei a Justiça do lado dos brancos. Hoje estamos separados, o juiz que nos atendeu disse que era primeira vez que ele estava fazendo isso. Foi um constrangimento na comunidade, na Funai, porque essas coisas não podem ser levadas para fora da aldeia. Na época da separação, foi uma situação horrível, o marido me batia na frente dos filhos. O

alcoolismo local e regional é muito evidente, e é muito difícil de lidar com essa situação. No Amapá, não existem clínicas para tratamento de pessoas alcoólatras. É uma questão de educação, de valor e de índole. Dentro das aldeias, a realidade é bem diferente da cidade. As jovens indígenas são violentadas pelos policiais. Existem gays nas aldeias? No Oiapoque surgiram alguns, e o cacique não aceita. É uma questão que tem de se começar a trabalhar, furar essas barreiras. Uma das questões principais para fortalecer a cultura é a religião. Quando um pastor, padre ou pai de santo penetra numa aldeia, vai causando um poder muito destrutivo, muito grande nessa cultura. Eles falam que a cultura indígena é toda errada, e isso provoca um índice de suicídio muito grande, principalmente entre os jovens, que se enforcam, se alcoolizam”.

Dentre as intervenções das/os participantes, destacam-se as abaixo descritas:

“Houve um evento em Belém, o Encontro dos Povos da Amazônia, do qual participou uma moça do Tumucumaque. Ela fez uma colocação na mesa, combatendo o racismo e o machismo, informando que lá há um abuso da Aeronáutica, porque para eles saírem de lá é muito caro, R\$ 12 mil de frete. Então, as jovens são abusadas sexualmente pelos militares que lá vão. E elas não denunciavam porque são ameaçadas inclusive pelos pais, e se fizerem essa denúncia, não vão sair daqui.”

“Eu quero lhe perguntar sobre a questão da homossexualidade, sobre esse comportamento dentro da aldeia, como você consegue visualizar essa situação?”, questionou uma participante, a quem Francisca respondeu: “Quando estudava em Belém, vieram uns alunos da Universidade fazer uma pesquisa, e daí surgiu a curiosidade: ‘Existe gay na sua aldeia?’. Na minha aldeia, ainda não vi, talvez esteja incubado... Quando eu vim morar no Oiapoque, começaram a surgir, havia muitos escondidos. Depois que alguns professores começaram aparecer na área indígena e se assumir, começaram a surgir índios gays, que estavam escondidos porque não tinham coragem de assumir sua homossexualidade. O cacique foi na Secretaria de Educação e disse que não queria professores gays nas aldeias, porque incentivavam nossos indígenas. O secretário foi contra e disse que não podia fazer essa discriminação. Hoje, há muitos índios gays saindo da aldeia para morar no Oiapoque. E, quando chegam aqui, são desprezados. Temos que começar a trabalhar essa questão, porque o cacique não fala sobre isso. Na escola, na reunião com mulheres, temos que discutir esse assunto.”

Gênero, violências e orientação sexual

“Gênero, Violências e Orientação Sexual” foi o tema abordado por Sandra Matos, do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram), e por Cleib Garcia, do Grupo de Homossexuais Thildes do Amapá – Chata. Ao som da música “Maria, Maria”, Sandra detalhou o atendimento jurídico, psicológico e social oferecido pelo Cram, que conta com o apoio de 20 funcionárias. Dentre os projetos, estão o Cram itinerante, para levar atendimento à mulher vítima de violência, nas comunidades e nos municípios, fazendo, inclusive, o embeleza-



mento das mulheres. O projeto “Pintando o Sete”: quando assumimos em janeiro, percebemos que o muro do nosso Centro estava feio. Fizemos o projeto e, com ajuda da Secretaria de Segurança Pública, que nos proporcionou os pintores, a tinta, foram

selecionadas frases de efeito, chamando a atenção para a população da violência contra a mulher, bem como para a valorização das mulheres. É uma maneira de divulgar o Centro como também de chamar a atenção para a questão da violência contra as mulheres. O “Projeto Solidário”: elaborado para ajudar as mulheres vítimas de violência, por meio de doação de fraldas descartáveis e alimentos não perecíveis, bem como para auxiliar a mulher que nos procura diariamente naquele momento de desespero. Outro serviço está voltado para a terapia ocupacional, quando a mulher tem um momento para conversar, para dialogar e para procurar um trabalho, para ter uma renda, porque acreditamos que não basta a mulher ter todo um aparato de combate à violência se ela não tem autonomia financeira. Assim, por meio de um trabalho, dessas oficinas, vai gerar um emprego para que ela saia desse ciclo de violência”.

De forma bastante estratégica, Kleber dividiu as/os participantes em grupos para discutirem focos diferentes: o que é homossexualidade, o que é orientação sexual e qual a diferença entre sexo e sexualidade. Foi uma oportunidade ímpar de discutir a temática de forma aberta.

Depois da reunião dos grupos, Kleber explicou que “A homossexualidade é a atração afetiva e sexual por uma pessoa do mesmo sexo, da mesma forma que a heterossexualidade ocorre a atração por outro sexo. A homossexualidade também não tem explicação. A orientação sexual é a atração afetiva ou sexual que uma pessoa sente pela outra. Nela existe um *continuum*, que varia desde

a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Homossexualidade exclusiva: por exemplo, transexual, do homossexual masculino, do gay. Bissexual: a pessoa mantém sexo com ambos os sexos sem problema nenhum. Identidade sexual é o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou de feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida e que nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa, no caso de transexual. Por exemplo, tem o órgão genital constituído masculino, mas isso não corresponde à vida dela em sociedade. E quais seriam as diferenças entre sexo e sexualidade? Atualmente a palavra sexo é usada em dois sentidos diferentes: ou se refere ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada do sexo masculino ou feminino, ou se refere à parte física da relação sexual. A sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações, interpretações. O grupo foi bem naquilo que é o conceito estudado e acadêmico. As relações de gênero historicamente construídas com bases nas diferenças de sexo feminino e masculino, atingem pessoas e grupos que frequentam os mesmos espaços sociais.”

Ao final, Kleber frisou que “a homofobia é um conceito importante de ser assimilado e apropriado por todas as pessoas. Esse termo passou a ser empregado para descrever o sentimento de ódio, aversão, intolerância e discriminação em relação aos homossexuais e às homossexualidades”. Sem dúvida, um mundo embasado no conceito ampliado de paz também depende do enfrentamento à homofobia.

A oficina foi encerrada com o compromisso das lideranças de multiplicar o conteúdo gestado no cotidiano, dentro das organizações governamentais e não governamentais que integram a rede de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Ao mesmo tempo, declararam ansiedade em ver o produto final com as diretrizes e instrumentos para a aplicação da metodologia, com a contribuição das diversas regiões. Representantes de Macapá também estiveram presentes no seminário Consenso sobre a Gestão do Conhecimento, que será detalhado mais adiante.

3. São Bernardo do Campo/SP: a peculiaridade da zona industrial



A terceira oficina deu-se no berço do sindicalismo brasileiro, São Bernardo do Campo/SP, uma das sete cidades da região conhecida como Grande ABCD, contando com um total de 61 lideranças participantes, sendo 50 mulheres e 11 homens (incluindo cinco policiais)

Em São Bernardo do Campo (SP), a oficina realizada em 23 e 24 de novembro de 2011 no salão de eventos do Pampas Hotel, com um total de 61 lideranças efetivas ou potenciais com poder de multiplicação, não só conseguiu ter um número um pouco maior de homens inscritos — 13, dos quais 11 participaram — como trouxe um cenário inovador pela presença de cinco policiais masculinos da Guarda Municipal. Com eles, foi possível acrescentar outras especificidades na construção coletiva do saber, para um consenso representativo nacional de diretrizes e instrumentos para trabalhar a questão da violência agregando ambos os sexos.

Parte da região metropolitana de São Paulo, mas com identidade própria, São Bernardo do Campo, que tem uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, é uma das sete cidades que compõem o chamado Grande ABCD — com Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Todos os municípios juntos perfazem 825 km² e uma população de quase 2,5 milhões de habitantes. A região é marcada por ser o primeiro centro da indústria automobilística brasileira. Por isso, tornou-se o berço do sindicalismo do país. Lula, histórico líder sindical de São Bernardo do Campo, foi o primeiro operário a se tornar presidente do Brasil (gestões 2003-2006 e 2007-2010). A maior parte desses municípios tem uma tradição recente de governos locais de esquerda, o que contribui para a implantação e a implementação de políticas públicas em estreito diálogo com os movimentos sociais. De qualquer forma, pelo fato de a região ser altamente caracterizada por sindicatos da área da metalurgia, o machismo arraigado nessas instituições está refletido no comportamento da sociedade local, já que essa classe trabalhadora é formada e dirigida majoritariamente por homens operários.

A seguir, os principais trechos da construção coletiva local, que foi potencializadora das contribuições do processo dialógico de dois anos do projeto, com destaque para as consequências do machismo sindical, a questão da



violência causada durante a construção do Rodoanel (e, como consequência, “os filhos do Rodoanel”), o “pancadão” (baile *funk*) e a violência sexual.

Maria Ferreira de Souza, a Loló, que é uma das lideranças locais, coordenou a dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas. A maioria das pessoas participantes demonstrou estar aberta para novos



aprendizados, visando a buscar a construção coletiva e o fortalecimento das práticas locais.

Vera Vieira, ao apresentar os principais pontos do projeto e o histórico do que já havia sido construído coletivamente, ressaltou a importância do fomento ao diálogo no transcórre da oficina, característica esta mais importante do que a exposição

dos temas, para que se alcance o cerne da metodologia de educação popular feminista.

Em seguida, para que Clara Charf se aprofundasse no conteúdo da Resolução 1325 da ONU — que versa sobre o conceito ampliado de paz no sentido de segurança humana e justiça (ver detalhamento das explicações no relato da primeira oficina e em textos do Capítulo III) —, cada participante escreveu em uma cartolina o significado que atribuía à palavra “paz”. Da re-exaão, surgiram palavras e frases como: ser feliz, compartilhar, estado de espírito, saber, tolerar e respeitar, amor, atitude, construção coletiva, cuidado com tudo e todos, respeito às diferenças, plenitude, dignidade, superação, estado de espírito, ausência de violência. Clara frisou que “não vamos resolver os grandes conflitos da humanidade se não resolvermos os problemas miúdos, do cotidiano. Para resolver as grandes guerras, é necessário resolver primeiramente as pequenas guerras. Assim, o conceito e as discussões sobre a luta pela paz mudaram muito”.

Dentre as discussões que o tema provocou, destacam-se as seguintes reflexões das/os participantes:

“Precisamos nos livrar dos estereótipos, dos modelos que fazem com que não tenhamos tolerância com as outras pessoas. A tolerância e o respeito à diferença são princípios de construção da paz no cotidiano. Estamos vendo a intolerância religiosa levando à guerra. Vou explodir o deus dela porque é diferente do meu. Então, para mim, a intolerância é algo muito forte. Eu não preciso gostar do transexual, mas tenho de respeitá-lo, porque ele é humano

igual a mim. Eu não preciso gostar da Loló porque ela é loira, mas eu devo respeitar a Loló porque ela é um ser humano igual a mim. Somos todos da raça humana. Não tem um melhor do que o outro, ou uma melhor do que a outra. E costumamos pôr um padrão cultural... Por exemplo, aprendemos no nosso padrão cultural que devemos ser heterossexual, casar, ter filhos. E quem não quer ter filhos? A própria mulher acaba por dizer, por exemplo: 'Nossa, essa mulher está errada, ela não gosta de criancinhas, ela é má, é egoísta'. Não, ela é uma pessoa que quer fazer do corpo dela o que ela quiser, e ponto. A mesma coisa ocorre com uma pessoa homossexual. Eu não preciso ser homossexual, mas entender que essa pessoa homossexual é uma pessoa igual a mim, ela só tem outra vivência no prazer sexual. Eu não posso deixar de contratar uma pessoa, por exemplo, que tem uma deficiência na mão, pois ela pode usar outra técnica. Eu não posso discriminar antes de saber como essa pessoa pode atuar."

"Gostaria de ver, a partir desse conceito que a Clara apresentou, aprovado pela Organização das Nações Unidas, como nós vamos articular, costurar formas de atuação nesse cotidiano, para que possamos implementar, na prática, a paz ampliada. Eu estou pensando no trabalho em rede. Nós estamos aqui formando uma rede, para poder fazer alguma coisa pela paz, enquanto luta cotidiana."

"Hoje, o treinamento com o policial está muito diferente. Uma das exigências da própria ONU é que haja direitos humanos, políticas afirmativas na grade curricular. Isso objetiva um respeito com o policial e que esse policial tenha respeito quando faz sua atuação policial na rua. Na nossa prática, o nosso objetivo principal é a prevenção. Lutamos para que a violência não aconteça. Se aconteceu violência, é porque nosso trabalho foi falho. Se houver violência, nós vamos atuar por meio da conversa, com o diálogo. Mas se chegou à violência, atuamos como agrante delito, então, prendemos o agressor. Mas o nosso objetivo é que não aconteça o agrante. Se chegou ao agrante, é que nossa atitude foi falha. Na nossa atitude policial, cultivamos também o respeito. Respeitando a pessoa numa abordagem, respeitando até mesmo a pessoa presa. Sabemos que esse preso também tem seus direitos. Se você agride o preso numa abordagem, essa pessoa também levará violência para outras pessoas."

"Há as guerras armadas e as guerras das nossas mentes, e estas últimas são as mais difíceis, que são as da cultura da competição, do levar vantagem, de eu sobrepor ao outro por meio da força. É essa a nossa cultura. E quando alguém fala, é preciso ouvir para compreender. Isso faz toda a diferença. Ouvir é diferente de escutar. Eu preciso ir travando essa guerra interior dos conceitos que eu tenho."

Masculinidades



Para a abordagem do tema “Masculinidades”, foi convidado Flávio Urra, psicólogo da região com experiência no trabalho com homens para tratar das relações de gênero.

Ele enfatizou a construção social do que é ser homem — forte, valente, violento, insensível, etc. — e as trágicas consequências desses comportamentos para ele próprio e para toda a sociedade. As/os participantes foram divididos em grupos, para refletir sobre os seguintes aspectos: Quais as vantagens e desvantagens de ser homem? Quais as vantagens e desvantagens de ser mulher? O que os homens fazem para manter sua vantagem sobre as mulheres?

A discussão gerada pelas respostas dos grupos foi o alicerce para a teorização do tema por Flávio, que ressaltou:

“O modelo de homem não é um modelo pronto para os outros homens se basearem. O modelo de homem não é um modelo igual em todas as sociedades: é um modelo que muda o tempo todo. Se em uma época da história havia um jeito de ser homem, em outra época era outro jeito; em uma cultura é de um jeito e em outra cultura é de outro. Então, muda, dependendo da sociedade, do país. Não é um modelo fixo. Não é biológico, porque se fosse biológico todos os homens se comportariam de forma igual em qualquer cultura, como os animais. O comportamento de um gato no Japão é igual ao comportamento de um gato no Brasil, nos Estados Unidos. [...] O homem e a mulher têm comportamentos que mudam dependendo da sociedade, da cultura em que vivem. Por isso, colocamos que esse homem é construído social e historicamente. Dessa forma, tanto o nosso jeito de ser homem quanto o de ser mulher aqui no ABC têm influências históricas, por exemplo, do que achamos certo ou errado de um homem fazer. Nascemos numa sociedade em que o nosso papel de homem já está escrito. Nascemos e vamos exercer aquele papel como a sociedade nos coloca, como se fôssemos participar de uma peça de teatro cujo *script* já está pronto. Contudo, colocamos também que somos atores sociais, sujeitos ativos. Nem o homem é vítima da sociedade e nem as mulheres são vítimas da sociedade. Somos sujeitos ativos que, ao mesmo tempo em que estamos recebendo influências da cultura, da ideologia, também as estamos produzindo. Assim, muitos homens se aliam à ideologia machista e fazem esse

movimento de abuso de poder, que a sociedade dá a ele como homem — se aliam a essa ideologia e a reproduzem. Mas muitos não compactuam com isso, acredito que os que estão aqui não se aliam a esse padrão que a sociedade estabelece. Somos sujeitos ativos influenciados, mas que influenciemos também. Estamos o tempo todo produzindo cultura, informação e o modo de ser homem na sociedade.”

“Os meninos, depois de certa idade, vão para a rua, e é aí que aprendem a violência. O único momento em que aprendemos violência com a mãe é quando ela bate na gente. Quando está apanhando da mãe, o menino aprende que pode bater no outro por amor. Aprende que amamos uma pessoa e podemos bater nela. Que a mãe está batendo ali por amor, ‘E eu quero que você seja um menino educado, por isso estou te batendo’. E, quando vai para a rua, aprende a violência. Entendemos que os homens aprendem a cometer violência com outros homens. Geralmente, os meninos mais velhos estão ali oprimindo os mais novos: eles batem, maltratam, os colocam em posição vexatória, cometem abuso sexual. Na rua, os meninos sofrem uma série de violências. Na rua, você tem de ser mais forte, mais esperto, senão você dança. Dessa forma, a rua é um lugar de luta de lideranças, luta de poder. E esses homens estão o tempo todo lá para esse enfrentamento. Essa ideologia machista coloca o homem numa posição superior, e a mulher numa posição subalterna. Fica aquela coisa de a mulher servir o homem, que se julga proprietário dela, portanto, pode bater. As novelas são machistas, violentas. Dão sempre para a mulher o papel de ser salva por um homem. No filme, na novela, para o homem sobressair, tem que rebaixar a mulher. Ela tem que ser fraca, covarde, para o homem se destacar. E tem muita situação de violência, com o homem matando, batendo, e geralmente estamos torcendo por ele. E os meninos vão vendo e vão assimilando toda essa violência. São esses homens, esses “heróis” que vão nos definindo. Qual super-herói você vai ser, qual artista? Então, esses homens vão definindo nossa masculinidade. [...] Precisamos ter autoridade, tanto o homem quanto a mulher. Mas aquela autoridade que representa o respeito.”

O tema suscitou polêmica entre as pessoas participantes. Dentre as colocações, destacam-se:

“O valor que a nossa sociedade patriarcal dá para o homem está representado no que significa o corpo masculino na sociedade. Então, quando nasce uma criança e é um menino, é uma festa. A família mostra para todo mundo. E se é menina, há famílias que ficam chateadas. Dizem: ‘Mais uma mijona em

casa'. A construção da sexualidade do menino e da menina está muito ligada por isso. A sociedade reconhece a sexualidade masculina como algo necessário, biológico, algo que ele precisa dentro dele. A sexualidade feminina é ligada à moral. A mulher que pratica sexo sem ter parceiro fixo, sem ser casada é imoral. O homem que pratica sexo sem ter parceira, sem ser casado é natural, porque ele precisa disso. O estímulo à sexualidade masculina é muito grande, desde que o homem é pequeno. O comportamento de risco do homem em relação à sexualidade está ligado a isso. Os homens são educados a obter prazer de qualquer jeito, e não pensam, por exemplo, na questão da gravidez indesejada. Aí as pessoas falam: 'As meninas ficam transando e não usam nada'. Por que elas têm de pensar nisso, em prevenção, e os homens não? Eles têm um comportamento de risco também em relação às doenças."

"Eu tenho um filho de 34 anos e uma filha de 27 anos. Eu fico pensando, pela minha experiência, o quanto é difícil para nós, mulheres, não reforçarmos essa construção social e cultural. Por exemplo, a mesma situação com a filha e o filho: eu vou pedir para minha filha arrumar a cozinha e não para o meu filho? Se eu não ficar atenta, vou pedir muito mais para minha filha do que eu peço para meu filho. Ou, então: o meu filho vai pedir para trazer a namorada para dormir em casa. E a minha filha, quando liga dizendo que vai trazer o namorado? Tudo bem? Tinha de ser tudo bem também, por que não? E o quanto é difícil para nós, na prática, não reproduzir a cultura machista. Não estou culpando as mulheres, não. Só falta essa: nós nos culpamos... Mas temos de estar muito atentas para não reproduzir uma atitude enraizada. Essa construção, que se arrasta por milênios, também é muito difícil para os homens."

"Também existe uma opressão sobre os homens, porque quando ele quer assumir um comportamento diferente do padrão, ele sofre. Muitos homens têm um comportamento incomum. Por exemplo: os meninos estão usando brinco. Muitas famílias querem cortar as orelhas dos meninos porque brinco não é coisa de homem. O homem que é casado e não é galinha sofre opressão dos outros, porque o padrão é ser galinha. Quando ele não quer, e quer ter uma interação bacana com a companheira, ele é alvo de piadinhas."

Ao final, Flávio deu o seguinte depoimento: "Eu estou trabalhando com a questão da violência há sete anos, e a falta de espaço para discutir masculinidade me incomoda muito. Eu já trabalhei na área de homicídios. E, às vezes, um homem chorava pela morte de uma filha ou de uma esposa, e quando tínhamos um programa de políticas para fazer um trabalho questionador sobre

gênero e violência, não havia a apropriação do homem, que era o usuário do serviço e não tinha o fomento da sociedade civil e da política pública. Ficava um buraco. E isso me incomoda muito, porque não só esse homem tem de ter um espaço de conversa, porque ele cometeu uma violência. Então, eu me pergunto: 'Por que falta tanto espaço de políticas para o homem?' Não sei se é o homem que não está buscando seu espaço de protagonismo ou se tem vergonha e não se apropria, ou se não há interesse e vontade política para conquistar esse espaço."

Gênero e Feminismo



Cristina Pectkol, da organização não governamental Fé-Minina, ao focar o tema "Gênero e Feminismo", provocou grande alvoroço entre as pessoas participantes, em função de duas dinâmicas iniciais de educação popular feminista. A primeira, para discutir o significado de gênero, buscava escolher atributos para a mulher e o homem, representados

por dois artistas famosos e, obviamente, dentro do padrão de beleza ocidental: branco, bem-educado, com poder econômico... Para as características femininas, foram escolhidas as palavras fragilidade, pureza, docilidade, passividade, meiguice, subjetividade, virgindade, emoção, cuidado e afetividade. Para o homem, escolheu-se força, rigidez, razão, impessoalidade, insensibilidade, agressividade e experiência sexual. Para a segunda dinâmica, que objetivava explicar a noção de feminismo, houve a divisão em quatro grandes grupos, sendo que as pessoas integrantes de dois deles deveriam fazer afirmações contrárias e dos dois outros, afirmações favoráveis. Foi uma excelente estratégia para minimizar os estigmas existentes na sociedade. Para o ataque ao feminismo, foram mencionadas frases como: "As feministas são responsáveis pelo aumento da violência, porque saem por aí e não têm tempo de educar os filhos"; "Feministas são mal-amadas, então, é só dar um trato para ficar tudo certo"; "Elas precisam pilotar o fogão antes de pilotar o carro"; "Por conta de as mulheres ocuparem o mercado de trabalho, os homens estão ficando sem emprego". Dentre as frases favoráveis ao feminismo, estavam: "A responsabilidade com os filhos é tanto dos homens quanto das mulheres"; "Pelo contrário, antes de sermos mal-amadas, nós nos amamos"; "Ser feminista não é ser contra nin-

guém”; “O feminismo luta pela conscientização das mulheres e pela harmonia das relações entre mulheres e homens”.

Depois, Cristina destacou o seguinte: “Nós aprendemos na sociedade o que é o estereótipo de ser feminista, tanto que, quando eu chego numa plateia como esta aqui e falo que sou feminista, as pessoas perguntam: ‘Mas como? Ela é tão meiga, dócil, delicada’. Todas as características que vocês descreveram. Aí dizem: ‘Eu sempre tive na minha cabeça que feminista é sapatão ou são aquelas mulheres que vão queimar sutiã na praça’. Essa é a ideia que a sociedade passa para que as pessoas sejam justamente contra o feminismo. Infelizmente é isso. E estamos aqui justamente para desconstruir essas ideias e colocar que a paz começa nas relações entre homens e mulheres. Que a paz não é só a ausência de guerras: a paz começa na relação dentro da nossa casa, que depois vai se integrar à relação na sociedade. As mulheres ainda estão em minoria nos espaços de poder, ganham 30% menos que os homens... Temos uma desigualdade muito grande na sociedade. E o feminismo nada mais é do que combater essa desigualdade. O feminismo é uma ação política iniciada pelas mulheres há muito tempo, desde que as mulheres se revoltaram, lá na época das cavernas. Feminismo existe há muito tempo, mas não com esse nome. Feminismo é uma ação iniciada pelas mulheres, mas nada impede que os homens entrem nessa luta conosco por essa igualdade — tanto que temos aqui a Campanha do Laço Branco, de homens que já têm nos apoiado nessa luta. Mas não pode ser só na teoria, ficar só nas ideias, tem de ter prática, ter ética. E tornar as mulheres sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. O feminismo vai trazer à mulher condições de assumir sua própria vida e de ter condições de dizer o que ela quer, sem ser tutelada por ninguém. Importante: Não somos contra os homens. Há uma visão antiga, retrógrada, antiquada, de que somos contra os homens. Não somos. Somos contra o patriarcalismo e o machismo, contra essa sociedade que dita que o homem tem mais poder e subjugava a categoria das mulheres. O feminismo é composto de uma diversidade muito grande de movimentos de mulheres: os clubes de mães, pastorais, pela anistia, contra a carestia... Por volta dos anos 1970, as ruralistas, as agricultoras e as feministas propriamente ditas obtiveram força. O movimento feminista, sem os movimentos de mulheres, não tem a ação, não tem a prática. Por isso, fazemos um esforço de estar em todos os cantos na sociedade. As feministas traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder. Elas buscam construir uma proposta ideológica para reverter essa situação.”



Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher

Dulce Xavier, conhecida liderança do movimento feminista e de mulheres, agora atuando na Prefeitura de São Bernardo do Campo, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, discorreu sobre a prática que vem sendo realizada na região, sob sua coordenação, no sentido de fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Ela destacou os seguintes pontos:

“Inicialmente, falei dessas políticas em nível regional e, depois, focarei em São Bernardo do Campo. Dessa oficina, participam pessoas de vários municípios, com vistas a interagir nessa política de enfrentamento à violência. Isso porque, além de não podermos fazer sozinhas, nenhum serviço e nenhuma cidade conseguem fazer esse enfrentamento de forma isolada. E é um pouco esse o espírito dessa apresentação, que reete a nossa atuação regional. Além de atuar para atender a mulher em situação da violência, queremos eliminar, erradicar a prática da violência, como uma prática que compõe o comportamento da sociedade, nas relações afetivas entre homens e mulheres, ou entre pessoas em que se estabelece uma relação afetiva e acaba tendo a violência como elemento para resolver os conflitos. Queremos eliminar esse comportamento. E, para tal, temos de enfrentar essa prática que faz parte da nossa cultura. E o atendimento — pelas delegacias, pelos centros de referência — é apenas uma das formas de enfrentamento à violência. Precisamos trabalhar com outros elementos no enfrentamento à violência. Primeiramente, é a questão da percepção. Percebemos violência nas relações entre homens e mulheres ou nas relações afetivas entre homens e mulheres? Ou entre pessoas do mesmo sexo que têm uma relação afetiva? Será que a sociedade percebe que essas situações existem? Essa é a primeira atitude que devemos ter para enfrentar a violência. A violência existe? Existe. Logo, temos de mudar isso. Sofre a mulher que passa pela violência, sofre a família, sofre a sociedade. Há uma série de implicações negativas no comportamento violento para resolver conflitos. A percepção, a solidariedade, o não julgamento das pessoas. Devemos perceber sem julgar. Ter uma postura de acolhimento, e não de julgamento.”

“É só percebermos e atuarmos nesse enfrentamento. Não adianta percebermos e calar; temos de atuar, tanto como indivíduos, nas relações de parentesco, ou profissionais quanto como participantes de um serviço de enfrentamento à violência. Todo mundo tem responsabilidade de contribuir para erradicar a violência, não é algo específico de um serviço. Para enfrentarmos a violência, temos que pensar em rede. Temos de pensar numa atuação em que cada pessoa, cada serviço, cada elemento deve contribuir. Devemos ter percepção, solidariedade, não julgamento, acolhimento, atendimento, apoio social, psicológico, jurídico e econômico. Devemos ter atuação em redes com todos os setores, ações educativas, para a mudança cultural. [...] Falamos em democracia de boca cheia, mas uma democracia que tem metade da população ganhando 70% do salário percebido por homens, além de outras desigualdades como as de raça, para com as pessoas com deficiência, a população LGBTs... Vejam a situação da mulher negra: a articulação da discriminação é perversa com ela, que ainda acumula dois tipos de discriminação. Vamos parar e analisar quando uma mulher negra sofre violência. Qual é a autonomia que se dá para essa mulher que tem dupla discriminação? Se não atuarmos para barrar esse tipo de discriminação, o que o Centro de Referência pode fazer é muito pouco.”

“O primeiro Centro de Referência de que se tem notícia no Brasil foi criado em 1981. A Lei Maria da Penha é de 2006, só para termos uma noção sobre o período de tempo que as mulheres estão lutando contra a violência. A primeira Delegacia da Mulher foi criada em 1985. Houve várias convenções assinadas pelo Brasil, resultados de encontros internacionais da ONU, como o encontro que se deu aqui no país, também conhecido como Convenção do Belém do Pará. A Lei Maria da Penha é uma consequência desses documentos. A Lei Maria da Penha identifica a desigualdade de gênero. Fala que a violência contra a mulher é uma decorrência da cultura desigual que temos, portanto, deve-se atender à mulher e atuar para mudar a cultura. É necessário ter a forma educativa. Ela propõe a responsabilização da pessoa, a proteção e o apoio à agredida e a aplicação de medidas educativas e preventivas.”

Dentre os desafios para o fortalecimento da rede de serviços, Dulce enfatizou: conhecer, divulgar e fortalecer a Rede; articular as ações com outros setores para o fortalecimento da mulher: geração renda, ampliação da escolaridade, moradia, creche, etc.; estender atendimentos dos serviços por 24 horas; preservar para si os princípios filosóficos e religiosos, garantindo os direitos da mulher previstos em lei e pelos serviços públicos, sem julgamento ou discriminação.

Violência no mundo do trabalho



Ana Nice de Carvalho e Andréa Ferreira de Sousa, respectivamente do Sindicato e da Federação dos Metalúrgicos, aceitaram a tarefa de discorrer sobre a situação da mulher metalúrgica, o que concretizaram com brilhantismo. Também foi abordada uma questão local de grande repercussão: os denominados “filhos do Rodoanel”, crianças nascidas do envolvimento de muitos dos 40 mil operários, de

diversas regiões do Brasil e que lá estiveram para a construção da obra, com mulheres da região, retornando sozinhas para suas cidades depois de quatro anos, quando da finalização.

Ambas iniciaram a fala, de forma intercalada, focando a problemática das mães do Rodoanel: “As obras do Rodoanel empregaram 40 mil trabalhadores, que vieram de várias regiões do País e que ficaram alojados em bairros próximos da construção: Alvarenga, Las Palmas, Demarchi, Jardim Represa, Jardim das Orquídeas e próximos ao Riacho Grande. É um grande número de homens concentrados numa região pequena e que não moram lá. Até mesmo porque sabemos que, na área da construção civil, está faltando mão de obra. E um dos argumentos de representantes dos bairros foi que um pouco desse impacto era devido à vinda de trabalhadores de fora. Bairros que hoje têm grande concentração de pessoas na região são completamente diferentes de 2007: os chamados ‘filhos do Rodoanel’, meninos e meninas que têm entre 1 e 2 anos, e mães que foram abandonadas durante a gravidez. Devido à conjuntura e à questão social que permanece ainda hoje na nossa sociedade, é sempre importante manter o debate — e muitas coisas sobre que discutimos nesta oficina —, vamos ver que temos muito que avançar nas questões de gênero. Em razão desse grande número de mães e filhos abandonados, a senadora Tereza Surita [PMDB-RR] apresentou um Projeto de Lei que obriga as empreiteiras a investirem em projetos sociais. Levantou uma questão na nossa sociedade que envolveu nossos representantes parlamentares. Inclusive, as famílias que foram removidas tiveram um apoio. Mas não houve nenhum apoio às famílias que ficaram no local... Ela chama de ‘regime diferenciado de contratações públicas’, que vai ser aplicado só para as grandes obras da Copa do Mundo e para as Olimpíadas de 2016. Aqui, em nossa região, essas mães, que ficaram com

seus filhos, chegaram até a casar, alugaram casa, mas quando acabou a obra, esses trabalhadores voltaram para as regiões onde moravam, entre elas, muitas cidades do Nordeste, e não deixaram endereço. E essas mães dos filhos do Rodoanel se sentem maltratadas, discriminadas.”

Ao discorrer sobre a problemática específica da mulher metalúrgica, elas destacaram os desafios de discutir a questão da violência doméstica durante a negociação coletiva. “Qual o momento mais propício para o sindicato estar propondo mudanças e segurança para a mulher trabalhadora que sofre esse tipo de violência? É no momento que senta na mesa de negociação, que senta com o patronal, e que ele pode debater e propor essas mudanças. Mas também há a questão conjuntural, que é para a qual essa sociedade está toda mobilizada. Porque se não tem esse debate com a sociedade, fica difícil de convencer o patrão a colocar a mão no bolso, tanto para a questão social quanto para a questão econômica. Pois essa questão social tem um impacto econômico para as empresas. Daí o desafio de se fazer essa discussão sobre violência doméstica. [...] Vou falar um pouco sobre a Política de Promoção da Cidadania, que o sindicato desenvolve no seu dia a dia, que é: Mulheres Trabalhadoras; Juventude Metalúrgica; Igualdade Racial; Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência; Política de Segurança Pública e Cidadania; Saúde no Trabalho e Meio Ambiente; Cultura: direito dos trabalhadores; Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária. São as áreas que o sindicato debate, tem uma atuação e dialoga com os movimentos sociais. Cada uma dessas condições, que chamamos de coletivas, tem uma agenda:

Ampliação da licença-maternidade para as trabalhadoras é uma pauta que está na nossa agenda desde 2011 e sobre a qual conseguimos avanços. Quase todas as trabalhadoras metalúrgicas do ABC já estão contempladas com esse benefício, mas nosso desafio é aprovar a proposta na Câmara dos Deputados, em votação, para que se torne lei. Até agora é facultativo. A partir do momento em que ela der entrada na renda cidadã, pode requerer a licença-maternidade por mais de 60 dias.

A exibição dos horários das creches é outra, porque muitas mães trabalham às vezes de madrugada e seus maridos também, mas as creches só funcionam em horário comercial.

Qualificação profissional para as mulheres em todas as áreas: um problema que aparece aqui é que a maioria das mulheres ganha 30% menos que os homens, e muitas vezes a mulher tem preparação, mas ela não está nas áreas técnicas em que se ganha mais.

Política de contratação: há mais de 20 anos, nós, mulheres, somos 15% da base. Já houve muitas mudanças na produção, no entanto, o número de mulheres continua o mesmo, então, reivindicamos contratação de mais trabalhadoras.

A questão do preconceito com a mulher negra, que já foi bastante debatida nesta oficina. Igualdade da participação das mulheres em todas as instâncias de poder, o que é difícil. Hoje, o Brasil está no 111º lugar quanto à participação das mulheres na política, então, está muito distante em comparação a alguns países da América do Sul. É um debate que fazemos no sindicato.”

Ana Nice finalizou a apresentação ressaltando que “essa metodologia que a Associação Mulheres pela Paz desenvolve com diferentes segmentos da sociedade, pela qual traz homens e mulheres para debaterem conjuntamente, possibilita que consigamos disseminar essa sensibilização e adotá-la nos nossos direitos, nas nossas conquistas e nas nossas convenções coletivas. Com isso, o sindicato determina sua cultura da paz, que foi muito bem apresentada pela Clara Charf, que é a cultura desenvolvida no dia a dia, no cotidiano”.

Violência sexual entre quatro paredes



Pela primeira vez no decorrer deste projeto, surgiu a necessidade premente de se focar a questão da violência sexual, tema de difícil abordagem.

Maria Auxiliadora Vertamatti — médica do Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (Caism), de São Bernardo do Campo, e professora de Medici-

na — falou sobre o assunto com muita propriedade e provida da sensibilidade necessária. Nas discussões, a questão mais polêmica estava relacionada ao aborto. Dentre os aspectos abordados, estão:

“O atendimento e a assistência à violência sexual são ações muito recentes. Talvez, os profissionais da área não médica estejam há muito mais tempo envolvidos e sensibilizados com essa questão do que nós, médicos. Eu sou médica ginecologista e professora na Faculdade de Medicina do ABC há 15 anos. Em 1998, o Ministério da Saúde lançou pela primeira vez o *Manual de Normas Técnicas sobre a Atenção às Vítimas de Violência Sexual*, para os profissionais de Saúde. As primeiras palavras que estavam lá eram: ‘Quando essa mulher foi estuprada...’, e os profissionais não estavam acostumados com isso, e diziam: ‘Ah, isso vai para o IML, não é da área da Saúde’, cometendo uma série de equívocos, primeiro dizendo que aquilo não era da área da Saúde. Se uma mulher que é violentada vai a um hospital é porque ela está precisando de um auxílio dessa área. Em 1998, ainda se ouvia muito professor dizendo: ‘Ah, mas ela não era virgem...’, porque ainda não tínhamos sequer uma normatização das possíveis situações, por parte do governo federal. Não que a culpa seja do governo federal, é de todos nós, médicos, sociedade de classe, do CRM. Muitas vezes, as mulheres que atendemos, em qualquer serviço e não necessariamente na Saúde, foram agredidas pelo parceiro, e isso é encoberto pelo fato de não ter sido agredida fisicamente. Então, se ele não bateu, não aconteceu nada; se ele é o marido, então, tem o direito. Ela é casada, como vai dizer que o marido a estuprou? São situações com que lidamos desde que começou o movimento de combate à violência contra a mulher, em geral, não só a sexual. Todos os dados que resultam no agravo físico, sexual, uma série de situações que envolve tanto a vida privada como a vida pública dessa mulher. Infelizmente, é um fato universal. As pessoas não falam sobre esse tipo de crime. Não existe debate sobre esse tema, parece que é mais fácil deixarmos para lá, e infelizmente é uma realidade que deixa muitas sequelas. Muitas vezes, quando atendemos uma criança abusada, nós percebemos que a mãe é nitidamente conivente com a situação. Também muitas vezes percebemos, durante o tratamento daquela pessoa, que ela escondeu aquele fato dela mesmo. E percebemos, ainda, que aquela mãe vai lembrando sobre o abuso que ela sofreu dentro de casa ou do parceiro, ou do pai, ou do padrasto, ou de algum ente próximo. Isso é muito frequente, e aquilo vai ser de agrado na idade em que ela é mãe, no sentido de que ‘eu sobrevivi, ela também pode sobreviver’. Ela sai de uma posição de mãe

e vai para a posição de competidora. Se não intervirmos, se não sensibilizarmos todo mundo que está trabalhando na rede, vamos ter muito mais mulheres com sequelas. E as crianças estarão mais sujeitas a esse tipo de violência.”

“É interessante sabermos desde quando essa história de violência contra a mulher vem. Há ossadas de crânio da época pré-histórica, e identificaram que 50% dos crânios das mulheres tinham fraturas, e só 20% dos crânios dos homens tinham fraturas. Uma parte caiu na caverna, o dinossauro mordeu, mas 80% dos casos foram homens que bateram na cabeça da mulher e quebraram o crânio. [...] Mais interessante ainda é que haviam teólogos cristãos que já hostilizavam a mulher, diziam que ela era ‘a porta do demônio’, ‘estátua viva da burrice’. Essas pessoas eram da Época Renascentista. Alguns que se opunham ao cristianismo também falavam mal das mulheres, por exemplo, Voltaire dizia que a mulher era ‘sangue ruim’, que tinha sangue aquoso. Diderot, outro renascentista, dizia que ela tinha aparência civilizada, mas era completamente selvagem.”

“Falar sobre estupro é falar sobre um assunto ‘cabeludo’, porque se não tiver a área médica envolvida, os outros profissionais, os técnicos têm muita dificuldade em ser resolutivos. Isso porque estamos lidando com o genital de uma pessoa, caso com o qual não temos habilidade técnica para saber o que aconteceu. Foi nesse momento que a sociedade pediu que a área de Saúde se manifestasse e se envolvesse. E a Saúde foi ficando cada vez mais envolvida, o que é muito importante para nós. [...] Mas, por que será que as mulheres não falam para os médicos quando sofrem violência? Porque, quando falamos ‘doméstica’, falamos daquilo que acontece entre quatro paredes. Na prática, quando se discute, parece que é só mulher espancada, mas esquecemos que ela também é estuprada. No programa, atendemos em média 100 a 120 mulheres adultas por ano, e em média 160 crianças e mais casos de prostituição infantil. Por isso, eu falo que o nosso trabalho só cresce. Quando uma criança vem para nós, ela não vem sozinha, vem a mãe, o pai, o possível agressor, nós devemos atender, porque não existe nenhuma formalização da denúncia, existe uma suspeita. Então, a primeira hipótese dele é que ele negue, obviamente. Temos uma média de 400 a 500 casos de atendimento só de violência a crianças, fora a que é cometida contra a mulher. Imagina que isso seja, na verdade, um medo de retaliação, uma vergonha. Ela acha que mereceu o abuso. Isso foi revelado em uma pesquisa com entrevistas feitas com mais de 2 mil mulheres, em 1995. Esse trabalho foi publicado numa revista científica, médica. E foi muito interessante, porque não é fácil encontrar com uma mulher que sofreu

dessa causa e que concorda em fazer uma entrevista. Foram muitos anos de levantamento para ter essa estatística, porque ela acha que mereceu, não assume o abuso ou porque ela se sente constrangida pelo marido, ou porque ela não compreende essa situação.”

“Há um livro que se chama *Labirintos do Incesto — O relato de uma sobrevivente* [Ed. Escrituras], que é um relato de uma jovem que hoje tem 22, 23 anos. É um relato muito simples, interessante. Ela foi abusada pelo pai biológico por vários anos e, como era mais velha, deixava-se ser abusada para proteger as mais novas. Isso aconteceu em Guarulhos [SP], e ela foi atendida numa unidade central. E é lamentável que, na gravidez do primeiro filho dela, quando ela tinha uns 12 anos, o médico nem perguntou quem era o pai da criança. Ela ia com ele fazer o pré-natal. Obviamente, ele ia evitar que ela falasse. E ela apanhava também. Ela chegava roxa. Na segunda gravidez, ela levou uma surra com uma barra de ferro. E as enfermeiras desconfiaram daquele homem que ia visitá-la para ver se ela não estava morrendo. Então, ele foi preso no hospital. Vejam a situação dessa moça: ela sofreu violência por vários anos e foi ficando adulta. E quando ela reclamava para os vizinhos, eles chamavam o pai dela. Aí falavam: ‘Ela falou isso aí e tal’, e ela tomava outra surra. É dramático. E ficamos pensando como isso acontece. Assim, ela acha que o médico não se preocupa, que ele não pode ajudar. Agora, surpresa para vocês: eles entrevistaram os médicos também. Será que os médicos não se interessam? O que os médicos dizem? Primeiro, que ele não acha que isso acontece com as pessoas, mas só na televisão e similares. ‘Ele estava embriagado, por isso fez isso’. ‘A paciente é chata, se queixa muito’. Ou seja, acham que a mulher provocou, e ela acha que mereceu. E se a mulher acha, imagina o outro.”

“Hoje, graças ao serviço de Saúde e de parceiros, já temos um maior número de pessoas fazendo o boletim de ocorrência, o corpo de delito e as denúncias. Porque, por mais que as pessoas estejam frustradas com a resolubilidade do Poder Judiciário, do poder público, se não fizermos a denúncia, nós não vamos começar nunca. Por isso, a denúncia deve ser feita. É essa orientação que transmitimos para a toda a nossa equipe, desde a recepcionista. É importante começar a conscientizar toda a sociedade. E, ao contrário do que se imaginava, os nossos levantamentos mostram que os casos de estupro acontecem mais nos bairros centrais. No Riacho acontece, porque é um bairro mais rural e, às vezes, o agressor leva a vítima para lá. Mas, acontece mais no centro mesmo; temos casos de estupro na Praça Lauro Gomes, ao meio-dia.”

Durante as intervenções, uma participante perguntou sobre os dados relacionados ao aborto na região, prática esta prevista em Lei somente nos casos em que coloca em risco a vida da gestante e quando a mulher for vítima de estupro. Maria Auxiliadora destacou que: “Hoje em dia, quase não há risco para a vida da gestante, porque a medicina está muito avançada. Falo isso com segurança porque, em 15 anos de obstetrícia, até hoje eu vi dois casos para os quais indicamos uma interrupção. No caso de estupro, o aborto é legalizado, mas é complicado, porque existe a questão de consciência de todo profissional que está envolvido no procedimento. Não podemos obrigar um médico, um anestesista, qualquer profissional que esteja envolvido no procedimento a fazer o aborto. Existe uma responsabilidade do Estado para garantir que seja feito. Para isso, existe o Hospital Pérola Byington — Centro de Referência da Saúde da Mulher, porque lá há uma equipe que faz, sem questionar nada. Às vezes, imaginamos que se faz muito aborto legal e, por isso, todos os municípios deveriam ter um serviço para tal. Aqui no município, temos de 12 a 15 grávidas por ano, porém, as que buscam o serviço de aborto não chegam a cinco por ano. Houve ano em que foram dois casos. Quando a paciente chega, ela é atendida, passa com o médico, o psicólogo, chamamos a família, porque ela não pode ser submetida a uma cirurgia sem ter o consentimento da família. Então, o que temos discutido no Hospital da Mulher é que o Pérola Byington tem o mesmo entendimento, e lá são feitos 50 abortos por ano. Se pensarmos o tamanho da equipe que é contratada para fazer isso lá, 50 por ano, são dois a três abortos por mês, então, é muito pouco. Por vários motivos: primeiro, porque existe a pílula do dia seguinte, que hoje é um dos medicamentos mais vendidos no Brasil. As pessoas se protegem e muitas não querem fazer a interrupção, seja por motivo religioso ou por que alguém orientou. Eu já tive pacientes que fizeram e depois tiveram uma série de complicações psicológicas, logo, o procedimento não é tão simples. Metade da criança é do estuprador, metade é dela. É uma questão mais complexa do que parece. E nós entendemos que não precisamos ter o serviço de aborto legal implantado em todos os municípios. É um drama se fazer um aborto legal no hospital, para você comover todo mundo. Fica todo mundo na porta do centro cirúrgico como se fosse uma coisa de outro mundo. [...] Devemos deixar de ser hipócritas, porque a favor do aborto ninguém é, a não ser que seja um psicopata. Nenhum ser humano que conhece padrões de normalidade social vai entender que é bom fazer um aborto, ninguém acha isso bom. Porém, devemos entender qual é o custo-benefício de permitir que as

peças fazem isso sem segurança, sem higiene, comprando comprimido no comércio negro ou fazendo com cabide enferrujado, com espeto de churrasco. Atendemos a casos que parecem que passou um trator ali, mas na verdade ela foi numa aborteira e chegou ao hospital quase morta, toda destruída... Isso é dramático!”

Dado o caráter polêmico da questão do aborto, as discussões continuaram para além do tempo previsto. Outra participante fez a seguinte colocação, contrária à posição da médica palestrante: “Eu trabalho com mulheres que se prostituem na rua e não têm condições de manter um filho. E essa mulher acaba introduzindo qualquer uma dessas coisas no útero. Acaba tendo uma infecção, às vezes um pedaço do feto fica lá dentro. Eu já tive um caso de uma menina cheirando mal, com febre, e levamos para o hospital. E o que eles queriam fazer? Primeiro, chamar o investigador de plantão no hospital. E foi a maior briga, porque eu estava lutando para conseguir o atendimento, e eles dizendo que era caso de polícia. E a menina desmaiando. A senhora não acha que se tiver o aborto legal em vários hospitais, se a pessoa tivesse o direito de decidir que quer ter um filho ou não, isso não aconteceria menos? A senhora não acha? A minha mãe, que era de uma religião kardecista, teve sete filhos, mas ela fez vários abortos. Ela nos ensinou que é melhor abortar logo no começo da gravidez, quando não se quer ou não se tem condições de criar um filho.”

Maria Auxiliadora fez a seguinte ponderação: “São coisas diferentes. Uma coisa é o serviço implantado para o aborto legal, quer dizer, a pessoa que fez um BO [*Boletim de Ocorrência*] e vai procurar o atendimento por conta disso. É óbvio que deve ter em todo município um serviço que acolha, mas não quer dizer que precisa ser naquele hospital em que ela procurou ajuda. Porém, o hospital deve acolher, deve garantir que ela faça a interrupção. É isso que está acontecendo. A pessoa que procurou para fazer a interrupção não teve nenhum problema. Ela procurou e, em 15 dias, foi encaminhada ou para o Pérola Byington ou para o Hospital São Paulo. Eu concordo plenamente com o que a Cleone falou. A mulher precisa ter o direito de decidir. Não cabe a nenhuma outra pessoa julgar a decisão dela e dizer se isso é bom ou não para a vida dela. Podemos orientar, obviamente, dizer quais são as consequências. Mas é óbvio que a classe médica gostaria de evitar que essa moça chegasse no hospital com uma infecção. Eu contei esse caso da moça algemada, mas felizmente isso é raro. A maioria dos profissionais hoje tem uma consciência diferente. Atende muita gente que provoca aborto, e fazemos vista grossa na hora. Porque é ób-

vio que sabemos que a moça colocou alguma coisa, e vamos dar atendimento na Saúde para ela. Se for alguma coisa escabrosa, como o caso que eu contei da moça que parecia que havia passado um trator na vagina dela, aí é difícil não chamar a autoridade policial, porque achamos que ela tivesse jogado o feto fora. Aí, é uma responsabilidade médica. E se ela morrer, alguém fez alguma coisa errada nela. Foi uma lesão corporal. E se ela morrer lá, por causa do aborto, existe uma série de discussões. É importante que nós, de uma área social atuante, preocupados com o bem-estar da mulher, debatamos, temos de discutir isso.”

Em outra intervenção, uma participante relatou que, “em Mato Grosso do Sul, houve um processo coletivo contra cerca de 2 mil mulheres, coisa que nem durante a ditadura ocorreu, um processo coletivo contra um grupo de pessoas, uma criminalização coletiva pelo mesmo fim. Esse processo foi desencadeado por dois deputados federais que têm vínculo religioso, que denunciaram essa clínica que realizava aborto. Não estou querendo dizer que devemos defender o aborto como método anticoncepcional, mas sim que temos um processo de ampliação de um olhar conservador contra o direito de decisão da mulher quanto ao que ela faz com seu corpo. O aborto pode ser inaceitável para algumas pessoas, mas nós precisamos entender que a conjuntura do País muitas vezes não permite uma prática preventiva. Há um caso de uma mulher na zona leste de São Paulo, que tem oito filhos e não consegue fazer laqueadura. O hospital recebe dinheiro do SUS para isso, mas se nega a fazer a laqueadura. O que eu quero defender aqui é que muitas vezes a criminalização da mulher é completamente injusta numa situação que não possibilita a prática preventiva. Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem uma norma de humanização do aborto seguro, que inclusive garante que essa mulher que procura esse serviço de Saúde não seja denunciada para a polícia, porque o atendimento na Saúde deve ser confidencial. Isso é uma conquista das mulheres. Quando o homem leva uma facada e chega no hospital, ele é atendido, e a vida dele é preservada. Ninguém vai perguntar onde ele levou essa facada. Quando uma mulher chega ao hospital sangrando porque ela interrompeu uma gravidez, ela deve ser atendida e, depois, se conversa com ela. Salva-se a vida da pessoa, depois, conversa com ela. Muitas vezes, a mulher comete um aborto porque ela foi estuprada. Só que quem vai para a cadeia é ela, e não o cara que a estuprou. É necessário pensar muito sobre esse processo de criminalização na interrupção da gravidez, porque o contexto social em que as mulheres vivem é de muita violência”.

Para o encerramento geral da oficina em São Bernardo do Campo, foi feita uma dinâmica em que as pessoas participantes verbalizavam, respondendo a duas questões: O que estou levando? O que é possível fazer em casa, na comunidade e no trabalho? Em clima de alegria e emoção, houve unanimidade na proposta de levar adiante o que foi gestado coletivamente na oficina, ficando a certeza de uma contribuição específica da região do ABCD.

4. São Paulo/SP: um consenso de meio termo para diretrizes e ferramentas



O seminário realizado em São Paulo contou com a presença da equipe de especialistas, pessoas convidadas e lideranças participantes das três oficinas realizadas no transcorrer de 2011, para uma avaliação de meio-termo, visando a avançar na construção de um conjunto de diretrizes e ferramentas para a aplicação da metodologia

A cidade de São Paulo, onde fica localizada a sede da Associação Mulheres pela Paz, recebeu, em 12 de março de 2012, um total de 31 lideranças, entre especialistas do projeto, participantes das atividades descentralizadas realizadas em Porto Alegre (RS), Macapá (AP) e São Bernardo do Campo (SP), comentaristas, convidadas/os e representantes da patrocinadora Petrobras e do apoiador Instituto Avon. Tratou-se de um evento fundamental, que teve como principais objetivos:

Apresentação das atividades desenvolvidas em 2011, de acordo com as premissas da metodologia de educação popular feminista — trabalho da equipe de especialistas, produção de materiais, ações realizadas nas três etapas (antes, durante e pós-oficinas).

Re exão sobre os passos da construção do conhecimento, visando à especificidade de um foco metodológico para trabalhar a questão da violência doméstica com mulheres e homens.

Re exão sobre o real entrelaçamento dos conceitos de paz ampliada; relações sociais de gênero; masculinidades; perspectivas de raça-etnia, orientação sexual, localização geográfica, geracional.

Sistematização dos principais aspectos relacionados ao consenso sobre a construção coletiva nas oficinas realizadas em 2011, para a elaboração de um conjunto de diretrizes e ferramentas, assim como possíveis sugestões para a continuidade em 2012.

A mesa de abertura foi composta por Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz (AMP), José Aparecido Barbosa, gerente regional de Comunicação da Petrobras, e Lírio Cipriani, diretor do Instituto Avon. Clara ficou emocionada novamente ao ver um público composto por mulheres e



homens em busca de formas inovadoras no enfrentamento da violência contra a mulher. “Comecei a militar no movimento de mulheres desde a II Grande Guerra Mundial, e só agora vivencio um trabalho pela mesma causa unindo ambos os sexos”, ressaltou ela, pedindo uma salva de palmas para todas e todos. Declarou estar muito contente com o

fato de ter um companheiro da Petrobras presente, pois se trata de uma empresa que vem apoiando o trabalho da AMP há anos e, pela primeira vez, tem uma presidente mulher — Maria das Graças Silva Foster.

José Aparecido Barbosa iniciou sua fala destacando que a Petrobras foi criada por meio do movimento social, tendo o então deputado Carlos Marighella (ex-companheiro de Clara Charf, assassinado durante a ditadura militar) como um dos autores da lei de criação da empresa. Para ele, “a luta pela não violência, pela paz, é um exemplo para toda a sociedade, para nossos filhos e nossos netos. Da mesma forma que a Petrobras é uma grande empresa que conquistou e venceu desafios, colocando-se vitoriosa e transformadora do Brasil, a luta contra a violência à mulher se dá no cotidiano em busca de um mundo melhor. Se hoje temos uma presidenta no Brasil [Dilma Rousseff] e uma presidenta na Petrobras, é porque houve décadas de luta pela democracia”. Também oriundo do movimento social, Barbosa esclareceu que a Petrobras tem muita honra em apoiar projetos como esse, mas que se trata de uma iniciativa recente, a partir do governo Lula. Ao observar os guardas-civis presentes no seminário, Barbosa enfatizou que “a Guarda Civil, quando atua de forma positiva contra a violência, quando tem uma postura diferenciada — não de policial, mas de parceiro, de cidadão —, contribui efetivamente para criar uma nova cultura. Nós, empresas, que temos uma posição e uma atitude diferente, estamos contribuindo para mostrar às pessoas que é possível viver em harmonia e coletivamente, sem o grave problema do individualismo. Vamos construir um mundo melhor, quando as pessoas tiverem atitudes diferentes”, finalizou Barbosa.

Lírio Cipriani iniciou sua fala ressaltando uma iniciativa do governo federal, por meio da ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que, naquela data, assinava um termo de cooperação para consolidação e fortalecimento das ações de enfrentamento à violência contra a mulher no estado da Paraíba. Cipriani ressaltou que: “A Avon e o Instituto Avon sentem-se honrados com o fato de a Avon Foundation, dos Estados Unidos, estar apoiando a iniciativa da AMP, em consonância com a campanha ‘Fale sem medo - não à violência doméstica’, no sentido de erradicar todos os meios de violência. Essa causa foi abraçada em 2004, tendo sido direcionados 40 milhões de dólares. No Brasil, nós iniciamos essa campanha de apoio a projetos somente em 2008. O impacto positivo dos nossos investidores, inclusive no Brasil, só é possível graças às parcerias das organizações da sociedade civil, como esta.” Lírio destacou que “a violência doméstica continua destruindo vi-

das e famílias, porque muita gente ainda considera esse um assunto privado”. Finalizou parabenizando “a todos e todas que trabalham arduamente para salvar vidas e para construir um mundo que nós esperamos que seja melhor no futuro. Sabemos que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que o ciclo da violência precisa ser quebrado. E o tempo para essa mudança é agora”.



Em seguida, Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz, apresentou toda a trajetória do projeto, indo desde a concepção, passando pelo processo de construção das parcerias nacionais e locais, até o detalhamento da riqueza de conteúdo específico de cada região e dos resultados preliminares que indicam algumas diretrizes e ferramentas da metodologia em construção. Mesmo sabendo que a violência contra a mulher ocorre em diversos espaços, frisou que se trata de uma metodologia específica para trabalhar a questão da violência doméstica com mulheres e homens, como bem explicita o título do projeto, considerando-se que 70% das vítimas são mulheres, que enfrentam essa cruel realidade dentro de quatro paredes. Ela destacou a importância de seguir os passos previstos na metodologia de educação popular feminista, que prima pela construção coletiva do saber, “com as pessoas, e não para as pessoas”, o que garante um processo democrático em todas as etapas. Também explicou que as oficinas continuariam em 2012, visando a abarcar as regiões Nordeste (Aracaju/SE) e Centro-Oeste (Cuiabá/MT), além de buscar aprimorar o foco específico dessa metodologia, levando em conta a riqueza e a peculiaridade de um país com dimensão continental como o Brasil.



Para o aprofundamento das reflexões, foi proposto trabalho em cinco grupos: participantes de Porto Alegre, de Macapá e de São Bernardo do Campo; especialistas; convidadas e

comentaristas. Cada grupo discutiu e sistematizou os resultados, para apresentação em plenária, destacando aspectos como as similaridades e as peculiaridades percebidas em cada região; o entrelaçamento dos conceitos-chaves de paz ampliada, relações de gênero, masculinidades, violência doméstica e perspectivas étnico-racial, de orientação sexual e geracional, além do embasamento nos princípios da metodologia de educação popular feminista.

A equipe de especialistas, representada por Beatriz Cannabrava e Maria José Lopes Souza (na foto abaixo), destacou o seguinte:



Principais aspectos da etapa preparatória: abertura do projeto para pessoas com diferentes experiências, mas tendo em comum a prática do trabalho com educação popular, para pensar a metodologia e a estratégia de ação; definição do material de apoio; socialização de contatos nas diferentes regiões.

Aspectos mais significativos das atividades locais: em comum, a capacidade organizativa e de similaridades, mobilização e demonstração de compromisso com a proposta; como peculiaridade, percebe-se que cada evento trabalhou o material de apoio de acordo com a realidade local e regional, agregando expressões da cultura própria.

Real entrelaçamento dos conceitos-chaves: considera-se que houve um despertar para a consciência de que os conceitos-bases do projeto são inseparáveis.

Especificidade no processo de construção: a introdução e o entrelaçamento dos conceitos de paz ampliada e de masculinidades com o conceito de violência de gênero; realização das oficinas num processo complementar e interativo com a *Exposição 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo* (inauguração com painel temático e lançamento local do livro *Brasileiras Guerreiras da Paz*, com a presença do público em geral), que, com o investimento de envolver as mídias locais, criou um fato político.



O grupo de Porto Alegre, representado por Ana Lúcia Dagord, Carolina Cerveira e Maria Luísa Pereira, salientou os seguintes pontos:

Representatividade das organizações governamentais e não governamentais: a oficina contou com representantes do poder público — profissionais do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde,

Coordenação Municipal da Mulher —, e da sociedade civil organizada — movimento feminista, LGBT, popular, negro, organizações de defesa de direitos de crianças e adolescentes. Um grupo composto por mulheres e homens, jovens e da terceira idade, caracterizado pela diversidade racial, representantes de associações comunitárias, universidade, entidades de classe, outros campos de defesa de direitos. Houve, ainda, a combinação da participação de organizações com importante atuação local e outras com atuação nacional e internacional, o que enriqueceu muito o processo.

Dificuldade de ter 50% de presença masculina: a questão da violência ou da não violência é um tema que ainda sensibiliza, interpela e mobiliza mais as mulheres do que os homens. Soma-se a isso o fato de o enfrentamento à violência ainda se associar à responsabilização das mulheres para tal. É um desafio urgente identificar e fazer uso de novas formas de comunicação para o alcance da juventude e dos homens, ampliando a capacidade de construir diálogos, práticas conjuntas, com novas linguagens (novas tecnologias), em rede, entrecruzando lutas e temáticas.

Ineditismo da proposta: a temática da oficina, que introduz um conceito ampliado de paz associado ao enfrentamento à violência doméstica; a diversidade do grupo participante enquanto proposta metodológica; a inclusão de homens no debate e no processo de construção conjunta ainda é inovador, uma vez que se coloca como um desafio a ser perseguido.

Foco de maior impacto: a participação de Clara Charf causou grande impacto, tanto pelo discurso quanto pela presença viva de uma grande mulher construtora da paz. A intervenção de um homem (Marcos Nascimento) também foi representativa no que se refere à construção conjunta das novas relações de paz. É importante destacar que a proposição de uma cultura de paz não pode diluir as violações de direitos decorrentes de um sistema econômico, político, patriarcal, machista, heterossexista, branco, violento. Nesse sentido, considera-se que a oficina conseguiu abarcar todas essas questões, que se retroalimentam e afetam as pessoas e os grupos sociais de forma

diferenciada.

Peculiaridade regional: a violência contra as mulheres é um fenômeno social, cultural, que atinge todas de diferentes formas, acirrando processos de desigualdades segundo categorias identitárias. Possui uma raiz comum (relações de poder e posse), que pode assumir formas diferentes de acordo com as características regionais. Existe uma cultura local calcada num modelo de masculinidade regional, arraigado e reforçado por rituais folclóricos, sendo as mulheres percebidas num espaço subalterno. As influências históricas das Igrejas Católica e Luterana na cultura local, assim como atualmente as neopentecostais, são fatores determinantes na construção de uma postura de aceitação de violências, assim como de culpabilização em relação a elas.

O grupo de Macapá, representado por Josiane da Silva Ferreira e Kleber Pinto Garcia Cavalcante, destacou:



Representatividade das organizações governamentais e não governamentais: sim, abarcando aquelas que trabalham diretamente com a comunidade, onde é possível implementar a metodologia, disseminando-a no

coletivo.

Dificuldade de ter 50% de presença masculina: militantes e autoridades do sexo masculino foram convidadas, mas não compareceram em grande número, apesar da ênfase na importância da participação.

Ineditismo da proposta: por considerar essenciais as experiências locais no processo de construção da metodologia; por agregar a Exposição 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, o que possibilita a participação do público em geral e atrai os meios de comunicação de massa; por apresentar o conceito ampliado de paz; por tratar da questão da orientação sexual.

Foco de maior impacto: a questão indígena, já que eram desconhecidas as realidades do alto índice de alcoolismo e do machismo nas aldeias, o trato com as mulheres e a questão da orientação homossexual.

Peculiaridade regional: tráfico de mulheres, em função de ser um estado fronteiro com a Guiana Francesa e o Suriname. E, nessa última região, ficaram entre três peculiaridades, a saber, a questão indígena, quilombolas e o tráfico de mulheres. Só que o tráfico de mulheres é a peculiaridade mais forte, porque as mulheres do Amapá, do Pará, principalmente as do Maranhão e do Piauí, e enfatizando o Amapá pelo fato de estar na fronteira da Guiana Francesa, partem para a Guiana e entram na rede de prostituição.



O grupo de São Bernardo do Campo, representado por Maria Cristina Pacheco, Flávio Urre e pelos guardas municipais Denilson Amador da Silva e Nivaldo Toledo da Silva, destacou:

Representatividade das organizações governamentais e não governamentais: sim, houve participação regional diversa do poder público e da sociedade civil, incluindo pessoas das sete cidades da região: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Dificuldade de ter 50% de presença masculina: o convite deveria ser mais direcionado para entidades mistas ou masculinas, incluindo times de futebol de várzea.

Ineditismo da proposta: a estratégia de ter homens levando a discussão para homens tem efeito potencializador; a linguagem utilizada para aproximar, e não para romper o diálogo; o homem se vê contemplado na discussão, pois não se vê como vidraça, mas como parte da solução do problema.

Foco de maior impacto: a questão do aborto inseguro foi o que causou maior impacto; o clima de energia positiva e de troca.

Peculiaridade regional: os “filhos do Rodoanel”, o “pancadão” [baile funk], a violência sexual e a prostituição.



O grupo de convidadas, composto por Angela Fioravante, Cida Medeiros, Danizi Dagmar, Hilda Fadiga, Inês Meneguelli, Lucilene Cruz, Maria Aparecida Lima, Maria Almeida, Maria José e Paula Prates, ressaltou:

Aspectos positivos: a utilização dos mecanismos da metodologia de educação popular com o conceito da cultura de paz ampliada; o processo democrático de construção; o respeito ao saber local.

Limitações: ressignificação da linguagem; maior visibilidade em termos massivos.



O comentarista Marcos Nascimento, que é doutor em Saúde Coletiva e tem larga experiência na atuação com grupos de homens para tratar das relações sociais de gênero com ênfase na questão das masculinidades (tendo sido o responsável pela temática por ocasião da oficina realizada em Porto Alegre), salientou os seguintes aspectos:

O primeiro ponto a ser destacado é a visão que o projeto traz de inclusão dos homens nos esforços de enfrentamento da violência contra as mulheres. Quando o cartaz do projeto diz “Homens sejam bem-vindos”, inaugura-se uma proposição de não rotular que todo e qualquer homem seja violento, mas que eles podem (e devem) ser incluídos como parceiros nesse trabalho.

Um resgate importante que o projeto traz é a união entre a educação popular e a perspectiva feminista, e isso deve ser ressaltado.

A cobertura nacional do projeto deve ser valorizada. As especificidades que apareceram em cada oficina, tais como tráfico de mulheres, violência sexual, racismo, são alguns desdobramentos que o projeto poderá trabalhar no futuro. E cada um deles é por si só um tema importante de trabalho.

Um ponto a ser sugerido é a atenção para as gerações mais jovens. Essa atenção está baseada em dados de pesquisas recentes como a da Fiocruz, realizada em dez capitais brasileiras, sobre a violência nas relações de namoro. Esse ponto é importante por que, quando se referem à violência doméstica, imagina-se uma mulher casada, com filhos e numa relação estável. As meninas e mulheres jovens muitas vezes também são expostas a situações de violência, confundindo o “controle” exercido por seus namorados como uma expressão de “cuidado”.

Outro ponto que merece atenção em desdobramentos do projeto é a articulação do tema da violência doméstica com outras agendas de trabalho como planejamento reprodutivo, prevenção do HIV, sexualidade. Essas agendas, muitas vezes, não prestam a devida atenção ao tema da violência de gênero. Perdem-se, com isso, oportunidades importantes para o seu enfrentamento.

Os principais resultados preliminares da experiência somam-se aos das oficinas de 2012 e estão detalhados no item 8 deste capítulo, com o quadro de diretrizes e ferramentas para a aplicação do foco específico da metodologia de educação popular feminista para trabalhar a questão da violência doméstica com mulheres e homens.

5. Aracaju/SE: necessidade de integração e diálogo na rede de serviços



A cidade do Nordeste definida para a oficina foi Aracaju/SE. Em função de se tratar de um estado de pequenas dimensões, as lideranças participantes também vieram de muitas cidades, totalizando 74 pessoas, sendo 66 mulheres e oito homens (incluindo policiais)

No cenário resplandecente de uma cidade praiana da região Nordeste, realizou-se a penúltima oficina deste processo de dois anos, nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, no salão do Real Classic Hotel Orla de Atalaia, reunindo o maior número de participantes de todas elas, em função da demanda apresentada pelas diversas cidades do estado de Sergipe. As 74 lideranças participantes, inclusive oito homens, integram principalmente organizações governamentais que compõem a rede de serviços para o enfrentamento à violência contra a mulher. Representantes de organizações não governamentais estiveram presentes em menor número, revelando a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais, da integração e do estreitamento do diálogo dentro da rede de serviços. Por ocasião do encontro preliminar, cerca de um mês antes da oficina, já se constatou a tímida presença de representantes do movimento de mulheres e feminista, o que provocou, inclusive, uma carência de facilitadoras/es para a abordagem de alguns temas que necessitavam de uma leitura contextualizada da realidade local, tais como as questões raciais, étnicas, de orientação sexual e geracional.

Sergipe possui forte influência cultural voltada para as andanças de Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), o cangaceiro de Pernambuco que roubava dos ricos para dar aos pobres, na época do Coronelismo. Ele foi morto em Angicos (SE), com sua mulher, Maria Bonita, e outros nove cangaceiros. O estado de Sergipe possui a menor área territorial de todos os estados do País e uma população total de pouco mais de 2 milhões de habitantes espalhados por 75 municípios. Está localizado entre os estados da Bahia e de Alagoas, este último com uma parte separada pelo rio São Francisco. A economia do estado continua baseada no cultivo de cana-de-açúcar e na criação de gado de corte e tração, tendo, por muitas décadas, enriquecido graças à escravidão de pessoas negras. Atualmente, é o sexto estado brasileiro em extração de petróleo, sendo rico também em gás natural, calcário e potássio. A capital Aracaju foi fundada em 1855, sendo a primeira cidade planejada e a quarta mais antiga do Brasil. Hoje, tem aproximadamente 600 mil habitantes. O folclore nordestino é enriquecido com as peculiaridades desse estado, com forte influência da religião católica.

A seguir, está a apresentação dos principais momentos da produção em Aracaju, que também trouxe contribuições fundamentais para o processo geral de construção coletiva:.



Educação popular feminista

A oficina teve início com uma dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas, coordenada por Vera Viei-

ra, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz. Em seguida, ela fez a apresentação dos principais pontos do projeto de 2011/2012, em que se inserem as atividades. Ao teorizar sobre a metodologia de educação popular feminista, ela destacou alguns aspectos fundamentais: “É uma construção coletiva do conhecimento, ‘com’ as pessoas, e não ‘para’ as pessoas. É o contrário da ‘educação bancária’, que prima pelo depósito do conhecimento. Baseia-se na realidade das pessoas participantes, considerando-as como sujeitos ativos, capazes de transformação. Utiliza dinâmicas de sensibilização, visando a explorar a riqueza da subjetividade das pessoas, pois considera que a realidade é construída tanto pela via da razão como pela via da emoção. Considera que o ser humano é um ser político, capaz de se organizar e transformar, de forma ética, a história que está sendo construída, permanentemente.”

Ao focar o histórico dessa metodologia, Vera destacou que “seu surgimento se deu nos anos 1950, como parte da gestação dos movimentos populares, para contestar e sobreviver ao sistema de ensino brasileiro, que primava pelo ‘depósito de conhecimento dentro da inteligência silenciada do educando’, como costumava dizer Paulo Freire. Havia muita evasão escolar, então, o trabalho educativo começa dentro da cultura popular. A educação popular é um saber transformador, levando as pessoas, na época, a iniciar a luta pela qualidade de vida, direitos sociais, políticos e econômicos. Em termos de contextualização, vale lembrar que, nos anos 1950, 70% da população viviam nas áreas rurais, não havia direitos trabalhistas e previdenciários. Era uma época em que a classe operária começava a se formar. As pessoas analfabetas não tinham direito a voto e havia um altíssimo índice de analfabetismo: 50,5%. A questão da mulher estava ausente, em termos sociais e de participação política. Começaram as grandes manifestações por reformas de base, na cidade e no campo; pela reforma agrária, política e educacional. Crescia o debate sobre o papel transformador da educação popular. Circulavam materiais de Paulo Freire pelo movimento popular de cultura, dos CPCs da UNE, do Movimento de Educação de Base (MEB). No início, o personalismo, o solidarismo e o marxismo tiveram grande influência. Esse tempo provocou uma intervenção militar que durou mais de

duas décadas (1964-1985), quando se intensificaram os textos clandestinos de Paulo Freire, então, no exílio. Paulo Freire, como bem disse Clodovis Boff, ‘foi o intérprete e revelador de um amplo processo de educação que já ocorria no seio do povo oprimido, mas que procurava se dizer e tomar corpo em um discurso’. Da mesma forma, as feministas, com base na contribuição de Paulo Freire, aprimoraram uma metodologia junto à luta dos movimentos populares existentes havia tempos, entre elas, Moema Viezzer, que foi a idealizadora e umas das fundadoras da Rede Mulher de Educação. Os grupos de autoconsciência tinham o objetivo de fazer com que viessem à tona as inúmeras variáveis da opressão social sofrida pelas mulheres. O poder e as oportunidades a que as pessoas têm acesso são determinadas não somente pela classe social, mas pelo recorte de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. A educação popular feminista se alicerça na justiça social, na democracia, na equidade e na perspectiva de transformação social”. A apresentação finalizou com uma dinâmica sobre gênero, levantando características masculinas e femininas, o que provocou polêmica e empolgação.

O conceito ampliado de paz



Em seguida, para que Clara Charf se aprofundasse no conteúdo da Resolução 1325 da ONU, que versa sobre o conceito ampliado de “paz” no sentido de segurança humana e justiça, as/os participantes escreveram em uma cartolina o significado individual da palavra paz. Em seguida, ela demonstrou que paz vai além da oposição à guerra e da religiosidade, pois ela se dá com as ações do cotidiano. “Em vez do entendimento de que devemos ficar paradas e caladas, o conceito ampliado de paz nos mostra que devemos nos movimentar em ações e falar.” Foi a localidade em que as palavras mais retiraram a influência da religiosidade no entendimento da paz.

Para finalizar o período da manhã, foi aberta a discussão sobre os temas apresentados. Na opinião das pessoas participantes, são focos que irão contribuir para a implementação de suas atividades profissionais e pessoais. Houve, também, o depoimento de uma policial (foto acima) que sofreu punição por se

negar a utilizar o banheiro coletivo, para homens e mulheres, existente em seu local de trabalho. Clara Charf, posteriormente, pediu que ela documentasse o caso, para que pudesse insistir nas providências das autoridades, o que foi feito por intermédio de Maria Teles, secretária Extraordinária de Políticas para Mulheres, do estado de Sergipe.

Masculinidades



Na parte da tarde, Cleib Lubiana, da Rede Acriana de Mulheres e Homens, discorreu sobre “Masculinidades”. Repetindo a fórmula de sucesso de sua apresentação na oficina de Macapá (AP), Cleib dividiu as/os participantes em grupos, para que

encenassem papéis de gênero de forma estereotipada, nas diversas fases da vida. Foi uma estratégia que causou grande adesão e provocou muitas risadas, contribuindo para a conscientização sobre a construção cultural de gênero. Ao representar os papéis estereotipados praticados regularmente na vida cotidiana, homens e mulheres conseguem projetar atitudes pessoais e de outras pessoas. Tal teatralização leva à conscientização, que leva por sua vez à transformação interior, o que vai refletir na mudança das pessoas do entorno e da própria sociedade como um todo. A teorização sobre o tema já foi detalhada na parte da oficina de Macapá. Também há textos sobre o tema no Capítulo III deste livro.

Avanços da Lei Maria da Penha



Para falar sobre “Avanços da Lei Maria da Penha” foi convidado o promotor de justiça, dr. Elias Pinho. No balanço realizado por ele, foi mostrado um número bem maior de aspectos positivos, apesar da premente necessidade de implementação, em termos de políticas públicas, que a levem à efetividade por este país de dimensões continentais. Também no Capítulo III deste livro, há um artigo que trata desse foco.

A gravidade da violência sexual



O tema foi abordado pela dra. Iracy Ribeiro Manguiera Marques, que é juíza de Direito. Ela ressaltou tratar-se de “uma demanda que deve ser trabalhada na esfera multidisciplinar, com apoio técnico, psicológico, de assistentes sociais, para resgatar a autoestima e empoderar a mulher, para que possa vivenciar novas relações de afeto”. Optou-se, aqui, por este pequeno resumo sobre o tema, em função de ter sido amplamente exposto e debatido na oficina de São Bernardo do Campo.

A situação da violência contra a mulher em Sergipe



Ana Júlia Souza Santos, gestora Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, expôs dados sobre “A Situação da Violência contra a Mulher (VCM) em Sergipe”, bas-

tante similares aos de outras localidades. Isso demonstra que a VCM ocorre independentemente de classe social, nível de escolaridade, raça-etnia, localização geográfica. Ela também falou sobre os esforços do estado no sentido de implantar e implementar políticas públicas para o enfrentamento dessa cruel realidade. Ana Júlia ressaltou que “O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da agenda social do governo federal. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidam a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio de implementação de políticas integradas em todo território nacional. Em Sergipe, o Pacto foi assinado em 21 de julho de 2009, pelo governo do estado e os municípios de Aracaju, Estância, Itabaiana, Japaratuba, Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória e Propriá. Em Sergipe, há 29 municípios com Coordenadorias da Mulher, três municípios com Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 32 municípios com Centros de Referência especializados de Assistência Social, todos os 75 municípios com Centros de Referência de Assistência Social, rede hospitalar e clínicas de atendimento 24 horas na capital e no interior, quatro delegacias especializadas de atendimento à mulher, Instituto Médico Legal na capital, uma

casa-abrigo em Aracaju, Ministério Público, um Núcleo Especializado de Promoção e Defesa da Mulher em Aracaju e a 11ª Vara Criminal Lei Maria da Penha, pois o estado não possui juizado específico para mulheres.”

A questão racial e a orientação sexual

A mestranda Sônia Oliveira, ao abordar “A Questão Racial e de Orientação Sexual” de forma interativa, demonstrou pleno conhecimento do primeiro foco.



“Tire o seu racismo do caminho que eu quero passar com minha cor” é uma frase de Robert Nesta Marley, em destaque em sua apresentação. Trecho da música de Pepeu Gomes provocou ampla

discussão sobre o tema da orientação sexual: “Ser um homem feminino/ Não fere meu lado masculino/ Se Deus é menina e menino/ Sou Masculino e Feminino...” Sônia destacou que “o conceito de raça está intimamente relacionado com o âmbito biológico, as diferenças de características físicas. Já o conceito de etnia está relacionado ao âmbito da cultura, os modos de viver, costumes, afinidades linguísticas de um determinado povo, que criam as condições de pertencimento naquela determinada etnia. A despeito das adversidades em que a luta antirracista foi historicamente submetida, inclusive por meio do isolamento político, o negro e a negra sempre resistiram. Há uma história política não institucional que nem sempre é contada. A começar por Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência de um povo que luta pela vida em liberdade”.

O foco relacionado à orientação sexual foi exposto e discutido na oficina de Macapá. Há também um texto brilhante do facilitador daquela oficina, K leber Garcia Cavalcante, no Capítulo III deste livro.

Dentre as intervenções das/os participantes, destacam-se as seguintes:

“Ser homem feminino não perde o valor masculino. Ser homem de fato não perde a compreensão do mundo feminino, sem deixar de ser homem. E o que é ser homem? Ser homem diante de suas características biológicas é ter uma postura diante da vida que coloque diante de si uma situação de igualdade, porque não importa se você é homem ou mulher, o que importa é que você seja uma pessoa, um ser vivente que respeite a si e ao próximo.”

“Certa vez, quando eu fui ao *shopping* com meu marido, eu negra e ele negro, para comprar uma fita, fui pagar com cartão de crédito. No caixa, a moça não acreditou que aquele cartão era meu. Então, muitas vezes, a gente escuta que o racismo não existe, que é coisa da nossa cabeça. Com as mulheres negras, que construímos a riqueza deste País e somos as mais fortes, acontecem coisas horríveis. Quando, por exemplo, a gente chega numa loja, olha um colar na vitrine e vai embora, porque ninguém atendeu. Isso não foi coisa da minha cabeça: são coisas que acontecem. Muitas vezes escutamos: ‘Esse seu cabelo dá para lavar?’, ‘Como é que vocês fazem para cuidar desse cabelo?’. Uma vez no elevador, uma mulher colocou a mão no meu cabelo, porque eu estava de dregue, e disse: ‘Você lava?’ Aí eu perguntei: ‘Por que, o seu você não lava?’. O racismo está dentro de nós e não acontece só com pessoas negras, mas também com os indígenas, com os idosos, e às vezes a gente precisa colocar o nosso racismo, a nossa tolerância, para fora, porque muitas vezes a gente se pega fazendo coisas que são preconceituosas. Oficinas como esta são muito importantes, para que a gente, que trabalha principalmente com a questão das mulheres, possa não reproduzir as práticas machistas, dizendo, por exemplo, ‘aquela mulher apanha tanto e a noite vai para a cama com o marido dela.’”

“Algum tempo atrás, eu participei da campanha publicitária contra o racismo. Foi feito um *slogan* que dizia assim: ‘Onde você guarda o seu racismo?’. Era uma pergunta pra todo mundo re- etir onde guarda o seu racismo, porque falar que não é racista não vai resolver nada. Nós não vamos avançar. Existe uma pesquisa que foi feita no Brasil, com duas perguntas para as pessoas. A primeira pergunta era: ‘Existe racismo no Brasil?’. Então, 95% das pessoas respondiam, sim, há racismo no Brasil. A segunda pergunta era: ‘Você é racista?’, e aí 95% das pessoas respondiam que não. Onde estão as pessoas racistas? Assim, reconhecer onde você guarda o seu racismo, reconhecer que nós, brancas, fomos criadas de forma racista é o primeiro passo para a gente avançar e superar o racismo. Eu não posso deixar de esquecer que minha avó, uma italiana, quando eu era criança, em uma ocasião, ela sentada na calçada em Ribeirão Preto, uma cidade do interior de São Paulo, viu um homem negro com uma loira, então, olhou para mim e disse: ‘Que pouca vergonha’. Foram essas coisas que nossos antepassados nos ensinaram. Principalmente no Sul e no Sudeste, o racismo é muito forte. Enquanto não reconhecermos onde guardamos o nosso racismo, nós não vamos superá-lo. A minha filha, por exemplo, de 28 anos, me disse uma coisa que me deixou muito feliz então: ‘Então, mãe mas o fato de

“você encarar que você foi criada de uma forma racista, fez com que eu crescesse de uma forma diferente. Na minha adolescência eu namorei um rapaz negro e, para mim, era uma coisa normal.” Foi importante reconhecer o meu avanço, para continuar o processo de desconstrução desses estereótipos.”

Possibilidades práticas de multiplicação local



Para discutir e chegar a um consenso sobre as “Possibilidades Práticas de Multiplicação Local”, foi feita a divisão em três grupos: representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM/SE) e de outros órgãos do governo; delegacias e policiais; organizações não governamentais e movimentos sociais. O Grupo 1 destacou a importância de introduzir os conceitos nos projetos já existentes, o estabelecimento de parcerias entre coordenadoras e movimentos sociais, além do fortalecimento da rede de serviços. O Grupo 2 considerou fundamental o processo de sensibilização e capacitação, além da integração e do diálogo com a rede. O Grupo 3 enalteceu a importância do agendamento de seminários e de um fórum permanente de discussão da redefinição do conceito de paz, além da criação de material didático local e atuação incisiva nos meios de comunicação de massa.

Ao final do evento, a secretária especial Maria Teles, da SEPM/SE, declarou que as expectativas com relação às atividades foram 100% atendidas. Disse que já foram firmadas parcerias “para que as escolas visitem a Exposição, assim como outros órgãos de governo, visando à implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da VCM. Estou certa de que avançamos ainda mais em nossa prática”.

Aracaju foi mais uma etapa inesquecível na construção coletiva desse foco metodológico, deixando as marcas de suas contribuições realçadas. E diante do mergulho em temáticas tão áridas, esse povo maravilhoso nos brindou com a criatividade das dinâmicas de aquecimento e entrosamento, revelando a riqueza do folclore sergipano, como a cantiga “Meu papagaio”.





6. Cuiabá/MT: o machismo dos garimpos, a questão indígena e rural



A última oficina foi realizada na cidade de Cuiabá/MT, mais um estado da região amazônica, bem pertinho das belezas do Pantanal, reunindo 50 lideranças participantes, sendo 46 mulheres e quatro homens

Um dos fatores facilitadores da articulação local em Cuiabá/MT foi a presença de uma associada-educadora da Rede Mulher de Educação — que é umas das entidades parceiras do projeto, em âmbito nacional —, com reconhecida liderança local. Madalena Rodrigues dos Santos Vieira, professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), desde as primeiras tratativas, foi a principal articuladora das atividades, contando com o suporte da aluna Tayanara Morais Humbelino e da professora Anne Gomes. Esse mesmo fenômeno ocorreu em Porto Alegre — com a associada-educadora Carolina Cerqueira —, e em Macapá, com Durica Almeida.

Por ocasião da atividade preliminar à oficina, quando são feitas as definições iniciais sobre os temas peculiares da localidade, o perfil das/os participantes e a adaptação metodológica, o calor de quase 40°C ajudou a esquentar a empolgação das lideranças presentes. Foi, então, decidido que todas as pessoas não mediriam esforços para fechar com chave de ouro o processo de construção coletiva do foco específico na metodologia de educação popular feminista para trabalhar a questão da violência doméstica com mulheres e homens. A oficina foi realizada em 27 e 28 de setembro, bem no centro da cidade.

O estado de Mato Grosso possui 141 municípios e uma população de pouco mais de 3 milhões de habitantes. A capital Cuiabá chega a quase 600 mil habitantes, sendo que o colar metropolitano atinge 1 milhão. Apesar de não mais existirem as jazidas abundantes de ouro dos séculos XVIII e XIX, nos dias de hoje ainda é possível se deparar com muitas delas, que vêm sendo exploradas pelo capital estrangeiro, principalmente. É grande produtor de soja, e o agronegócio vem se expandindo pelo estado. As manifestações culturais se explicam pelo “convívio de várias culturas desde a fundação de Cuiabá, como os índios que ali viviam, os bandeirantes paulistas e os negros levados para lá como escravos. Todos esses fatores se refletem na gastronomia, nas danças, no modo de falar e nos artesanatos”. Cuiabá é uma das 12 sedes da Copa do Mundo Fifa de 2014, representando o Pantanal, evento esse estratégico para o movimento de mulheres e feminista no sentido de lançar campanhas contra a violência à mulher, o sexismo e o turismo sexual.

A seguir, encontra-se o relato dos principais momentos da produção em Cuiabá, que trouxe contribuições fundamentais, principalmente no que concerne à especificidade do forte machismo originário dos garimpos, de uma representativa população rural e outra indígena.

A oficina teve início com uma dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas, coordenada por Vera Vieira. Em seguida, ela fez a apresentação dos principais pontos do projeto de 2011/2012, em que se inserem as atividades. Ao teorizar sobre a metodologia de educação popular feminista, ela destacou os aspectos de construção coletiva do saber. Finalizou com uma dinâmica sobre o significado do feminismo, em que um grupo fazia afirmações negativas e estereotipadas, para que o outro grupo rebatesse com informações científicas.



Como nas oficinas anteriores, Clara Charf fez o primordial aprofundamento sobre o conceito ampliado de paz, de acordo com a Resolução 1325 da ONU, no sentido de segurança humana e justiça. A dinâmica sobre o significado da palavra suscitou discussão entre as/os participantes, propiciando o entendimento do conceito, que se baseia nas ações cotidianas, para além da oposição à guerra e da religiosidade.

Recorte de gênero, raça-etnia e diversidade sexual

As professoras Madalena Rodrigues dos Santos Vieira e Anne Gomes foram responsáveis pela abordagem da temática intitulada “Recorte de Gênero, Raça-Etnia e Diversidade Sexual”, aprofundando-se de forma bastante didática nas discriminações consideradas responsáveis pela assimétrica divisão de poder e oportunidades na sociedade. O tema suscitou um debate enriquecedor, já que há uma significativa população quilombola e indígena no estado.



*Intercâmbio Mulheres: indígenas, quilombolas, MST — As mudanças nas estruturas tradicionais: consequências para as mulheres
7-11/4/2010, na Aldeia Barranco Vermelho
Terra Indígena Rikbatsa*

Na ocasião, Glória Maria Grandez, da secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso, informou sobre o trabalho da Organização de Mulheres In-

dígenas — Takiná. “A Organização foi constituída em 7 de setembro de 2009, na Assembleia de Mulheres Indígenas realizada na Aldeia Santana do Povo Bakairi, município de Nobres [MT]. Esse processo foi trabalhado e desenvolvido ao longo de três anos com a constituição da Coami [*Comissão de Articulação de Mulheres Indígenas*]. Teve como finalidade investir na formação e na articulação das mulheres Indígenas, buscando parcerias com instituições governamentais e não governamentais, visando ao fortalecimento das mulheres indígenas em suas comunidades. Dentre os objetivos, estão: promover e manter intercâmbio com mulheres indígenas em nível estadual, nacional e internacional, e com mulheres não indígenas sensíveis às causas dos povos; promover articulações e intercâmbio com outros segmentos da sociedade indígena e não indígena; manter as articulações necessárias com a Administração Pública Direta e Indireta, entidades privadas ou outros organismos que possam obter parcerias e apoios necessários para melhoria da qualidade de vida das mulheres nas suas comunidades; orientar e apoiar as mulheres indígenas em suas necessidades, anseios e aspirações; articular e promover capacitação e formação de mulheres indígenas do estado a fim de melhorar a qualidade de vida, buscando a autonomia em suas comunidades; buscar mecanismos que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das mulheres indígenas em suas comunidades por meio de projetos nas áreas da Saúde, Educação, Meio Ambiente, autossustentabilidade e outros; garantir e assegurar a representatividade das mulheres indígenas nos órgãos governamentais e não governamentais que discutem questões políticas e sociais e que sejam de interesse dos povos indígenas; lutar contra a discriminação de gênero, etnia, povo e econômica das mulheres indígenas do estado; promover fóruns de discussão e debate de temas que sejam de interesse comum das mulheres indígenas do estado; manter anualmente a realização do encontro estadual de mulheres indígenas; apoiar as organizações de mulheres indígenas das aldeias.”



Masculinidades

De forma bastante participativa, o professor Flávio Luiz Tarnovski, da UFMT/Antropologia, discorreu sobre

“Masculinidades”, demonstrando a estreita relação do tema com a construção social de gênero. “Para alguns homens, o papel masculino pode ser experimentado como um fardo. Um peso que pode ter consequências bem reais, tanto

físicas como emocionais. No entanto, o fardo do papel masculino é também o preço que se paga por estar no topo da hierarquia, e isso não traz apenas prejuízos. Há privilégios associados a essa posição.” No Capítulo III, há um texto primoroso do professor Flávio sobre o tema.



A situação da violência doméstica em Mato Grosso

“A Situação a Violência Doméstica em Mato Grosso” foi o tema abordado

pela defensora pública dr^a Rosana Leite e Ana Emília Iponema Brasil Sotero, que é superintendente de Políticas para as Mulheres em Mato Grosso. Além de dados estatísticos, a dr^a Rosana ressaltou o fato de o forte machismo no estado ter origem no histórico de grandes garimpos, o que dificulta o avanço das propostas das mulheres. Ana Emília, cuja superintendência a que pertence foi implantada somente em 2010, destacou a adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que culminou com o projeto de construir o Centro Integrado da Mulher de MT, com toda a rede de atendimento em um mesmo local. O valor do projeto a ser financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal ultrapassa R\$2 milhões.



Violência doméstica e as mulheres da zona rural

“Violência Doméstica e as Mulheres da Zona Rural”, tema estratégico dado o grande número de trabalhadoras/es do

campo, ficou a cargo de Dorenice Flor da Cruz, da Secretaria de Juventude Rural da Fetagri, e de Lucineia Miranda de Freitas, do MST/MT. Além dos problemas típicos como a distância entre a residência e uma delegacia, foi apresentada uma pesquisa ampla e inédita sobre a situação da violência contra a mulher rural em Mato Grosso. A pesquisa foi realizada com 529 mulheres das diversas regiões do País, em novembro de 2008, durante a Quarta Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Os principais objetivos da pesquisa foram: dotar a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) de informações sobre as situações de violência vividas pelas mulheres trabalhadoras

rurais e dirigentes sindicais nos espaços doméstico, familiar e no Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR); levantar proposições para prevenção, combate e assistência às mulheres trabalhadoras rurais em situação de violência; fornecer subsídios para a atuação da CNMTR no Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Em termos metodológicos, foi feita a aplicação em grupos de questionário individual, com perguntas em sua maioria fechadas, computadas em base de dados construída com o Programa SPSS — instrumento para pesquisa quantitativa: 70,5% das participantes trabalham com agricultura familiar e 15,7% são assentadas; 45% têm acima de 55 anos; 23%, de 16 a 32 anos; 17,2, de 41 a 55 anos. Quanto à participação sindical, 95,4% são associadas ao STTR e 36,8% têm mais de dez anos de associada; 77,8% ocupam cargos de direção no STTR e, destas, 73,1% recebem gratificação pelo cargo, 28,5% são coordenadoras da Comissão/Secretaria de Mulheres, 15,7% são secretárias e 10%, presidentas. Quanto à participação política e social, temos: igreja, 59,2%; associação, 54,2%; partido político, 41,2%; grupo de mulheres, 38,9%; cooperativa, 14%; clube de mães, 8,9%. Outro aspecto importante, diz respeito à renda das mulheres, sendo que 81,5% possuem renda própria (51,7% até 1 salário mínimo). Dentre essas mulheres, 26,7% possuem o 2º grau completo; 57,6% são casadas ou vivem em união estável; 61,2% são chefes de família; 84,4% são mães.

Dentre as revelações da pesquisa, que abarca os espaços doméstico, familiar e o MSTTR, estão:

55,2% sofreram algum tipo de violência (psicológica: 73,4%; física: 51,9%; moral: 51,1%; sexual: 27,3%; patrimonial: 20,4%.

27,6% já sofreram ameaça de morte; 11,9% já sofreram estupro marital; 4,3% já sofreram cárcere privado; 63,6% dos atos de violência contra as mulheres foram cometidos pelos maridos ou companheiros.

96,4% entendem que o MSTTR deve atuar no enfrentamento à violência doméstica e familiar das seguintes formas: ação no poder municipal; campanhas de enfrentamento à violência; reuniões nas comunidades; programas de formação.

22,7% afirmaram que já ocorreram casos de violência no seu sindicato; 49,1% têm conhecimento de casos de violência no MSTTR.

Das 49,1% que conhecem casos de violência no MSTTR, temos: 54,3%, humilhação; 42,2%, piadas ofensivas; 27,3%, desqualificação; 25,4%, isolamento; 23,2%, agressão física; 22,2%, cantadas ofensivas e constantes; 18,4%, ameaças; 9,5, violência sexual.

Formas de reação das mulheres aos atos de violência: 38,2% enfrentaram o agressor; 27,3% permaneceram caladas; 22,2% denunciaram em assembleia ou reunião; 7% denunciaram à Fetag; 2,2% denunciaram na delegacia; 0,4% denunciaram à Contag.

Providências tomadas nos casos de denúncia: 22,8%: nenhuma providência; 19%: advertência ao infrator; 6,1%: abertura de inquérito no MSTTR; 3,5%: abertura de inquérito policial.

Algumas medidas que devem ser adotadas pelo MSTTR para evitar e combater a violência: 69,2%, divulgar a Lei Maria da Penha; 46,1%, realizar atividades de formação; 43,9%, estimular a denúncia; 41,2% realizar campanhas.



A violência contra a mulher e a proposta da Marcha das Vadias

Pela primeira vez nesses dois anos de projeto, houve a demanda pela apresentação do tema “A Violência contra a Mulher e a Proposta da Marcha das Vadias”, enriquecendo o debate com a participação das jovens Daniele Maiby e Stephany Ril, estudantes de serviço social da UFMT. No início, a Marcha foi alvo de críticas, mas, depois, a mídia acabou por entender a proposta política feminista.

Revezando-se na apresentação, ambas destacaram:

“A Marcha das Vadias surgiu no Canadá, em 2010. Estava ocorrendo uma série de casos de estupros, então, o policial que estava investigando os crimes,

ao ser chamado para orientar a comunidade sobre segurança, disse que as mulheres poderiam evitar a violência sexual se ‘não se vestissem como vadias’. Com isso, as mulheres questionaram: ‘Por que a minha roupa ou meu modo de vestir faz com que um cara se sinta no direito de me agredir sexualmente?’. E a Marcha teve, então, seu início.”

Conforme as organizadoras, no Brasil, a Marcha das Vadias teve sua primeira manifestação em 2011 e, em Cuiabá, em 2012. “Foi muito legal, porque a palavra ‘vadia’ choca. É difícil ouvirmos ‘vadio’, que é um cara que não faz nada, que não trabalha. Mas ‘vadia’ é a mulher que é livre sexualmente. Eu mesma, num primeiro momento, questionei: ‘Como assim?’. Porém, eu tenho a sorte de ser abençoada por pessoas que tinham mais fé naquele momento e que disseram: ‘Vai rolar, vamos fazer’. E teve muito sucesso devido ao movimento estudantil, que tem muitas feministas. E foi muito comemorado pelas redes sociais, principalmente no Facebook.”

“Para organizar a Marcha em Cuiabá, houve muita reflexão: Pensamos: ‘Como vamos focar para que as pessoas prestem atenção à questão da violência contra as mulheres? E conseguimos, com o movimento estudantil. Neste ano, houve casos bárbaros, por exemplo, uma menina que foi martirizada e morta dentro de um forno de uma pizzaria — mas, em reportagens, ela foi responsabilizada com o que houve com ela, pois diziam que era garota de programa, usava drogas e coisas assim. Ficamos chocadas, com a responsabilização da vítima. As organizadoras contaram outros casos, em que a mídia acabou sempre por responsabilizar as vítimas — inclusive por usar ‘roupa curta’, além de assediar suas famílias.”

“No início, a mídia distorceu nossa proposta. Um veículo nos chamou para conversar, só que depois distorceu tudo o que dissemos. Fizemos uma reportagem gigante com o título ‘Vadias perdem a roupa’... Queríamos que a mídia informasse que a Marcha não é sobre sexo, é sobre violência. E foi muito difícil. Quando conseguimos fazer que eles entendessem que o foco da Marcha é sobre violência, as pessoas continuaram ignorando isso. Se você acessasse os sites, veria que os comentários sobre as reportagens eram extremamente preconceituosos. A preocupação das pessoas era que as mulheres queriam tirar a roupa. No mundo todo, as mulheres da Marcha das Vadias tiram a roupa. Por quê? Porque mulher não é objeto, tem de parar de tratar mulher como objeto. Aqui, ninguém tirou a roupa; no Brasil todo, as mulheres tiraram. E acabou sendo chamada de ‘a Marcha das Vadias mais bem-comportada do País’ — e

a mais radical na crítica, mais politizada. E não fiquei triste que não tiraram a roupa, o foco é político, é sobre violência.”

No documento da 1ª Edição da Marcha das Vadias em Cuiabá, ocorrida em junho de 2012, as organizadoras dizem: ‘Se ser vadia é usar a roupa que escolhemos, é exercer nossa sexualidade livremente, é problematizar a violência contra a mulher, então, somos todas vadias. Se ser livre é ser vadia, EU SOU VADIA!’

Possibilidades de multiplicação no cotidiano das/os participantes



“Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes” foi o desafio lançado aos grupos, para o encerramento da oficina. O consenso foi o seguinte:

Grupo 1: realizar oficinas para multiplicar vivências e conteúdos; criar alternativas para levar a temática a outros municípios; criar um blogue; na 2ª Assembleia Popular de Mulheres, criar um espaço de intercâmbio para as mulheres do campo; mapear conteúdos discriminatórios veiculados pela mídia; incluir um ato público de sensibilização aos homens, por ocasião das atividades relacionadas aos 16 Dias de Ativismo; articular um espaço de discussão permanente dentro da UFMT, com professoras/es e pesquisadoras/es.

Grupo 2: Formação (aprofundamento do feminismo, sistematização da formação feminista em forma de oficinas, realização de oficinas em bairros e com grupos específicos); Luta (Marcha das Vadias, marcha contra a mídia machista, 16 Dias de Ativismo, pauta do 8 de Março de forma política); Organização (fortalecimento do FAMMT com reuniões mensais para organizar o trabalho em rede, criação de uma lista de discussão, criação de um blogue e uma página no Facebook, Assembleia Popular de Mulheres).

Grupo 3: cronograma estratégico de uma agenda de trabalho; construção de grupo de estudos nas universidades; projeto de extensão para multiplicadoras/es; educação a distância em dois idiomas; fortalecimento das iniciativas que existem e criação de mais espaços de discussão, minicursos, simpósios, fóruns; participação nas Câmaras Temáticas Estadual e Municipais; fortalecimento do trabalho de base nas associações de bairros, igrejas, conselhos, ONGs e comunidades rurais.



A entrega dos certificados, que também ocorreu em todas as oficinas do projeto, ficou a cargo da secretária Walkíria Lobo Ferraz e de Clara Charf, ambas da Associação Mulheres pela Paz. Foram momen-

tos de muita descontração e aplausos pela participação ativa de todas/os, o que contribuiu sobremaneira para marcar a especificidade da região Centro-Oeste na construção coletiva de uma metodologia específica para trabalhar a grave problemática da violência doméstica com mulheres e homens. A celebração se deu também com a presença de uma recém-nascida: Alice, filha da educadora da Rede Mulher de Educação, Maria Aparecida Cotti (foto).

Por fim, nada melhor do que um pouco da beleza do Pantanal...



7. A importância da intervenção nas mídias

Uma fundamental diretriz concebida desde o início do projeto foi a intervenção na mídia, com o objetivo de abarcar um público mais amplo e heterogêneo na proposta do enfrentamento à violência contra a mulher. Para tanto, desde a etapa de preparação da metodologia de educação popular feminista, havia o entendimento conjunto com as lideranças locais para o levantamento das possibilidades de incidência nos diferentes meios de comunicação de massa, incluindo televisão, jornais, revistas, rádios e internet. Na maioria das localidades, houve a contratação para o trabalho pontual de um/a jornalista que fosse familiar com as questões sociais e tivesse facilidade de diálogo com os veículos de comunicação da cidade ou região. Juntando-se esses fatores com a consistência e relevância do conteúdo da proposta, os números e a qualidade da divulgação superaram as expectativas, em todas as localidades. Em alguns locais, as atividades se tornaram um dos assuntos principais dos noticiários/programas de todos os canais de televisão e dos jornais impressos. Foi, também, o tema do momento nas redes sociais, que são essenciais para uma estratégia feminista de intervenção comunicacional a distância, pois elas se tornaram o ancoradouro de produção e difusão independentes, consolidando uma cultura de participação que expressa, de forma inovadora, valores e atitudes primordiais à evolução da cidadania plena. Foi possível ampliar enlaces e conexões para além da zona de influência física e geográfica, relacionando-se com redes de indivíduos ou grupos, para o trabalho de promoção da agenda feminista. Essas mídias contribuíram para “enredar” grupos com interesses similares, que de outra maneira não entrariam em contato. É porque cada grupo desenvolve seu próprio trabalho, mas está consciente de que esse trabalho

participa de uma iniciativa mais ampla; por conseguinte, as atividades que vinculam as pessoas e que contribuem para a criação de alianças podem ser interpretadas como meios ou instrumentos de mudanças positivas.

É por isso que foi possível atingir a um público muito amplo de mulheres e homens, incluindo jovens, para além das lideranças efetivas e potenciais que atuam nas organizações governamentais e não governamentais, integrando a rede local de serviços pelo enfrentamento da violência contra a mulher, cujo principal foco difere no sentido de estar voltado para o processo de multiplicação. Com ambas as estratégias, o impacto do projeto ocorreu em públicos diferenciados que se somam em busca do mesmo objetivo, ou seja, o fim da violência doméstica.

Enxergando a mídia como uma aliada

Partindo-se da constatação de que a realidade é construída a partir de aspectos objetivos e subjetivos, o exercício de atentar para as consequências das mensagens discriminatórias é tarefa de quem busca promover a cidadania para um mundo melhor, com valores éticos, de equidade e justiça social. Na chamada era digital, onde prevalece o *slogan* “estou na mídia, logo, existo!”, a população brasileira pode encontrar referenciais de identidade que não reforçam as relações de subordinação que são impostas às pessoas fora do modelo

REVISTA da Cidade



EXPOSIÇÃO APRESENTA MULHERES INDICADAS AO PRÊMIO Nobel DA PAZ

A Galéria Jansen Augusto, localizada na Sociedade Fernus, recebe a partir de ontem (20), a exposição “1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo”. São imagens de mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005, que em 150 países representam as lutas contra a violência, a discriminação, a opressão e a miséria em diversos espaços e frentes. As imagens foram selecionadas por uma comissão de 150 países que representam as lutas contra a violência, a discriminação, a opressão e a miséria em diversos espaços e frentes. As imagens foram selecionadas por uma comissão de 150 países que representam as lutas contra a violência, a discriminação, a opressão e a miséria em diversos espaços e frentes.



A Associação Mulheres pela Paz é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva fortalecer e divulgar a cultura da paz, por meio do desenvolvimento da qualidade de gênero, do cidadania e dos direitos humanos. Sua missão é pôr em evidência as mulheres que atuam em defesa da paz em todo o mundo. Como princípio fundamental, a Associação Mulheres pela Paz não discrimina nenhuma pessoa por motivos de gênero, raça, idade, estado civil, religião, opção sexual ou preferência política-partidária. Saiba mais em www.mulherespela paz.org.br

CLIQUEABC

Paço Municipal recebe exposição '1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo'

Da Redação - Nesta terça-feira (22) foi aberta oficialmente a exposição fotográfica 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, no saguão da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Até o dia 17 de dezembro, o público terá a oportunidade de conferir imagens de mulheres de 150 países que representam as lutas contra a violência, a discriminação, a opressão e a miséria em diversos espaços e frentes.

“É um momento muito importante, pois expõe essas lutas do conjunto de mulheres no mundo. Nós precisamos intensificar o enfrentamento da questão da violência contra elas”, disse a secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania Márcia Banat.

Na exposição estão mil rostos que se tornaram ícones na luta pela paz, segurança humana e justiça. Para o Prêmio Nobel da Paz 2005, a associação suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, com o apoio da Unesco, propôs a indicação de 1000 mulheres que, em 150 países, representam as lutas contra a violência e a discriminação, contra a opressão e a miséria, em inúmeros espaços e frentes. Apesar de não ter sido premiada, foram selecionados 1000 nomes de diferentes campos da sociedade, que retratam a luta das mulheres em vários aspectos.

O Paço Municipal de São Bernardo do Campo fica na Praça Samuel Sabatini, 50, Centro. O horário de visitação será das 7h às 19h.

A exposição “1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo” será aberta às 19h, e fica em caráter de 15 dias.

ITINERANTE Mil mulheres pela paz

mulheres pela paz



Exposição “1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo” será aberta às 19h, e fica em caráter de 15 dias.

ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto, e que vem sendo construído ao longo dos milênios.

As mulheres vêm conseguindo grandes conquistas no espaço público, mas ainda encontram muitas dificuldades para desconstruir os mitos da identidade feminina “a la Barbie”, a boneca que apresenta padrões irreais de beleza. Não se trata de puro discurso de movimentos sectários, mas uma realidade cruel facilmente demonstrável por estatísticas confiáveis, comprovando uma conquista desproporcional de poder e oportunidade baseada na tríade classe-gênero-raça. A materialização das discriminações de gênero, classe e raça é facilmente perceptível em nossa sociedade, como, por exemplo, quando se observa quem compõe as estruturas de poder político (executivo, legislativo e judiciário) ou econômico (proprietários de empresas e ocupantes de cargos executivos).

O primeiro passo para alterar os padrões estereotipados é conscientizar-se de que, ao romper com as discriminações na linguagem escrita e imagética, avança-se na in uência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, quebrando-se padrões comportamentais. Soma-se a isso, a adoção de mecanismos de intervenção nas mídias, que levam, sem sombra de dúvidas, a resultados positivos ao considerarmos que vivemos em um mundo onde as forças de mercado tentam se equilibrar ao sofrer pressão de um público com consciência cidadã.

Na era digital, as estratégias de comunicação mostram-se como um caminho de impulsionamento da agenda feminista, balizadas por novas estratégias de intervenção política e de atuação, levando em conta outras dinâmicas e a revolução das formas de expressão pessoal e interpessoal. As propostas feministas e a comunicação caminham lado a lado, colocando-se como um trajeto inegável e necessário para o avanço da luta pela equidade das relações de gênero. O radicalismo (no sentido marxista de ir à raiz das coisas) desta luta deve estar acima do sectarismo vigente na visão sobre os meios de comunicação de massa, por parte de um grande número de organizações não-governamentais. A mídia não representa a salvação e nem a destruição, mas é um fundamental campo de intervenção para o avanço da cidadania ativa. É esta a aura que deve revestir o percurso das ações.

O entendimento sobre a interface entre a comunicação e o feminismo tem como premissa o fato de que ambos os saberes possuem uma existência intrinsecamente entrelaçada. Reconhece, também, que, nas lutas pela emanci-

pação da mulher, a mídia tem exercido uma função importante, prestando um papel incontestado nessa trajetória que vai dos meios impressos, passando pelos analógicos até os digitais, seja no cenário nacional ou internacional. Essa intervenção transformadora caminha na contracorrente da linguagem estereotipada, seja escrita ou imagética, que reforça o sexismo e outras discriminações.

Assim, uma prática efetiva necessita de um olhar positivo ao potencial transformador propiciado pelas mídias. Sem dúvida, na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente. Pela primeira vez é possível a interação virtual em tempo real, além da amplificação do papel do público que passa de mero consumidor para produtor de mensagens.

As novas noções de tempo e espaço, o novo modo de sentir, pensar e agir podem acelerar a harmonização das relações de gênero construídas socialmente, aceitas culturalmente e mantidas historicamente por milênios. No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos, mas que também podem ser afrouxados no sentido de desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. Pela comunicação é possível alterar os condicionamentos provocados por mitos e imagens. Além disso, as mídias digitais trazem a perspectiva de novas dinâmicas de representação da mulher. As narrativas feministas e a sociedade em rede estão redefinindo o conceito de democracia, bem como as possibilidades de diferentes dinâmicas de construção simbólica nas novas formas comunicacionais digitais.

Para propor uma prática efetiva de comunicação a distância — centrada na identificação de discursos e maneiras de veiculá-los —, é necessário ser contrária/o à visão massificante da Escola de Frankfurt e adepta/o ao potencial político transformador abalizados por autores como Jürgen Habermas, Jesús Martín-Barbero e Paulo Freire. Assim, torna-se necessário, como premissa básica, gestar a comunicação, internamente, com objetivos claros e partilhados entre integrantes dos grupos envolvidos nas atividades, o que significa buscar permanentemente a resposta-base à pergunta enfatizada por Habermas (1989, p.91), e que pode ser resumida da seguinte forma: “com que modo de agir em comum as pessoas querem se comprometer?”. Para ele, a comunicação traduz-se na busca de entendimento, reconhecendo as conexões entre a dimensão da subjetividade e da intersubjetividade. Uma ação comunicativa deve ter um destinatário capaz de recebê-la. Nenhuma ação se caracteriza como tal, se do

outro lado não houver quem receba, considerando sempre que o(a) receptor(a) só vai digeri-la, depois de refazê-la dentro de si mesmo(a), para, posteriormente, participar de uma ação de comunicação de forma contínua com outros agentes sociais.

Na história da humanidade, de forma resumida, as formas de comunicação começaram com a oralidade, sendo, por muito tempo, a única maneira de transmitir informação e conhecimento. Depois, foram inventados instrumentos que nada mais são do que tecnologias de produção e transmissão de informação e conhecimento, como o alfabeto, no ano 1700 a.C. Eram vários os suportes utilizados, até chegar-se ao papel: folhas de palmeiras na Índia; ossos de baleia e dentes de foca, pelos esquimós; conchas, cascos de tartaruga e depois bambu e seda, na China; a pedra, o barro, a casca de árvores, por outros povos. As matérias-primas mais próximas ao papel foram o papiro, inventado pelos egípcios, e o pergaminho, feito de pele de animais. Depois, outra revolução da comunicação se dá com a invenção da tipografia, no século XV, por Gutemberg; até chegar às mídias analógicas, no início do século XX (rádio, TV e cinema); e as mídias digitais, no final desse mesmo século, integrando telecomunicações e informática, tendo na internet a sua expressão mais relevante.

São inúmeras as contribuições de mulheres estrangeiras e brasileiras que utilizaram a escrita — pelos livros, jornais e revistas — para disseminar pensamentos que contribuíram para o avanço das condições equitativas entre os sexos, como por exemplo, Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu, árdua defensora da ocupação do espaço público pela mulher, escritora e jornalista.

A cada inovação nas formas de expressão e de transmissão da informação e do conhecimento potencializam-se as estratégias para alcançar maior poder de disseminação nas mensagens de libertação da opressão patriarcal pelas mulheres. Com o desenvolvimento do cinema, por exemplo, foram produzidos filmes tanto baseados em fatos reais, como meras ficções, que influenciaram e continuam a influenciar diferentes gerações de mulheres, com foco na problemática das desigualdades de gênero, tendo ambos os sexos se dedicado ao roteiro, à direção, à produção, à fotografia, etc. Dentre as produções, destacam-se : *A Estirpe do Dragão* (EUA-1944), dirigido por Harold S. Bucquet, “um clássico que retrata a vida e o cotidiano de uma forte mulher que vive uma vida monótona no campo”; *Bagdad Café* (Alemanha Ocidental e EUA — 1987), dirigido por Percy Adlon, conta a história de uma turista alemã que abandona o marido na estrada após uma discussão e chega ao posto-motel Bagdad Café,

em pleno deserto do Arizona. A dona do local, que acabara de expulsar o marido de casa, a recebe de maneira rude. Com o tempo, tornam-se amigas.

Shirley Valentine (Inglaterra/EUA-1989), com direção do inglês Lewis Gilbert, narra a vida de uma esposa tradicional, que se cansa de limpar a casa, lavar roupa e preparar o jantar do marido. Em busca de seus sonhos de juventude, viaja para a Grécia com uma amiga, durante quinze dias. “Longe do marido e dos filhos, talvez encontre o amor e quem sabe a liberdade. Mas será isso mesmo o que Shirley Valentine quer?” *Frida* (EUA-2002), dirigido por Julie Taymor, retrata a vida de Frida Kahlo (1907-1954), uma grande artista mexicana. Além de se tratar de uma mulher que obteve o reconhecimento público pelo seu sucesso profissional, seu comportamento na esfera privada causou estranheza à sociedade, pois “teve um casamento aberto com Diego Rivera, seu companheiro também nas artes, e ainda um controverso caso com o político Leon Trostky e com várias mulheres.” *Nunca sem minha filha* (EUA-1991), com direção de Brian Gilbert, mostra a história real de uma americana casada com um médico iraniano que vivia nos EUA há vinte anos. Para sua surpresa, em uma viagem de férias à terra natal do marido, este a transforma em prisioneira, sob os preceitos do islamismo. Tem início uma peregrinação para fugir de lá com sua filha: “a luta e a coragem desta mulher surpreendente transformam esta história num envolvente relato.”

Na produção brasileira, o cinema tem levado mulheres e homens a questionarem os papéis assimétricos entre os sexos, que foram construídos e aceitos culturalmente há milênios, como, por exemplo, *O filme Leila Diniz* (1987), de Luiz Carlos Lacerda, que aborda a vida de uma mulher de vanguarda que quebrou diversos tabus. Nascida em 1945, ela morreu em 1972, na Índia, em um acidente de avião. *Zuzu Angel* (2006), dirigido por Sérgio Rezende, narra a história real de uma mulher que se destacou no mundo da moda e lutou de forma incansável em busca de respostas verdadeiras para o desaparecimento do filho nos porões da ditadura militar.

Mesmo reconhecendo que as vozes que circulam nas ondas de rádio são, até hoje, predominantemente, masculinas — e, para tal constatação, basta sintonizar emissoras AM e FM —, foi também através desse veículo que mulheres brasileiras quebraram tabus sexistas no início do século XX. A primeira emissora, a Rádio Sociedade, foi fundada pelo antropólogo Roquete Pinto, em 1923, na cidade do Rio, com uma programação cultural, artística e musical. A popularização deste veículo de comunicação, a partir dos anos 1930, graças à publicidade, culminou com a diversificação de programas e com uma forte in-

serção no cotidiano das pessoas. Na era do radioteatro e das radionovelas brasileiras, período que compreende os anos 1940 aos 1960, o universo feminino ganhou destaque nas tramas — já que era o público-alvo -, além de representar a ascensão profissional tanto na representação de papéis, como na criação de histórias. A Rádio Nacional, transmitiu a primeira radionovela, com duração de dois anos, intitulada *Em busca da Felicidade*, original cubano de Leandro Blanco com adaptação de Gilberto Martins, tendo como atrizes Ísis de Oliveira, Iara Sales, Flora May, Zezé Fonseca e Lourdes Mayer (além de Maria Helena, que era responsável pela locução e narração dos acontecimentos dos capítulos anteriores, e de frisar o prestígio dos produtos Colgate — o primeiro patrocinador de radionovela). Também pioneiras são *Fatalidade*, que foi escrita por Oduvaldo Vianna, e *Mulheres de Bronze*, adaptada de um folhetim francês. Em 1951, foi ao ar o maior sucesso de todos os tempos, com três anos de duração: *O Direito de Nascer*, do cubano Félix Caignet. Segundo Calabre (2007), “em um levantamento sobre as radionovelas transmitidas pela Rádio Nacional, no período entre 1941 e 1959, foram localizados 807 títulos e um total de 118 autores.” Dentre esse nomes, encontram-se três mulheres: Dilma Lebon (18 novelas), Ivani Ribeiro (16) e Janet Clair (13), sendo as duas últimas mais conhecidas, tendo ambas migrado para a telenovela. Seus históricos são facilmente encontrados em sites de busca, publicações ou dicionários especializados.

A televisão brasileira é inaugurada em 3/4/1950, com uma transmissão que se restringia ao saguão dos Diários Associados, onde havia poucos aparelhos e uma audiência que assistiu à apresentação do padre cantor mexicano Frei José Mojica. Em seguida, no porto de Santos, chegam os equipamentos da RCA comprados por Chateaubriand, proprietário de uma rede de jornais e emissoras de rádio. Em 18 de setembro, ele inaugura a TV Tupi. A logomarca da emissora, uma indiazinha com cocar e penas na cabeça, é a primeira imagem a aparecer na telinha, com a frase *Está no ar a TV no Brasil*, sob a voz feminina de Sônia Maria Dorce, então com cinco anos de idade. Em seguida, é também uma mulher, Lolita Rodrigues, que canta o *Hino da TV* ou *Canção da TV*, composta por Marcelo Tupinambá, com letra de Guilherme de Almeida. “A transmissão acontece das 18h às 23h e os profissionais vêm do rádio, jornal e teatro. Juntos buscam descobrir e desenvolver a nova linguagem que a televisão exige.” E no primeiro programa da emissora, apresentado por Homero Silva, lá estão mulheres pioneiras: Hebe Camargo, Wilma Bentivegna, a poetisa Rosalina Coelho Lisboa, o balé de Lia Aguiar, além de Yara Lins que empresta a voz para ecoar o prefixo da TV Tupi — PRF3. E a presença da mulher não parou de crescer e

se destacar nas diversas profissões que a televisão agrega, numa demonstração concreta de que existe um mundo de possibilidades para além das quatro paredes do lar. A ousadia dessas mulheres, principalmente no início, contribuiu sobremaneira para o longo caminho de busca da autonomia e cidadania plena feminina. A temática dessa luta também passou a ser incorporada pelos homens. Exemplo clássico é o do seriado *Malu Mulher*, criado e dirigido por Daniel Filho. Logo no primeiro capítulo apresenta a mais grave expressão do desequilíbrio de gênero: a violência doméstica. Apresentado pela Rede Globo, de 24/5/1979 a 22/12/1980, tem como protagonista a atriz Regina Duarte, além de Denis Carvalho e Narjara Tulletta no elenco principal. A melodia *Começar de novo*, na voz da cantora Simone, é o tema do seriado que bem expressa o trajeto de separação e busca da identidade perdida por uma mulher, numa época de avanço legislativo com a instituição oficial do divórcio. Ainda não era fácil conviver nas diversas esferas sociais como mulher separada, principalmente pelo assédio sexual provocado pelo estigma da desquitada, que se traduzia no jargão popular *mulher não direita*.

Data da mesma época, o início de um programa de televisão que iria contribuir para abalar mudanças de comportamento pelas mulheres, abrindo canais de diálogo entre as apresentadoras e um público que agregava as diversas classes sociais, dado o potencial deste meio de comunicação de massa. *TV Mulher* foi ao ar de 1980 a 1986, transmitido pela Rede Globo nas manhãs de segunda a sexta-feira, com produção de Nilton Travesso e Régis Cardoso, tendo como madrinha a cantora Elis Regina. “A composição mais marcante de equipe do *TV Mulher* é a primeira, com Marília Gabriela, Ney Gonçalves Dias, Ala Szerman, Xênia Bier, Marta Suplicy e Clodovil Hernandez”. Além do conservadorismo vigente, o país ainda era governado pelos militares quando a sexóloga Marta Suplicy falava sobre vagina e orgasmo feminino, com naturalidade, em plena manhã. Foi quando as “*Senhoras de Santana*” exigiram, em vão, o fim do programa. Em 1982, ela lança o livro *Conversando sobre Sexo*, com edição própria, inspirado nas cartas das telespectadoras, abordando, em 24 capítulos, desde a forma básica de se conversar sobre o tema até as etapas da sexualidade humana. A trajetória de Marta Suplicy — deputada federal, prefeita de São Paulo e atualmente senadora — é um exemplo do percurso de autonomia traçado ou almejado pelas mulheres brasileiras.

As telenovelas, outro alvo dos protestos das “*Senhoras de Santana*”, vêm apresentando tramas e personagens fortes que rompem com preconceitos se-

xistas, entre outros, amplificando os efeitos da luta pela autonomia da mulher, tal como ocorrido em *Mulheres Apaixonadas*, de Manoel Carlos, em 2003, cujo merchandising social também se voltava para a grave questão da violência doméstica — com a personagem de classe média Raquel, vivida pela atriz Helena Ranaldi, vítima do agressor Marcos, interpretado por Dan Stulbach. O poder de penetração deste gênero ficou evidenciado no aumento significativo do número de mulheres que passaram a denunciar seus parceiros — cerca de 30% —, iniciando um processo de transformação pessoal em busca do resgate da autonomia. Aliás, o merchandising social desta trama focou outros problemas sérios e polêmicos de nossa sociedade: o alcoolismo, os maus-tratos às pessoas idosas e a homossexualidade. Atualmente, são inúmeros os gêneros de programas feitos por, com e/ ou para mulheres, tanto em canais abertos como na televisão fechada.

As formas de representação da mulher podem ganhar outras dinâmicas, propiciadas por uma nova cultura comunicacional. Essa revolução se materializa nas formas de produção, interatividade — comunicação instantânea e processos colaborativos —, compartilhamento e amigabilidade, criando novas relações de imaginários, o que possibilita a promoção de ações de mudança de mentalidades

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos. Essas “verdades” estão presentes na construção social de gênero, que é tecida a partir das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, Igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa...

O(A) receptor(a) não é passivo(a)

Nos anos 1980, o modelo das mediações começa a se consolidar. Com base nos estudos culturais desenvolvidos desde o início dos anos 1960, centra-se na recepção da mensagem. Considera que o/a receptora não é passivo/a, quer dizer, vai receber as influências socioculturais do meio em que vive, gestando, assim, outro significado à mensagem. Esse processo de ressignificação da

mensagem ocorre “entre” a emissão e a recepção, no campo denominado mediações. A capacidade de re-exão — de ressignificação — das pessoas situa-se exatamente no campo das mediações, isto é, além da emissão e recepção, existe um processo de diálogo interior, cujos sentidos se completam no jogo ideológico das experiências culturais e sociais, como família, amigos, escola, igreja, associações, etc.

A teoria de Jesus Martin Barbero sobre as mediações encontra ressonância para redesenhar os estudos comunicacionais. Suas pesquisas indicam que o meio sofre a ação das várias instâncias da sociedade. Barbero desloca a discussão dos meios para as mediações e a ação efetiva das mensagens. Ao invés dos meios representarem somente recursos de produção, isto é, as empresas de comunicação e seus interesses, eles devem funcionar levando em conta as diversas instâncias envolvidas, as diversas redes de relações das pessoas. Deste modo, o fenômeno da recepção é mediado por instâncias da sociedade. São os intermediários que mediam a influência, portanto, podem, através de práticas participativas, manipular os meios e os recursos, dominando suas linguagens e técnicas. A tese central é a de que existe um desordenamento provocado pela nova sensibilidade, ligada à variação prefigurativa, formada por relações que são marcadas pela desordem cultural, desterritorialização e hibridismos de linguagem.

Ao tornar relevante o poder de ressignificação das mensagens por parte da audiência, alicerçada na contribuição dos estudos culturais, assume-se que os estereótipos discriminatórios podem ser enfraquecidos ou potencializados, dependendo da incidência em termos de comunicação. Essa estratégia precisa considerar que os lugares comuns sejam constantemente revisitados para que se possa vislumbrar a alteração das estruturas estereotipadas.

Nas premissas desses estudos para uma educação com, pela e para a comunicação, seguindo o famoso esquema passo-a-passo, chega-se ao seguinte emaranhado de ações: 1) Gestão do agir comunicativo, no interior dos grupos; 2) Domínio instrumental (domínio das técnicas de funcionamento, compreensão e reconhecimento das técnicas de formatação e percepção das lógicas econômicas e políticas que influenciam os mecanismos de produção, circulação e consumo); 3) Leitura crítica dos meios; 4) Mecanismos efetivos de intervenção. Este esquema é de grande utilidade na gestão de uma estratégia de comunicação que estreite os laços entre as pessoas e encurte os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária. Esses objetivos a serem perseguidos estão

em sintonia com o sentido primeiro da palavra comunicação, contido em sua própria composição: tornar COMUM uma AÇÃO.

Retoma-se o entendimento básico de que a humanidade sempre desenvolveu estratégias na forma de se instrumentalizar para a transmissão de informação e conhecimento. O complexo midiático está determinando uma nova sociedade, em todos os seus aspectos, vislumbrando, não só para as mulheres, mas para toda a sociedade, novas esferas públicas que podem resultar no exercício cotidiano da democracia direta. Que as mídias se tornem cada vez mais espaços de ressonância da luta pela equidade de gênero. Que elas efetivem perspectivas pungentes na luta pela transformação das relações sociais de gênero, na medida em que podem alterar a percepção e materialização assimétrica de poder entre os sexos.

Fonte:

VIEIRA, Vera. *Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital*. SP. Tese de Doutorado. USP/ECA. 2012.

8. Diretrizes e ferramentas para o processo de multiplicação

As sugestões que se seguem retratam o saber gestado dialogicamente entre lideranças de organizações governamentais e não governamentais que compõem a rede de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher, durante o período de dois anos, 2011 e 2012, em atividades realizadas por diferentes rincões brasileiros e que abarcaram todas as regiões — Sul: Porto Alegre/RS, Norte: Macapá/AP, Sudeste: São Bernardo/SP e São Paulo/SP, Nordeste: Aracaju/SE, e Centro-Oeste: Cuiabá/MT.

Lembrar-se das características específicas de cada localidade em um país que tem dimensões continentais, com pessoas que se assemelham e ao mesmo tempo são únicas, é motivo de emoção e alegria. Foi uma experiência ímpar, que aproximou mulheres e homens na construção de um foco específico da metodologia de educação popular feminista, para trabalhar a questão da violência doméstica. Para tamanho desafio, mulheres e homens arregaçaram as mangas buscando avançar no enfrentamento dessa cruel realidade, que é considerada a mais forte expressão da construção social de gênero, que vem sendo culturalmente aceita e historicamente mantida por milênios. A assimetria de poder e oportunidades trazidas pela dominação masculina afeta a toda a sociedade com trágicas consequências.

Assim, é necessário unir esforços de mulheres e homens para alcançar a paz, a segurança humana, a justiça social e a democracia. A harmonia das relações sociais de gênero depende de ambos. E o enfrentamento da problemática durante esses dois anos proporcionou — além das sugestões de diretrizes e ferramentas para serem utilizadas no processo de multiplicação — os seguintes impactos:



Refinamento da ótica feminista em uma metodologia específica para trabalhar a questão da violência doméstica, com mulheres e homens, interconectada com o conceito ampliado de paz; relações sociais de gênero; violência doméstica; masculinidades; recorte étnico-racial, de orientação sexual e geracional.



Contribuição nova e específica na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher.



Interferência na implantação e implementação de políticas públicas relativas à prevenção da violência doméstica, principalmente no âmbito local.



Aumento da conscientização e quebra de resistência por parte de integrantes do movimento feminista com relação à incorporação de homens em processos educativos.



Aumento da conscientização do público em geral sobre a importância da luta contra a violência à mulher e das questões de gênero, graças às intervenções de sucesso nas mídias locais.



Disseminação da experiência no âmbito internacional, como, por exemplo, a apresentação de uma oficina, por Vera Vieira, durante a *2ª Conferência Global de Casas-Abrigos para Mulheres: conectar-se, aprender e compartilhar*, realizada em Washington-DC, no período de 27/2 a 1/3/2012, com promoção da Rede Nacional pelo Fim da Violência Doméstica (NNEDV, em inglês), dos EUA, e pela Rede Global de Casas-Abrigo para Mulheres (GNWS, em inglês), que conseguiu reunir lideranças e ativistas de todos os continentes, num total de 1,4 mil participantes. Ao final da oficina, as/os participantes disputaram os materiais dessa experiência de construção coletiva aqui no Brasil, conforme foto ao lado.



Resumo das diretrizes e ferramentas para o processo de multiplicação de um foco específico na metodologia de educação popular feminista, para trabalhar a questão da violência doméstica com mulheres e homens

DIRETRIZES



Realização de parcerias com especialistas nos principais conceitos que se entrelaçam na metodologia de educação popular. Devem participar de todo o processo de construção, inicialmente, para o conjunto de sugestões, e durante o processo de construção coletiva, para avaliações periódicas, visando a realizar consenso sobre as adaptações necessárias.



Mapeamento das principais entidades governamentais e não governamentais, cobrindo a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, assim como públicos estratégicos como universidades e meios de comunicação de massa.



Realização de encontro preliminar com as principais lideranças, para concretização das parcerias locais, visando ao início da construção conjunta relacionada à adaptação metodológica, focos temáticos necessários à região, definição das/os palestrantes e das/os participantes da oficina. Deve-se levar em conta o recorte de gênero,

raça, etnia, orientação sexual e a questão geracional quando dessas definições.



O total de participantes deve ficar entre 40 e 50 pessoas, no máximo, para garantir o sucesso da construção dialógica do saber. As/os participantes também devem ser lideranças efetivas ou potenciais, com poder de multiplicação, de ambos os sexos.



Dedicar esforço no sentido de atrair mais de 20% de participantes do sexo masculino, por meio de convite a entidades mistas ou masculinas. Também deverá respeitar o recorte de raça, etnia, orientação sexual e geração. Este último recorte necessita de maior atenção, considerando-se o aumento da violência entre jovens casais de namorados.



A oficina necessita de dois dias de duração, para a concretização dos princípios da educação popular feminista, com dinâmicas de sensibilização e construção coletiva do saber, considerando a visão local, para inserção no contexto nacional, regional e global — e vice-versa.



A construção coletiva do saber deve estar embasada no entrelaçamento dos conceitos-chave do projeto, que são: educação popular feminista; paz ampliada (Resolução 1325 da ONU); relações sociais de gênero; violência doméstica; masculinidades; recorte de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geração. É importante incluir as especificidades locais.



Palestrantes locais devem ser especialistas nas temáticas propostas. (Exemplo: para falar do recorte racial, é fundamental que seja uma pessoa do movimento negro.)



O tema “Masculinidades” deve ser abordado por um homem, visto que existe uma aceitação maior por parte do público masculino que, assim, se sensibiliza com o conteúdo.



Linguagem imagética e escrita inclusiva e amigável, nos materiais de apoio e nas apresentações, para atrair homens e mulheres a uma temática em que elas são as vítimas e eles são os agressores, na maioria esmagadora dos casos.

Ao final da oficina, é fundamental que se faça uma pequena avaliação escrita, solicitando-se que sejam enumerados aspectos positivos e negativos.

FERRAMENTAS



Cartaz com linguagem imagética e escrita estrategicamente pensada para ser inclusiva.



Fôlder com linguagem imagética e escrita inclusiva, com explicações diretas, objetivas e de fácil entendimento sobre as raízes da construção cultural de gênero, que tem na violência doméstica a mais forte expressão das desigualdades.



Caderno de Educação Popular Feminista, contendo as sugestões de aprofundamento para os diversos focos da metodologia, que é enriquecida com o saber de cada localidade.



Dinâmicas de sensibilização para os diversos focos temáticos, que inserem a cultura local.



A realização conjunta da Exposição *1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo*, com um painel temático sobre a questão da violência contra a mulher, se traduziu em uma ferramenta estratégica para abarcar um público muito mais amplo e obter ampla cobertura dos meios de comunicação de massa.

No Capítulo II, há diversos textos que podem auxiliar na aplicação da metodologia de educação popular feminista. Há, também, uma série de dinâmicas e técnicas que são fundamentais na sensibilização das/os participantes que se aventuram no grande desafio de se unir para desconstruir padrões estereotipados de comportamentos e, consequentemente, contribuir para eliminar a violência contra a mulher, em um mundo mais harmônico entre mulheres e homens.

Por fim, no Capítulo III, há inúmeros textos sobre os diversos focos previsto nesta abordagem, que foram escritos tanto por pessoas da Associação Mulheres pela Paz quanto por outras das diferentes organizações com as quais embalamos nosso sonho de um mundo mais justo e igualitário.

9. Participantes, agendas das oficinas e exposições

Nesta última parte do Capítulo I, apresentamos, por localidade, a lista de participantes das oficinas – que são lideranças efetivas ou potencias com poder de multiplicação, atuando em organizações governamentais e não governamentais, preferencialmente compondo a rede de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher –, seguida da agenda do encontro e do evento noturno aberto ao público em geral, intitulado Exposição 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, contendo fotografias e históricos daquelas que foram indicadas ao Nobel da Paz 2005. Nessa ocasião, que foi estratégica para atrair, com sucesso, a atenção das mídias locais, foi realizado o painel temático “Mulheres e Homens pela Paz e contra a Violência Doméstica”, com a presença de autoridades e lideranças, além de algumas brasileiras indicadas ao Nobel da Paz. Uma vez mais, agradecemos às imprescindíveis parcerias locais, listadas logo após a agenda da oficina, sem as quais não seria possível obter um resultado tão positivo quanto o que foi constatado.

Oficina de Porto Alegre/RS

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*

Data: 9 e 10/6/2011

Participantes: 40 lideranças (35 mulheres e 5 homens)

Nome	Entidade
Ana Lucia Dagord	Secretaria Municipal de Saúde PORTO ALEGRE/RS
Ângela Cristina Kravczyk	Coordenação da Mulher PORTO ALEGRE/RS
Antônio Matos	Movimento Negro Unificado - MNU PORTO ALEGRE/RS
Caio Klein	Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade PORTO ALEGRE/RS
Carlos Eduardo Dias	Núcleo de Apoio Sociofamiliar - Nasf PORTO ALEGRE/RS
Carmem Lucia Ferreira Castelli	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher PORTO ALEGRE/RS
Carolina Cerveira	Rede Mulher de Educação SÃO LEOPOLDO/RS
Clair Ribeiro Ziebell	Rede Mulher de Educação SÃO LEOPOLDO/RS
Clara Charf	Associação Mulheres pela Paz SÃO PAULO/SP
Donna Roberts	Diretora de Documentário SÃO PAULO/SP
Elaine Soares	Centro de Referência no atendimento Infanto-Juvenil - Crai PORTO ALEGRE/RS
Eloá Muniz	Fórum Municipal da Mulher PORTO ALEGRE/RS
Eva Regina Pereira Ramão	Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras PORTO ALEGRE/RS
Fabiane Simone	Cladem- Brasil PORTO ALEGRE/RS
Fátima Soares	Federação de Alimentos do Rio Grande do Sul PORTO ALEGRE/RS
Flora Luciana T. de Oliveira	Instituto de Acesso à Justiça - IAJ PORTO ALEGRE/RS

Gislaine Charmes	<i>Associação Mulheres Unidas pela Esperança - Amue</i> PORTO ALEGRE/RS
Jaci dos Santos	<i>Associação Com. do Morro da Cruz</i> PORTO ALEGRE/RS
Jeanice Dias Ramos	<i>Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS</i> PORTO ALEGRE/RS
Joselita Maria de A. Stedile	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Lea Epping	<i>Coletivo Feminino Plural</i> PORTO ALEGRE/RS
Leila Mattos	<i>Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul</i> PORTO ALEGRE/RS
Mara Verlaine	<i>União de Associação de Moradores de Porto Alegre - Themis/Uampa</i> - PORTO ALEGRE/RS
Maria Helena Castilhos	<i>Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre - SDHSU</i> - PORTO ALEGRE/RS
Maria José Gomes da Silva	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Maria Luisa Pereira de Oliveira	<i>Rede Feminista de Saúde</i> PORTO ALEGRE/RS
Maria Marli Heck	<i>Brinquedoteca Itinerante</i> PORTO ALEGRE/RS
Oscar Ulloa	<i>Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - George/UFRGS</i> - PORTO ALEGRE/RS
Renata Jardim	<i>Assistente Coordenadora Campanha Ponto Final</i> PORTO ALEGRE/RS
Ricardo Decesaro da S. Filho	<i>PUCRS - Grupo de Estudos sobre Relações de Gênero</i> PORTO ALEGRE/RS
Rudineia de Souza	<i>Centro de Referência Vânia Araújo Machado</i> PORTO ALEGRE/RS
Sandra M. da Silva Ribeiro	<i>Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil - Crai</i> - PORTO ALEGRE/RS
Simone Lerner	<i>Núcleo de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde</i> - PORTO ALEGRE/RS
Soianara Santos Rocha	<i>Casa de Apoio Viva Maria</i> PORTO ALEGRE/RS
Suzana Margarida Veloso Garcia	<i>Casa Lilás – Centro de Referência da Mulher</i> GRAVATAÍ/RS
Télia Negrão	<i>Rede Feminista de Saúde</i> PORTO ALEGRE/RS

Vânia Pierosan	<i>Mulheres da Paz</i> CANOAS/RS
Vera Daisy Barcelos	<i>Rede Feminista de Saúde</i> PORTO ALEGRE/RS
Vera Vieira	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Walkiria Lobo J. Ferraz	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP

Agenda da oficina

9/6/2011 – quinta-feira

Horário	Atividade
8h30 às 9h30	Dinâmica de apresentação, detalhamento do projeto e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Aplicação do questionário Escala de Gênero
10h às 11h	Dinâmica sobre o conceito ampliado de paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf e Vera Vieira, da Associação Mulheres pela Paz)
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Continuidade: aprofundamento teórico e debate (idem)
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h	Relações de Gênero (Clair Ribeiro e Carolina Cerveira – Rede Mulher de Educação)
15h às 16h	Masculinidades (Marcos Nascimento – doutorando IMS/UERJ)
16h às 16h15	Café
16h15 às 17h30	Continuidade: debate sobre relações de gênero e masculinidades
17h30	Fechamento do dia e ida ao Memorial RS para a abertura e o coquetel da Exposição

10/6/2011 – sexta-feira

8h30 às 10h30	As violências e os fatores de vulnerabilidade (Maria Luísa Pereira de Oliveira – Rede Feminista de Saúde)
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 12h30	Continuidade: aprofundamento teórico e debate
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h30	Prevenção Primária (Télia Negrão, da Rede Feminista de Saúde)
15h30 às 16h15	Aplicação do questionário Escala de Gênero e debate sobre as variações de respostas - (Vera Vieira, Clair Ribeiro e Carolina Cerveira)
16h15 às 16h30	Café
16h30 às 17h30	Avaliação, propostas de continuidade e encerramento

Realização: Associação Mulheres pela Paz

Parceria Nacional: Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra

Parceria em Porto Alegre: Campanha Ponto Final, Rede Feminista de Saúde, Casa de Cultura Mário Quintana, Memorial do Rio Grande do Sul, Secretaria de Cultura, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça);

EED (Alemanha) e Fundação Avina

Patrocínio: Petrobras



A Exposição *1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo*, que permaneceu no Memorial do Rio Grande do Sul de 9 de junho a 9 de julho de 2011, foi inaugurada na primeira noite da oficina, com a presença de autoridades e lideranças locais, com o painel “Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz”. Coordenado por Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz, o painel contou com falas que contribuíram para o aprofundamento da temática.

A diretora do Memorial RS, Simone Flores Monteiro, iniciou o painel falando da honra de ter uma exposição desse vulto em Porto Alegre, no sentido de visibilizar o trabalho de mulheres do mundo todo. Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz, contou como tudo começou, por intermédio de um grupo de mulheres da Suíça com o apoio da Unesco, assim como sobre a importância de interligar o conceito ampliado de paz às práticas cotidianas.

Télia Negrão, coordenadora da Rede Feminista de Saúde, destacou os princípios da exposição e da oficina com mulheres e homens em consonância com os da Campanha Ponto Final: “As parcerias e ações desenvolvidas pela Campanha e pela Associação Mulheres pela Paz contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática e livre de violência contra as mulheres.”

A desembargadora Maria Berenice Dias, a única gaúcha indicada ao Prêmio Nobel da Paz 2005, enalteceu a luta cotidiana das mulheres em busca de um mundo com harmonia.

Roberto Lorea, juiz da Vara da Violência Doméstica, elogiou a contribuição do movimento feminista e das organizações de mulheres no combate à violência doméstica, além de enaltecer a iniciativa de construção de uma metodologia específica para trabalhar com mulheres e homens.

Já a secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, enfatizou a importância da exposição, cujo foco é o reconhecimento da luta e do trabalho das mulheres que contribuem para a conquista de direitos e para a construção de políticas públicas.

Sandra Genro, a primeira-dama do Estado, levou o abraço carinhoso do governador Tarso Genro e demonstrou todo o seu entusiasmo com as atividades, prometendo outras formas para a sua implementação.

O evento também contou com a visita-surpresa do ex-governador Olívio Dutra.

A intervenção nas mídias contou com o apoio local da jornalista Nilza Scotti.

Oficina de Macapá/AP

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*

Data: 15 e 16/9/2011

Participantes: 61 lideranças (52 mulheres e 9 homens)

Nome	Entidade
Aldarlene Luz	Movimento de Mulheres Negras MACAPÁ/AP
Ana Débora da Silva Dias	Corpo de Bombeiros Militar do Amapá - Cbmap MACAPÁ/AP
Andressa R. C. Pantora	Fórum de Macapá MACAPÁ/AP
Augusto Azevedo	Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH MACAPÁ/AP
Auricélia C.dos Santos	Escola Estadual Deusolina Sales Faria MACAPÁ/AP
Clara Charf	Associação Mulheres pela Paz SÃO PAULO/SP
Cleib Lubiana	Rede Acreana de Mulheres e Homens - Rahm RIO BRANCO/ACRE
Creuza Miranda	Associação de Mulheres Mães Venina do Quilombo de Curiaú - MACAPÁ/AP
Dayene Silva Soeira	Sociedade Educacional da Amazônia - Seama MACAPÁ/AP
Delma Skibinki	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Amapá - Cedimap - MACAPÁ/AP
Dorismar F. de Magalhães	Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres - SEPM - MACAPÁ/AP
Erminio Vasconcelos	Faculdade de Macapá - Fama MACAPÁ/AP
Fátima Gama	Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá - Ghata MACAPÁ/AP
Francisca do S. Pisa	Mulheres Indígenas MACAPÁ/AP
Geovana do Rosário Ramos	Associação de Mulheres Mães Venina do Quilombo de Curiaú - MACAPÁ/AP

Girlene N. de Araujo	<i>Centro de Apoio à Mulher e Família - Camuf</i> MACAPÁ/AP
Helenilde D'Albuquerque	<i>Agência de Desenvolvimento do Amapá - Adap</i> MACAPÁ/AP
Ismael Silva Costa	<i>Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea/ Assembleia Legislativa do Estado do Amapá</i> MACAPÁ/AP
Janaina da S. Sussuarana	<i>Fórum de Macapá</i> MACAPÁ/AP
Joenia Batista de Carvalho	<i>Mulher da Paz Conselho Indígena de Roraima - CIR</i> BOA VISTA/RO
Josiane Ferreira da Silva	<i>Centro Cultural Franco Amapaense - CCFA</i> MACAPÁ/AP
Jucileide Souza Moreira	<i>Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres - SEPM - MACAPÁ/AP</i>
Jucileide Tomázia N. Ramos	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP
Keila Sousa da Silva	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP
Kelliane Silvia da S. Libório	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP
Kleber Pinto Garcia	<i>Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá - Ghata</i> MACAPÁ/AP
Lidia Elane da C. Trajano	<i>Articulação de Mulheres do Amapá - AMA</i> MACAPÁ/AP
Leonice Lopes dos Santos	<i>Sociedade Educacional da Amazônia - Seama</i> MACAPÁ/AP
Leliam F. Vieira	<i>Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres - SEPM - MACAPÁ/AP</i>
Lucicleia P. do Nascimento	<i>Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres - SEPM - MACAPÁ/AP</i>
Maiara Costa	<i>CAFD</i> MACAPÁ/AP
Mairon dos Santos Costa	<i>Rede Fulanas – Rede de Mulheres Negras da Amazônia - MACAPÁ/AP</i>
Marcelo França Sarge	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher – Cram</i> - MACAPÁ/AP
Maria Célia O. Conceição	<i>Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS</i> SÃO MIGUEL/TO
Maria das D. do R. Almeida	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP

Maria das Graças Santos Brazão	<i>Articulação de Mulheres do Amapá – AMA</i> MACAPÁ/AP
Maria Dulcelina Gomes Aguiar	<i>Rede Fulanas – Rede de Mulheres Negras da Amazônia</i> - MACAPÁ/AP
Maria José Gomes da Silva	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Maria Lucenilda S.de Lima	<i>Sociedade Civil</i> MACAPÁ/AP
Maria Raimunda M. Barbosa	<i>Centro de Apoio à Mulher e Família – Camuf</i> MACAPÁ /AP
Marilena da Silva Vulcao	<i>Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá - Ghata</i> MACAPÁ/AP
Misselene Furtado de Brito	<i>Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá - Ghata</i> MACAPÁ/AP
Nelma Lau	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher – Cram</i> - MACAPÁ/AP
Neucirene A. Oliveira	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher – Cram</i> - MACAPÁ/AP
Neuza Maria da Silva Giust	<i>Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres -</i> SEPM - MACAPÁ/AP
Raimunda Coutinho de Souza	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher Cram</i> MACAPÁ/AP
Raimunda Edna da Silva	<i>Articulação de Mulheres do Amapá - AMA</i> MACAPÁ/AP
Raimunda Gomes da Silva	<i>Mulher da Paz Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS</i> - SÃO MIGUEL/TO
Rosicleia dos Santos Costa	<i>Articulação de Mulheres do Amapá - AMA</i> MACAPÁ/AP
Sandra Cardoso	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher – Cram</i> - MACAPÁ/AP
Stefânia Mendes dos Reis	<i>Instituto Macapaense de Melhor Ensino Superior -</i> Imumes - MACAPÁ/AP
Suzana Cristina Pontes	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP
Talyta Pontes Monteiro	<i>Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres -</i> SEPM - MACAPÁ/AP
Tatiana do Rosario A. Pontes	<i>Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena</i> MACAPÁ/AP
Uerlen Ramos Pereira	<i>Centro de referência em atendimento à Mulher – Cram</i> - MACAPÁ/AP

Vera Vieira

Associação Mulheres pela Paz
SÃO PAULO/SP

Walkiria Lobo Junqueira Ferraz

Associação Mulheres pela Paz
SÃO PAULO/SP

Wilza de Oliveira

*Coordenadoria de Políticas para as
Mulheres do Município de Oiapoque*
MACAPÁ/AP

Agenda da oficina

15/9/2011 – quinta-feira	
Horário	Atividade
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação, levantamento de expectativas e apresentação do projeto (Vera Vieira e Laurinha)
9h30 às 10h30	Aplicação do questionário Escala de Gênero em grupo e Relações de Poder (Vera Vieira)
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 11h30	Dinâmica sobre o conceito ampliado de paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf)
11h30 às 12h30	Debate sobre os temas da manhã
12h30 às 14h	Almoço
14h às 14h15	
	Dinâmica de aquecimento (Laurinha)
14h15 às 15h45	Masculinidades (Cleib Lubiana – Rede Acreana de Mulheres e Homens)
15h45 às 16h	Café
16h às 17h30	Tráfico de Mulheres (dep. Paulo José e Wilza de Oliveira – coordenadora da Mulher do Oiapoque)
16/9/2011 – sexta-feira	
9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (Laurinha)
	A realidade da Comunidade Quilombola (Durica, Creusa, Laura – sociedade civil e Marlúcio Lobo Cabral, da Sefro)
9h15 às 10h45	
10h45 às 11h	Café
11h às 12h30	A questão Indígena (Francisca dos Santos Pisa da Sepi)
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Gênero, Violências e Orientação Sexual (Sandra Matos do Cram e Cleber P.Garcia do Grupo Ghata)
16h15 às 16h30	Café
16h30 às 17h30	Avaliação, propostas de multiplicação e encerramento

Realização: Associação Mulheres pela Paz

Parceria Nacional: Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra

Parceria em Macapá – ONGs: Instituto de Mulheres Negras do Amapá - Imena, Ghata Grupo de Lésbicas, Rede Fulanas Negras da Amazônia Brasileira e AMA – Articulação de Mulheres do Amapá

Parceria em Macapá - Governo: Governo do Amapá, Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres, Secretaria Extraordinária dos Povos Afrodescendentes, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, Secretaria de Estado da Comunicação,

Secretaria de Estado da Educação e Centro Cultural Franco-Amapaense

Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal

Patrocínio: Petrobras





A abertura da Exposição se deu com o painel “*Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz*”, cuja mesa foi composta por autoridades, lideranças locais e três Mulheres da Paz da região Norte. Integrantes da mesa abordaram a importância de se dar visibilidade ao trabalho das mulheres e a relevância de se reunir mulheres e homens para avançar na luta contra a violência à mulher.

O painel foi coordenado por Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), contando com Clara Charf, presidenta da AMP, que relatou o histórico da candidatura coletiva de 1000 mulheres para o prêmio Nobel da Paz 2005 e a continuidade das atividades por organizações de várias regiões do mundo.

Sueli Pini, mulher da Paz do Amapá, que desenvolve um trabalho de justiça itinerante com as populações ribeirinhas; Raimunda Gomes da Silva, mulher da Paz do Tocantins, que luta pelos direitos das populações extrativistas da Amazônia; e Joênia Batista de Carvalho, de Roraima, a primeira advogada indígena do País, que busca os direitos de seu povo, falaram sobre suas realidades específicas e enalteceram a importância das atividades da AMP.

As autoridades e lideranças locais enfatizaram o impacto positivo da exposição e da oficina para as lideranças de Macapá: o senador João Capiberibe; a

primeira-dama do Estado, Cláudia Camargo Capiberibe; a Secretária de Políticas para Mulheres, Lucenira Pimentel; a diretora do Centro Cultural Franco-Amapaense, Josiane Ferreira da Silva; a deputada estadual Cristina Almeida; a representante local da Rede Mulher de Educação e fundadora do Imena, Durica Almeida; e a coordenadora da Articulação de Mulheres do Amapá (AMA), Maria das Graças Brazão.

O projeto local da exposição foi idealizado pela arquiteta Suellem Braga. A diretora do Centro Cultural Franco-Amapaense, Josilene Ferreira, além de ter atuado como assessora de imprensa para a intervenção nas mídias, não mediu esforços para viabilizar a exposição na cidade, disponibilizando, também, sua equipe de professores de artes visuais: Ronivaldo Moraes, Rutilene Bastos, Rita Helena Ferreira, Gilson Cordeiro e Carlos Alberto Brito.

Oficina de São Bernardo do Campo/SP

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens.*

Data: 23 e 24/11/2011

Participantes: 61 lideranças (50 mulheres e 11 homens)

Nome	Entidade
Alaíde Carvalho Ortega	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Ana Nice M. de Carvalho	<i>Sindicato dos Metalúrgicos</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Anália Barbosa	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Andréa Ferreira de Sousa	<i>Federação dos Metalúrgicos</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Andreia Miguel Pinto	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Antonio Carlos Gonzaga	<i>Diretor do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema</i> - DIADEMA /SP
Amélia Figueiredo	<i>Conselho Gestor – Centro de Referência e Apoio à Mulher</i> - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Arizangela Alves da Silva	<i>Mulheres da Paz</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Camila Berbel de O. Godoy	<i>Delegacia de Defesa da Mulher</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Camila Hatty R. de Macedo	<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – Sedesc</i> - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Camila Paronetti Silva	<i>Defensoria Pública</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Cibeli Meire Vieira	<i>Coletivo Feminista</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Cícera Tomaz da Silva	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Clara Charf	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Cleone Santos	<i>Grupo Mulher Ética e Libertação - Gmel</i> SÃO PAULO/SP

Cristiano F. de Alcantara	<i>Secretaria de Segurança Urbana – Guarda Municipal</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Daise Aline N. de Moura	<i>Mulheres da Paz</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Dalva Firmino	<i>Coletivo Sexualidade e Saúde</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Denilson Amador da Silva	<i>Secretaria de Segurança Urbana – Guarda Municipal</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Donna Roberts	<i>Diretora Documentarista</i> SÃO PAULO/SP
Dulcelina Vasconcelos	<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – Sedes</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Dulcimara Rosa Maré	<i>Universidade Federal do ABC</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Elaine Pereira	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Elisabete Baptista S. Sampaio	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Flávio Urra	<i>Entre Nós –Assessoria e Pesquisa em Gênero e Raça</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Gabriela Andrade da Silva	<i>Universidade Federal do ABC - UFABC</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Gerald Hoffman	<i>Cinegrafista</i> SÃO PAULO/SP
Givaldo Dantas Bispo	<i>Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo - Sopp</i> - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Guiomar Aparecida de Carvalho	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Hélio Santos de Almeida	<i>Secretaria de Segurança Urbana – Guarda Municipal</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Hilda Fadiga de Andrade	<i>Rede Mulher de Educação</i> SÃO PAULO/SP
Joana Fernandes de Araujo	<i>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Kajali Lima Vitorio	<i>Universidade Federal do ABC - UFABC</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Lélia Maria O. dos Santos	<i>Promotora Legal Popular</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Livea Brito	<i>Mulheres da Paz</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Lourdes Ventura

Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania - S
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Luciana Jacomini Alexandre

Entre Nós – Assessoria e Pesquisa em Gênero e Raça
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Luiz Carlos A. de Oliveira

Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo
Sopp - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Márcia Ivone Leal de Oliveira

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Marcos Paulo Lourenço

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Maria Aparecida Silva

Unidade Básica de Saúde de São Caetano - UBS
SÃO CAETANO/SP

Maria Cristina Pache Pechtoll

Fé-Minina – Movimento de Mulheres de Santo André
SANTO ANDRÉ/SP

Maria Cristina Campanholo

Promotora Legal Popular
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Maria de Lourdes Gurian

Coletivo Feminista
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Maria Emilia Soares Canpi

Movimento de Igrejas Matrizes Africanas
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Maria Ferreira de Souza Loló

Centro Cultural Francisco Solano Trindade
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Maria José Gomes da Silva

Associação Mulheres pela Paz
SÃO PAULO/SP

Marlene M. da S.Alves

Sociedade Amigos e Bairro do Jardim Lavínia
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Nanci dos Santos

Fé-Minina – Movimento de Mulheres de Santo André
SANTO ANDRÉ/SP

Nilda Aparecida de Oliveira

Promotora Legal Popular
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Nivaldo Toledo da Silva

Secretaria de Segurança Urbana – Guarda Municipal
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Oscarina Camillo

Entre Nós – Assessoria e Pesquisa em Gênero e Raça
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Renilva Mota Ferreira

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema
DIADEMA/SP

Rute Lagares Gondim Rosa

Promotora Legal Popular
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Sandra Cristina Boschetti

Promotora Legal Popular
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Sonia Aparecida da Silva	<i>Mulheres da Paz</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Sonia Maria Pazeto Gouveia	<i>Fé-Minina – Movimento de Mulheres de Santo André</i> SANTO ANDRÉ/SP
Soninha Carrara	<i>Liderança da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo</i> - SÃO BERNARDO/SP
Vanderley Viana Santos	<i>Secretaria de Assuntos Jurídicos</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Vera Vieira	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Walkiria Lobo J. Ferraz	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP

Agenda da oficina

23/11/2011 – quarta-feira	
Horário	Atividade
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação, levantamento de expectativas e apresentação do projeto (Loló)
9h30 às 10h30	Aplicação do questionário Escala de Gênero, em grupo, e Relações de Poder (Vera Vieira)
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 11h30	Dinâmica sobre o conceito ampliado de paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf)
11h30 às 12h30	Debate sobre os temas da manhã
12h30 às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento (Loló)
14h15 às 15h45	Masculinidades (Flávio Urra)
15h45 às 16h	Café
16h às 17h30	Gênero e Feminismo (Cristina Pectkol – Fé-Minina)
24/11/2011 – quinta-feira	
9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (Loló)
9h15 às 10h45	Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Dulce Xavier)
10h45 às 11h	Café
11h às 12h30	Violência no Mundo do Trabalho (Ana Nice M.de Carvalho do Sindicato dos Metalúrgicos e Andréa Ferreira de Sousa da Federação dos Metalúrgicos)
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Violência Sexual entre Quatro Paredes (Maria Auxiliadora F. Vertamatti – Caism)
16h15 às 16h30	Café
16h30 às 17h30	Avaliação, propostas de multiplicação e encerramento. (Vera e Dulce)



Realização: Associação Mulheres pela Paz

Parceria Nacional: Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra

Parceria em São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Entre Nós, Fé-Minina, Promotoras Legais Populares, Sindicato e Federação dos Metalúrgicos e Sindicato dos Servidores Públicos de Diadema

Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina,

Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal

Patrocínio: Petrobras



A abertura da Exposição se deu com o painel “Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz” e a apresentação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em São Bernardo do Campo.

A mesa foi composta por autoridades, lideranças locais e quatro Mulheres da Paz de São Paulo. Integrantes da mesa abordaram a importância de se dar da candidatura coletiva de 1000 mulheres para o prêmio Nobel da Paz 2005 e a continuidade das atividades por organizações de várias regiões do mundo.

Grasiele Vivas, representando a Petrobras, destacou o impacto das atividades da AMP que vão ao encontro dos objetivos sociais e de cidadania da patrocinadora. Márcia Barral, Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, da Prefeitura de São Bernardo do Campo, relatou todas as atividades desenvolvidas em busca da equidade de gênero e do fim da violência contra a mulher.

As seguintes Mulheres da Paz enalteceram a importância das atividades para um mundo mais harmonioso em termos de gênero: Sílvia Pimentel, atual presidenta do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), advogada, professora universitária e militante histórica do movimento de mulheres e feminista, principalmente no que tange à violência contra

a mulher e aos direitos sexuais e reprodutivos; Margarida Genevois, grande ativista dos direitos humanos, que trabalhou na Comissão de Justiça e Paz da Diocese de São Paulo, a convite de Dom Paulo Evaristo Arns, para receber pessoas que sofriam torturas bárbaras durante a ditadura militar e familiares desesperados em busca de parentes desaparecidos; Nilza Iraci, mundialmente conhecida pela luta em prol dos direitos da mulher, incisivamente, das mulheres negras, além de ser a atual presidenta do Geledés Instituto da Mulher Negra; e Albertina Duarte Takiuti, uma das mais famosas ginecologistas do País, coordenadora do Programa de Saúde do Adolescente, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Representando todas as parcerias da sociedade civil, Marilda Lemos Oliveira leu uma bonita poesia que simboliza o cerne dos objetivos das atividades. Ela é teóloga, doutora em Sociologia pela USP, membro da ONG Entre Nós, consultora e supervisora técnica na área de enfrentamento à violência contra as mulheres, além de professora e coordenadora pedagógica.

O projeto local da exposição foi idealizado pela arquiteta Salete Marra, da Secretaria de Administração, por João Delijaicov Filho, da Secretaria de Cultura, além do artista Gerald Hoffman, da Associação Mulheres pela Paz.

Seminário em São Paulo

Consenso sobre a Gestão do Conhecimento

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*

Data: 12/3/2012

Participantes: 31 lideranças das diferentes localidades

(23 mulheres e 8 homens)

Nome	Entidade
Ana Lúcia Dagord	<i>Secretaria Municipal de Saúde</i> PORTO ALEGRE/RS
Angela Fioravante	<i>Consultora do Instituto Avon</i> SÃO PAULO/SP
Benita Beatriz A. Cannabrava	<i>Rede Mulher de Educação</i> SÃO PAULO/SP
Carolina Cerveira	<i>Rede Mulher de Educação</i> PORTO ALEGRE/RS
Cida Medeiros	<i>Coordenadora de CSR – Sustentabilidade Avon Brasil</i> SÃO PAULO/SP
Clara Charf	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Danizi Dagmar de Moraes	<i>Ass. de Mulheres da Zona Leste - Amzol</i> SÃO PAULO/SP
Denílson Amador da Silva	<i>Guarda Civil Municipal de São Bernardo do Campo</i> SÃO PAULO/SP
Donna Roberts	<i>Diretora de Documentário</i> SÃO PAULO/SP
Dora Mariela S. Barrientos	<i>Docente do Curso de Obstetrícia –USP/SP –Líder da Rede Latino-Americana de Obstetrícia - SÃO PAULO/SP</i>
Dulcelina Vasconcelos	<i>Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – Sedesc</i> SÃO PAULO/SP
Flávio Urra	<i>Psicólogo</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Gerald Hoffman	<i>Cinegrafista</i> SÃO PAULO/SP
Grasiele Vivas	<i>Comunicação Institucional – Petrobras</i> SÃO PAULO/SP

Hilda Fadiga de Andrade	<i>Rede Mulher de Educação</i> SÃO PAULO/SP
Inês Meneguelli Acosta	<i>Conselheira do Elas – Fundo Social de Investimento em Mulheres</i> - SÃO PAULO/SP
José Aparecido Barbosa	<i>Gerente Regional de Comunicação da Petrobras</i> SÃO PAULO/SP
Josiane da Silva Ferreira	<i>Diretora do Centro Cultural Franco Amapaense – CCFA</i> MACAPÁ/AP
Kleber Pinto Garcia Cavalcante	<i>Ghata - Grupo de Lésbicas</i> MACAPÁ/AP
Lírio Cipriani	<i>Diretor Executivo do Instituto Avon</i> SÃO PAULO/SP
Lucilene Cruz da Silva	<i>Soc.de Filantropia Comunitário de Sumaré – Sofic</i> SÃO PAULO/SP
Marcos Nascimento	<i>Doutor em Saúde Coletiva – IMS/UERJ</i> RIO DE JANEIRO/RJ
Maria Aparecida Lima	<i>Ass.de Mulheres da Zona Leste - Amzol</i> SÃO PAULO/SP
Maria Almeida	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Maria Cristina Pache Pectkol	<i>Fé-Minina - Movimento de Mulheres de Santo André</i> SANTO ANDRÉ/SP
Maria José Gomes da Silva	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Maria José Lopes Souza (Zéza)	<i>Rede Mulher de Educação</i> SÃO PAULO/SP
Maria Luisa Pereira de Oliveira	<i>Rede Feminista de Saúde</i> PORTO ALEGRE/RS
Nivaldo Toledo da Silva	<i>Guarda Civil Municipal de São Bernardo do Campo</i> SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
Paula Licursi Prates	<i>Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde</i> SÃO PAULO/SP
Vera Vieira	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Walkiria Lobo J.Ferraz	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP

Agenda

12/3/2012

Horário	Atividade
9h às 9h30	Breve apresentação das pessoas presentes
9h30 às 10h30	Mesa de Abertura: Clara Charf (Associação Mulheres pela Paz - AMP), José Aparecido Barbosa (Comunicação Institucional da Petrobras) e Lírío Cipriani (Instituto Avon)
10h30 às 11h15	Apresentação do projeto e das atividades realizadas (Vera Vieira – AMP)
11h15 às 11h30	Café
11h30 às 12h30	Trabalho em equipe (especialistas, equipe de Porto Alegre, equipe de Macapá, equipe de São Bernardo, equipe de especialistas, equipe de pessoas convidadas)
12h30 às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento
14h15 às 14h35	Apresentação da reflexão da equipe de especialistas
14h35 às 15h30	Apresentação das reflexões das equipes locais (Porto Alegre, Macapá e São Bernardo do Campo)
15h30 às 16h20	Apresentação das reflexões dos comentaristas
16h20 às 16h35	Café
16h35 às 17h30	Plenária para sistematização das discussões e sugestões para 2012

Realização: Associação Mulheres pela Paz - **Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Patrocínio: Petrobras

Oficina de Aracaju/SE

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*

Data: 30 e 31/8/2012

Participantes: 74 lideranças (66 mulheres e 8 homens)

Adriana Santos	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO/SE
Aldcy Almeida de Souza	Federação de Mulheres de Sergipe ARACAJU/SE
Ana Carolina Machado Jorge	Secretaria de Segurança Pública - SSP/SEDelegacia da Mulher - Lagarto - LAGARTO/SE
Ana Julia Souto Santos	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE - gestora Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher ARACAJU/SE
Ana Maria Sampaio Barreto	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE
Anaira Silvino Santos	Organização de Mulheres Negras Maria do Egito - Omin ARACAJU/SE
Anny Jacqueline S.S.Santos	Casa da Doméstica “Dom José Vicente Távora” ARACAJU/SE
Antonio Sérgio de Brito	Projeto Renascer para Vida - Revida ARACAJU/SE
Bruno Brunheroto	Petrobras – Comunicação Social Regional São Paulo/Sul SÃO PAULO/SP
Carlos Cesar N. Figueirôa Silva	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP/SE – policial militar - ARACAJU/SE
Celiene Lima	Secretaria de Estado da Cultura - Secut ARACAJU/SE
Claudia Pereira da Silva	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Clara Charf	Associação Mulheres pela Paz SÃO PAULO/SP
Cleomar dos Santos	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO/SE
Cleib Lubiana Araújo	Rede Acriana de Mulheres e Homens RIO BRANCO/ACRE

Creusa Maria Oliveira	<i>Mulher da Paz, candidata a vereadora, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Salvador</i> SALVADOR/BA
Cristian Paula S. dos S. França	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE JAPARATUBA/SE
Daiane Rodrigues Passos	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE - ARACAJU/SE</i> <i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE
Daniela Araujo Guimarães	<i>Associação de Moradores e Amigos de Nossa Senhora da Conceição</i> ARACAJU/SE
Dermival dos Santos	<i>Diretora Documentarista</i> SÃO PAULO/SP
Donna Roberts	<i>Movimento de Lésbicas de Sergipe - Mols</i> ARACAJU/SE
Ednalva Silva Monteiro	<i>Promotor de Justiça</i> ARACAJU/SE
Elias Pinho	<i>União Brasileira de Mulheres</i> ARACAJU/SE
Elinilde da Paixão Navarro	<i>Movimento pela Paz – Mimpa</i> ARACAJU/SE
Euronneide Pereira	<i>Cinegrafista</i> SÃO PAULO/SP
Gerald Hoffman	<i>Secretaria de Estado de Planejamento em Aracaju – Seplan - Conselho da Mulher</i> ARACAJU/SE
Gilvania de Souza	<i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - ARACAJU/SE</i>
Gisleine Reis	<i>Casa Bom Samaritano</i> ARACAJU/SE
Greice Paula Jones	<i>Pastoral Carcerária</i> ARACAJU/SE
Hélia Monica Cordeiro	<i>Secretaria de Segurança Pública - SSP/SE - Delegacia da Mulher Itabaiana - ARACAJU/SE</i>
Heilliara Santos Faria	<i>Juíza de Direito</i> ARACAJU/SE
Iracy Ribeiro M. Marques	<i>Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe - Ascom - ARACAJU/SE</i>
Iris Fabianna	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE
Jane Alves Santos	<i>Grupo de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Alagadiço - ARACAJU/SE</i>

Josefa Alves Silva dos Santos	<i>Associação de Construção Comunitária Santa Luzia – Povoado Campinas – Frei Paulo</i> - ARACAJU/SE
Josefa Beatriz O. Silva	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Juliana Militao Cardoso	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Lívia Maria F. Gomes	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Lúcia Andrade Santos	<i>Sociedade de Mulheres de Aracaju</i> - Somara ARACAJU/SE
Lucia Dantas dos Santos	<i>Secretaria de Estado da Saúde - Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes</i> - ARACAJU/SE
Luiz Claudio Barreto Soares	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE
Luzinete Santana Silva	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Márcia Vieira da Silva	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
Maria Auxiliadora Lima Santos	<i>Secretaria de Estado da Educação – Seduc</i> ARACAJU/SE
Maria Angélica da Silva	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE ARACAJU/SE
Maria das Graças O. Santos	<i>Associação Abaô de Arte-Educação e Cultura Negra</i> ARACAJU/SE
Maria Fernanda Rosa Fontes	<i>Secretaria de Estado da Saúde</i> ARACAJU/SE
Maria Isabel Congirona	<i>Conselho Polícia Comunitária do Bairro Pereira Lobo</i> ARACAJU/SE
Maria José Oliveira Santos	<i>Mulher da Paz, membro da Rede Feminista de Saúde e conselheira da Sociedade Civil de Saúde do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher</i> - CNDM SALVADOR/BA
Maria José de Oliveira Araujo	
Maria José Gomes da Silva	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Maria Núbia Bezerra de Lima	<i>Associação de Pescadores e Produtores de Pedra Branca Z14</i> - ARACAJU/SE
Maria Teles dos Santos	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i> – SEPM/SE - ARACAJU/SE
Marina Ribeiro Lopes	<i>Associação Abaô de Arte-Educação e Cultura Negra</i> ARACAJU/SE
Neusa Malheiros	<i>Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social</i> - ARACAJU/SE

Norma Isabel S. Alcantara	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE TOBIAS/SE
Patricia Lima da Silva	<i>Secretaria de Estado da Saúde - Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes</i> - ARACAJU/SE
Pureza Sobrinha	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE</i> - ARACAJU/SE
Raquel Oliveira Silva	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE</i> - ARACAJU/SE
Raquel Pacagnella	<i>Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania</i> - ARACAJU/SE
Rozemeire Santos	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE
Silvia Ribeiro de Albuquerque	<i>Projeto Renascer para Vida</i> - Revida ARACAJU/SE
Silvio Cesar de J. Santos	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/SE - policial militar</i> - ARACAJU/SE
Simone Ribeiro Santos	<i>Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - Care</i> - ARACAJU/SE
Sonia Oliveira Santos	<i>Sociedade de Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais Omolâiyé</i> - ARACAJU/SE
Sonia Maria Santiago Vieira	<i>Amigas da Paz</i> ARACAJU/SE
Suzy Cardoso do Nascimento	<i>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres</i> ARACAJU/SE
Svetlana Barbosa da Silva	<i>Associação Integrada de Mulheres de Segurança - Asimusep</i> - ARACAJU/SE
Tania dos Santos	<i>Cooper Unidoce Santa Salu – Cooperativa da Agricultura Familiar de Fabricação de Doces</i> ARACAJU/SE
Thiago Ismerim	<i>Sociedade Semear</i> ARACAJU/SE
Valéria Tatyane dos S. M.Barros	<i>Secretaria de Estado da Segurança Pública - tenente-coronel da Polícia Militar</i> ARACAJU/SE
Vanda Nunes	<i>Movimento pela Paz – Mimpa</i> ARACAJU/SE
Vera Vieira	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Walkiria Lobo Junqueira Ferraz	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Wania Walcnska de Machado	<i>Palácio do Governo do Estado de Aracaju - Casa Civil</i> - ARACAJU/SE

Agenda da oficina

30/8/2012 – quinta-feira

Horário

Atividade

9h às 9h30	Dinâmica de apresentação, levantamento de expectativas e apresentação do projeto (dr ^a Vera Vieira – diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz)
9h30 às 10h30	O que é a Metodologia de Educação Popular Feminista (dr ^a Vera Vieira)
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 11h30	Dinâmica e teoria sobre o conceito ampliado de paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf – presidenta da Associação Mulheres pela Paz)
11h30 às 12h30	Debate sobre os temas da manhã
12h30 às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
14h15 às 15h30	Masculinidades (Cleib Lubiana – Rede Acreana de Mulheres e Homens)
15h30 às 15h45	Café
15h45 às 16h15	Avanços da Lei Maria da Penha – Dr. Elias Pinho (promotor de Justiça)
16h15 às 16h45	A situação da violência contra a mulher em Sergipe – Ana Júlia Souto Santos (gestora Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher)
16h45 às 17h30	A gravidade da violência sexual – Dra. Iracy Ribeiro Manguiera Marques (juíza de Direito)

31/8/2011 – sexta-feira

9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
9h15 às 10h15	A questão racial e de orientação sexual – Sônia Oliveira (mestranda)
10h15 às 10h45	Debate
10h45 às 11h	Café
11h às 12h30	Trabalho em grupos: consenso sobre possibilidades práticas de multiplicação local
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h30	Apresentação do consenso dos grupos
15h30 às 16h	Síntese das apresentações
16h às 16h15	Café
16h15 às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

Realização: Associação Mulheres pela Paz
Parceria Nacional: Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra
Parceria em Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, Semear, Revida, Omin e Care
Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal
Patrocínio: Petrobras



A Exposição 1000 *Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo*, que permaneceu no Espaço Cultural Semear até 15 de setembro de 2012, foi inaugurada na noite de 29 de agosto, em clima de alegria e demonstração de orgulho por parte de autoridades, lideranças e da população em geral. O auditório ficou completamente lotado, com mais de 200 pessoas. A abertura da exposição se deu com o painel “Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz”, cuja mesa foi composta por Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz (AMP), duas Mulheres da Paz do estado da Bahia, na região Nordeste, Creusa Maria Oliveira, presidenta da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas e candidata a vereadora em sua cidade, e Maria José de Oliveira Araújo, médica feminista, com atuação na área de defesa da saúde da mulher.

Também se pronunciaram no painel Carlinhos Brito, presidente da Sociedade Semear; Eliane Aquino, primeira-dama e secretária da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento; Maria Teles, secretária Extraordinária de Políticas para Mulheres (SEPM); Katarina Feitosa, superintendente da Polícia Civil, foi convidada a compor a mesa. O painel foi coordenado por Vera Vieira, diretora executiva da AMP.

Carlinhos Brito, da Sociedade Semear, falou como anfitrião e representante das organizações não governamentais parceiras das atividades em Aracaju. Ele destacou a honra de ter a exposição nas dependências da entidade. A primeira-dama, Eliane Aquino, ressaltou a importância da cidade para o público, no sentido de conhecer mais profundamente o trabalho de 1000 mulheres. Clara Charf, presidenta da AMP, alegrou-se de ver mais de 200 pessoas presentes no evento, enfatizando o histórico de indicação das 1000 mulheres ao Prêmio Nobel da Paz 2005 e a continuidade das atividades em todas as regiões do mundo, visando a dar visibilidade ao trabalho das mulheres e pelo fim da violência contra a mulher.

Os depoimentos das duas mulheres brasileiras indicadas ao Nobel da Paz simbolizaram o espírito de luta da trajetória de cada uma. Creusa Oliveira, que defende os direitos das/os empregadas/os domésticas/os, destacou a importância de desconstruir os estereótipos sexistas desde a infância. A médica Maria José de Oliveira Araújo enalteceu a relevância do tratamento digno à saúde da mulher.

A secretária Maria Teles, da SEPM, que foi responsável por impulsionar todas as parcerias locais para a viabilização das atividades, fez um relato das ações da pasta em prol da cidadania das mulheres do estado, destacando a

importância da exposição e da oficina na luta local e nacional em busca da equidade de gênero.

O projeto local da exposição foi idealizado pelo artista Gerald Hoffman, com a colaboração do pessoal da Sociedade Semear. A criatividade faz com que a beleza da exposição seja adequada às possibilidades estruturais de cada localidade, nas distintas regiões brasileiras.

O apoio local para a abrangente intervenção nas mídias foi feito pelos jornalistas Thiago Ismerim e Conceição Soares.

Oficina de Cuiabá/MT

REDEFININDO PAZ – *Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*

Data: 27 e 28/9/2012

Participantes: 50 lideranças (46 mulheres e 4 homens)

Ana Emilia Iponema B. Sotero	Superintendência Estadual de Políticas para as Mulheres CUIABÁ/MT
Adriana Catelli Correa	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher CUIABÁ/MT
Anne Grace Gomes	Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT
Antonia Aparecida Marcel	Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT
Alessandra Arruda	Programa de Inclusão Indígena - Proind CUIABÁ/MT
Clara Charf	Associação Mulheres pela Paz SÃO PAULO/SP
Cleunice da Silva Santa	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - Cemulher CUIABÁ/MT
Cristiano Benedito Batista	Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT
Danielle Maiby Rodrigues Dias	Marcha das Vadias" em Cuiabá/MT CUIABÁ/MT
Dorenice Flor da Cruz	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso - Fetagri - CUIABÁ/MT
Diela Tamba Nhaque	Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - Cuiabá/MT
Delaine Regina Bertoldi	NuepomNúcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso- Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT
Eleonora M. de Q. Bomdespacho	Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso- Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT
Francislene Rodrigues Santos	Secretaria de Assistência Social/Creas CUIABÁ/MT

Flávia Alessandra G. S.Saldanha	<i>Casa de Retaguarda Dr.Paulo Prado</i> CUIABÁ/MT
Flávio Luiz Tarnovski	<i>Universidade Federal de Mato Grosso – Deptº de Antropologia - UFMT</i> CUIABÁ/MT
Geny Solange Luz	<i>Universidade de Cuiabá - Unic</i> CUIABÁ/MT
Gloria Maria Grandez	<i>Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso - Seduc</i> CUIABÁ/MT
Helen Cristina da Silva	<i>Sec.de Assistência Social Proteção Especial - .Creas Norte</i>
Irenilda Angela dos Santos	<i>Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Irya Lima Barbosa	<i>Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
José Carlos Machado Cunha	<i>Escola Estadual Elizabeth Maria Bastos -</i> CUIABÁ/MT
Laurita de Q. Bomdespaho	<i>Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Livia Daniela de Brito Berlandi	<i>Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Luciana Castanho SaginCatiste	<i>Defensoria Pública -</i> CUIABÁ/MT
Lucinea do S.Beirigo	<i>Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Lucineia Miranda de Freitas	<i>Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST</i> CUIABÁ/MT
Luzia de Lourdes Severo Lins	<i>Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso - Sejudh - CUIABÁ/MT</i>
Maria Aparecida Cotti Silva	<i>Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Mara Régia Di Perna	<i>Mulher da Paz – Radialista e Comunicadora Popular</i> BRASÍLIA/DF
Madalena R. dos S. Vieira	<i>NuepomNúcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Maria Ester Ferreira D.Alves	<i>Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência</i> CUIABÁ/MT

Maria José Gomes da Silva	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Marilene Lira Cabral	<i>Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso - CUT</i> CUIABÁ/MT
Marlene Anchieta Vieira	<i>Secretaria Estadual da Saúde</i> CUIABÁ/MT
Mirian Toshiko Sewo	<i>Programa de erradicação do trabalho infantil - PET</i> CUIABÁ/MT
Monica Furtado de Oliveira	<i>Defensoria Pública</i> CUIABÁ/MT
Pâmella S.A.Porto	<i>Secretaria de Assistência Social/Casa de Amparo</i> CUIABÁ/MT
RaianyIlaila Oliveira Nunes	<i>Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT - CUIABÁ/MT</i>
Regina Lucia Campos Silva	<i>Universidade de Cuiabá - Unic</i> CUIABÁ/MT
Rosa Lúcia Rocha Ribeiro	<i>Programa de erradicação do trabalho infantil - PET</i> CUIABÁ/MT
Rosana dos Santos Leite	<i>Defensoria Pública</i> CUIABÁ/MT
Rosimar Pereira	<i>Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso - Seduc</i> CUIABÁ/MT
Sandra Regina	<i>Secretaria de Assistência Social/Cras</i> CUIABÁ/MT
Solange Soares de F. Brandão	<i>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - Cemulher</i> CUIABÁ/MT
Stephany Yolanda Ril	<i>Marcha das Vadias" em Cuiabá/MT</i> CUIABÁ/MT
Taynara Moraes Humbelino	<i>Núcleo da Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso - Nuepom-SES-UFMT</i> Cuiabá/MT
Thiago Oliveira Rodrigues	<i>Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT</i> CUIABÁ/MT
Vera Vieira	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP
Walkiria Lobo Junqueira Ferraz	<i>Associação Mulheres pela Paz</i> SÃO PAULO/SP

Agenda da Oficina

27/9/2012 – quinta-feira

Horário	Atividade
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação, levantamento de expectativas e apresentação do projeto (dr ^a Vera Vieira – diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz)
9h30 às 10h45	O que é a Metodologia de Educação Popular Feminista (dr ^a Vera Vieira) + Debate
10h45 às 11h	Café
11h às 11h45	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf – presidenta da Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h45 às 13h	Recorte de Gênero, Raça/Etnia e Diversidade Sexual – (prof ^a Madalena Rodrigues dos Santos, UFMT/Nuepom; prof ^a Anne Gomes, UFMT/Nuepom; Cláudia Cristina Ferreira Carvalho, Seduc) + Debate
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 14h45	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
14h45 às 16h	Violência Doméstica e as Mulheres da Zona Rural (Lucineia Miranda de Freitas, MST; Dorenice Flor da Cruz, da Secretaria de Juventude Rural da Fetagri) + Debate
16h às 17h15	A Situação da Violência Doméstica em MT (Dra. Rosana Leite, defensora pública e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de MT; Ana Emília Iponema Brasil Sotero, superintendente de Políticas para as Mulheres em MT) + Debate
17h15 às 17h30	Dinâmica de encerramento do dia (voluntária/o local)

28/9/2012 – sexta-feira

9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
9h15 às 10h30	Masculinidades (prof. Flavio Luiz Tarnovski – Departamento de Antropologia/UFMT)
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 12h	A Violência contra a Mulher e a Proposta da Marcha das Vadias (Daniele Maiby e Stephany Ril, estudantes de Serviço Social da UFMT e organizadoras da Marcha das Vadias em Cuiabá)
12h às 13h	Início do Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Continuidade do Trabalho em Grupos
15h30 às 16h30	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos
16h30 às 17h	Discussão sobre as apresentações
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos certificados

Realização: Associação Mulheres pela Paz

Parceria Nacional: Rede Mulher de Educação, Instituto Promundo,
União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra

Parceria em Cuiabá: UFMT/Nuepom, Governo de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Cultura,
Pavilhão das Artes (Palácio da Instrução), SEJUDH, Defensoria Pública, Superintendência da Mulher
de Mato Grosso, Prefeitura de Cuiabá, FAMMT e SINTEP-MT

Apoio: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha),
Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV e Secretaria de Políticas
para as Mulheres do Governo Federal

Patrocínio: Petrobras





A Exposição 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, que permaneceu no Pavilhão das Artes do Palácio da Instrução até 10 de outubro de 2012, foi inaugurada na noite de 26 de setembro, em clima de euforia por parte de autoridades, lideranças e da população em geral, na cidade onde o evento foi grande destaque, conseguindo a melhor visibilidade na mídia, tanto em jornais como na televisão.

A abertura da exposição se deu com o painel “Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz”, cuja mesa foi composta por: Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz (AMP); uma mulher da Paz de Brasília; a comunicadora popular Mara Régia, que leva informação sobre os direitos das mulheres pelas ondas dos nove estados amazônicos; Madalena Rodrigues dos Santos Vieira, professora da Universidade Federal de Mato Grosso e educadora da Rede Mulher de Educação, que foi a grande impulsionadora da articulação para as parcerias locais, contando com o suporte da professora Anne Gomes e da aluna Taynara Moraes Humbelino. Também participaram da mesa as seguintes lideranças e personalidades locais: Magna Domingos, responsável pelo Palácio da Instrução; Vera Bertolini, professora da UFMT, que representou a reitoria daquela entidade de ensino; Rosana Leite, defensora pública e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Sassenazy Soares Rocha Daufenbach, da Comissão Permanente da Infância e Juventude; Elenir Honório do Amaral, assessora pedagógica da

Secretaria Municipal de Educação; Tânia Matos, defensora pública; Ana Cristina Silva Mendes, da Cemulher; Janete Riva, presidenta da Sala da Mulher da Assembleia Legislativa; e Sueli Batista, da BPW – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais. Todas elas ressaltaram a relevância dos eventos para a cidade, representando uma oportunidade de aprendizagem e implementação de ações. O painel foi coordenado por Vera Vieira, diretora executiva da AMP.

Vera Vieira iniciou o painel destacando o fato de a cidade de Cuiabá ter sido escolhida para finalizar as atividades descentralizadas, realizadas em 2011 e 2012. “Quando idealizei e dei início à concretização de interligar esta exposição com a oficina intitulada Mulheres e Homens pela Paz e contra a Violência Doméstica, pensei no desafio de escolher uma localidade que prima pela tradição de luta, mas que possui forte machismo arraigado.”

Clara Charf enfatizou a importância de se trabalhar com o conceito ampliado de paz, cujo início se deu por ocasião da indicação das 1000 mulheres ao Prêmio Nobel da Paz 2005, por meio da continuidade das atividades em todas as regiões do mundo. “Ao mesmo tempo, temos dado visibilidade ao trabalho das mulheres e lutado pelo fim da violência contra a mulher.”

Madalena Rodrigues dos Santos Vieira enalteceu a contribuição de diversas mulheres brasileiras indicadas ao Nobel da Paz, dentre elas, Moema Viezzer, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. A anfitriã Magna Domingos, que também representou a Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso, exaltou os benefícios culturais e educativos de uma exposição como esta, para a população local.

Mara Régia brilhou a noite com seus dotes de radialista, com uma intervenção participativa que contagiou as pessoas presentes. É dessa forma que ela interage com milhares de mulheres da região amazônica, levando alegria e informação por rincões afora.

O jornalista local José Fernandes de Oliveira fez uma brilhante contribuição no trabalho de inserção dos eventos nas mídias. A fotógrafa local Evelyn Leite ofereceu gentilmente o trabalho de cobertura à exposição (as fotos acima são de sua autoria).

II Metodologia de Educação Popular Feminista



MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOÊNCIA
DOMÉSTICA

1. Uma construção coletiva do saber

por Vera Vieira

Associação Mulheres pela Paz

A metodologia de educação popular feminista tem por base a construção coletiva do conhecimento, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois se considera que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção.

É uma forma dialógica de educar — com base na realidade das pessoas participantes, com elas, e não para elas. Assim, o conhecimento é gestado de forma coletiva, considerando-se a visão local, para inseri-la no contexto nacional, regional e global, e vice-versa.

Visa à libertação do ser humano, ao atuar contra os efeitos de uma psicologia da opressão, por meio de um processo de conscientização de sujeitos ativos — isto é, políticos —, portanto, capazes de se organizar e transformar, eticamente, a história que está sendo construída permanentemente por seres humanos.

Busca-se avançar no enfrentamento às desigualdades de classe, gênero, raça, orientação sexual e geração, por serem considerados os principais fatores que determinam uma distribuição injusta de poder e oportunidades entre as pessoas.

A Rede Mulher de Educação é reconhecida internacionalmente como pioneira no trabalho de educação popular específico com mulheres, com base

na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, que, em poucas palavras, poderia ser definida como uma forma de educar transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo para a humanização. Segundo Moema Viezzer, idealizadora e uma das fundadoras da Rede Mulher de Educação, “ao trabalhar sob a ótica das mulheres, a pedagogia do oprimido deve necessariamente levantar questões sobre as várias contradições existentes na sociedade, que extrapolam as contradições das classes sociais. O movimento feminista explicitou isso ao desvendar a realidade da opressão do gênero feminino pelo gênero masculino — como parte constitutiva da realidade social em todas as classes sociais”. Como já dito, as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, geração são as principais variáveis na distribuição desigual e injusta de poder e oportunidades entre as pessoas.

As dinâmicas de sensibilização são componentes importantes na aplicação da metodologia de educação popular feminista, visando a explorar a riqueza da subjetividade das pessoas, já que a realidade é construída tanto pela razão quanto pela emoção. A fase de preparação exige enfoques específicos para as diferentes temáticas, levando sempre em conta que as/os participantes são pessoas que se caracterizam por distintos sujeitos sociais, entretanto, agregados coletivamente, por uma aura, uma atmosfera, um estado de espírito, em busca do objetivo comum de avançar na luta pela equidade de gênero, formando um grupo social com sintonia de interesses. Considera-se, portanto, a premissa de que esse grupo social é uma das fontes de mediação, que é potencializadora da transformação social, por meio de um processo de construção coletiva do conhecimento, que oferece sustentação para a atuação política e o envolvimento de novos agentes.

Ao longo de sua existência, a Rede Mulher de Educação vem aplicando e sistematizando (publicações que se tornam instrumentos) uma metodologia de oficina de educação popular com mulheres. Ela valoriza o conhecimento acumulado pelas/os participantes em sua prática de vida cotidiana — ponto de partida para a introdução e a construção de novos conhecimentos, que já demonstrou sua eficiência e eficácia de aplicação na prática. As oficinas de formação constituem-se um outro ponto de partida para muitos trabalhos que tenham como perspectiva levar os grupos a refletir sobre as relações sociais, entendendo como a discriminação acontece, quem se beneficia com ela, e, assim, iniciar o planejamento de ações cotidianas que contribuam para alterar as desigualdades sociais.

2. O modelo de oficina da Rede Mulher de Educação

Beatriz Cannabrava
Rede Mulher de Educação

Essa metodologia, desenvolvida a partir da década de 1980 pela Rede Mulher de Educação, é uma proposta de formação a distância e presencial que contempla três fases:

1) Preparação

2) Encontro

3) Continuidade

É importante ressaltar que se trata de uma oficina realizada em forma de rede e que, portanto, não se trata de um evento, e sim de um processo que leva a ações comuns, articuladoras das mulheres e homens participantes, representando um avanço na proposta de apoiar a construção de uma sociedade com equidade de gênero e sem qualquer tipo de discriminação.

1) Preparação

A fase de preparação compreende: escolha dos grupos participantes; diagnóstico e/ou levantamento das demandas desses grupos; seleção da coordenação de cada grupo; escolha do tema ou temas a trabalhar no processo; elaboração de material de apoio para o trabalho a distância; sistematização dos

resultados do trabalho de cada grupo; elaboração do material de apoio para a segunda fase (Caderno de trabalho); eleição por parte de cada grupo de representante com capacidade multiplicadora para participar da segunda fase.

2) Encontro

Trata-se de um momento de formação presencial, no qual as e os participantes: trabalham sobre o material da primeira fase, sistematizado pela coordenação geral da oficina; adquirem ferramentas metodológicas para multiplicar os conhecimentos adquiridos; elaboram o plano de trabalho que irão adotar com seus grupos, incluindo monitoramento e avaliação.

3) Continuidade

Cada grupo dá continuidade ao processo durante 12 meses: executando o plano proposto; monitorando as atividades; avaliando os resultados e os impactos; enviando relatórios trimestrais à coordenação geral da oficina.

Após esse período há um novo encontro para: avaliação geral do processo e elaboração das estratégias para a multiplicação dos resultados.

E, lembre-se: todo o material produzido é sistematizado em uma publicação, CD ou vídeo, o que contribui para amplificar o processo de multiplicação.

3.

Por que trabalhar com oficina

Maria José Lopes Souza
Rede Mulher de Educação

Oficina é uma ferramenta da Psicologia Social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa — o pensar, o sentir e o agir —, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos.

Embora o conhecimento seja resultado de uma produção coletiva, ele é apropriado por cada integrante de forma diferente, na medida em que a aprendizagem é consequência de algo que foi internalizado, apreendido individualmente, assim como depende do quanto a pessoa se permitiu mergulhar naquela experiência grupal. Nesse sentido, a conotação atribuída ao papel de coordenador/a de grupo é o de facilitador/a do desenvolvimento do trabalho.

As dinâmicas são aplicadas para facilitar o processo de incorporação do conteúdo exposto e a obtenção dos objetivos propostos, explorando o potencial criativo e lúdico do grupo.

Tendo por base o pressuposto de que toda ação educativa é política, porque presume um determinado ponto de vista, uma determinada forma de pensar o mundo, assim como a toda forma de participação social está vinculada a um determinado projeto político de manutenção ou transformação do modelo de organização social, a pessoa “líder da transformação”, no papel de coordenador/a de grupo, deve explicitar para o grupo os princípios que orientam aquela atividade.

A seguir, veja uma relação de princípios que orientam o projeto político de construção da Cultura da Paz, por meio da educação/participação popular feminista:

Trabalhar a questão de gênero para uma leitura crítica e criativa da realidade, que promova uma mudança nas relações de injustiça na vida das mulheres, a redução das desigualdades sociais de classe, étnica/racial, geracional, opção sexual ou qualquer outra forma de inserção social que leve à exclusão.

A ação político-educativa é um processo que não se inicia nem se encerra com uma atividade específica. Por isso, é fundamental disseminar as diversas fontes de pesquisa, incentivar o uso das novas tecnologias e a formação de grupos de estudo, democratizando o conhecimento.

A aprendizagem deve envolver a pessoa integralmente, por meio da articulação simultânea do pensar, do sentir e do agir, observando-a dentro de um sistema/contexto integrado, globalizado e mutável, portanto, possível de ser reconstruído, reformulado.

Por se dar num processo, o ponto de partida é a realidade pessoal, valorizando a experiência acumulada e promovendo a relação de troca entre diferentes experiências, saberes e competências.

Uma ação educativa implica a promoção da autoestima, o reconhecimento e a valorização da identidade pessoal, social e coletiva, para uma consciência ética/cidadã.

No processo político-educativo, sempre estão em jogo relações de poder, algumas das quais baseadas em relações sociais de classe, gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual. Portanto, para que a ação educativa seja libertadora, é preciso desenvolver o protagonismo da pessoa como sujeito de direito e agente ativo do processo de desconstrução da cultura da violência e construção da Cultura da Paz.

4. Dinâmicas e técnicas

Material compilado por

Beatriz Cannabrava

Rede Mulher de Educação e

Vera Vieira

Associação Mulheres pela Paz

As técnicas e dinâmicas utilizadas em um processo educativo, seja ele curso ou oficina, são ferramentas valiosas que permitem fazer, passo a passo com o grupo, um exercício de construção do conhecimento, de reciprocidade na comunicação e de cooperação, propiciando a participação de todos e todas.

Mas é importante ter presente que são apenas ferramentas, instrumentos de trabalho, e que utilizar técnicas e dinâmicas por si só não é garantia de cumprimento dos objetivos.

Por esse motivo, é imprescindível que o trabalho seja bem planejado, buscando-se técnicas e dinâmicas adequadas ao conteúdo que queremos trabalhar.

Lembre-se: improvisar pode ser um risco.

Dinâmica 1**Dança Nova**

Objetivo: Descontração, integração

“Menina que dança é essa
Que sua perna (*) fica mole [bis]
É uma dança nova
Que bole, bole, que bole, bole [bis]
Que bole, bole, bole, bole
Que bole, bole, bole, bole [bis]”

(*) Ir substituindo por braço, cabeça, cintura, etc.

Desenvolvimento: Formação em círculo. Na primeira estrofe, ir movendo a parte do corpo mencionada. Na segunda, movimentar os quadris. O estribilho é acompanhado de palmas.

Dinâmica 2**Vou ensinar a letra**

Objetivo: Animação.

“Pé de cana - Caneta
Pé de Bucha - Bucheta
No sertão da tiririca
PIMENTA - PIPOCA - PITANGA E PIPA.
Ela errou a letra [4x]
ou
Ela acertou a letra [4x]”

Desenvolvimento: Forma-se uma roda com as pessoas participantes. O facilitador ou a facilitadora canta quatro vezes. Na quinta vez, não canta a última linha da música, escolhendo sempre uma pessoa diferente. O grupo canta quatro vezes o acerto ou erro.

Dinâmica 3**Conversando em duplas**

Objetivo: Apresentação.

Desenvolvimento: cada participante escolhe um parceiro ou parceira, de preferência uma pessoa que não conheça muito bem. Conversam durante cinco minutos, e uma apresenta a outra a todo o grupo.

Dinâmica 4**Crachás trocados**

Objetivo: Apresentação.

Desenvolvimento: os crachás são distribuídos aleatoriamente. Uma pessoa de cada vez se apresenta e vai procurar o verdadeiro dono ou dona do crachá que está em seu poder, que se apresenta e vai procurar o/a verdadeiro/a dona ou dona do crachá que está em seu poder... e assim por diante, até que todas as pessoas tenham se apresentado.

Dinâmica 5**Como vão vocês?**

Objetivo: Integração.

Desenvolvimento: as pessoas caminham pela sala e vão se cumprimentando à medida que se encontram: as saudações podem ser formais, efusivas, de cara feia, “morrendo de rir” ou de qualquer outra forma que cada participante possa imaginar.

Dinâmica 6

Eu entrei na roda

Objetivo: Apresentação por grupos.

Desenvolvimento: Formar uma roda e cantar:

“Eu entrei na roda para ver como se dança
/Eu entrei na contradança eu já sei dançar”

A facilitadora ou facilitador chama, então, um grupo de participantes, que vai para o centro da roda enquanto se canta a segunda estrofe:

“Lá vai uma, lá vão duas, lá vão três, pela
terceira / Lá se vai o meu amor num vapor
para Cachoeira”

As pessoas que estão no centro retornam à roda, e a brincadeira recomeça até que todos os grupos tenham se apresentado.

Dinâmica 7

Passeio na floresta

Objetivo: Divisão em grupos.

Desenvolvimento: Todos caminham pela sala livremente — passeando na floresta. A facilitadora ou facilitador vai dizendo, por exemplo: “Olhe lá um bando de quatro araras”, e os/as participantes se reúnem em grupos de quatro. Volta-se ao passeio e vão sendo mencionados grupos de animais em números variados, sempre formando o grupo conforme o número, até que se chegue ao número desejado de pessoas para cada grupo.

Dinâmica 8

Bote salva-vidas

Objetivo: Divisão em grupos.

Desenvolvimento: A facilitadora ou facilitador conta uma história de um navio em alto-mar que enfrenta uma tempestade. É preciso correr para os botes salva-vidas. Mas cada bote só comporta um número “X” de pessoas. Com mais, afunda, com menos, não sai do lugar. Assim, vamos tentando fazer botes de 4, de 5 de 7, etc., até chegar ao número desejado para cada grupo.

Dinâmica 9

Os gansos

Objetivo: Refletir sobre o trabalho em equipe.

Desenvolvimento: O facilitador ou facilitadora lê, ou solicita que alguém leia, o seguinte texto de autoria desconhecida:

“Você sabe porque os gansos sempre voam formando um ‘V’?

Os cientistas dizem que:

1. À medida que cada ave bate suas asas, ela cria uma área de sustentação para a ave seguinte. Voando em ‘V’, o grupo inteiro consegue voar mais do dobro da distância que cada ave sozinha.

2. Quando o ganso líder se cansa, ele vai para a parte de trás do ‘V’, enquanto outro ganso assume a ponta.

3. Os gansos de trás grasnam para encorajar os da frente a manter o ritmo e a velocidade.

Cont. Dinâmica 9: Os Gansos

4. Quando um ganso adoece ou se fere, e deixa o grupo, dois outros gansos saem da formação e seguem-no para ajudá-lo e protegê-lo. Eles o acompanham até que suas condições melhorem e, então, os três reiniciam a jornada, juntando-se a outra formação, até encontrar o grupo original.”

Em seguida, propõe as seguintes atividades:

- Escolher, em uma “chuva de idéias”, uma ou mais palavras-chave para cada uma das afirmações do texto. As palavras serão anotadas em um cartaz ou no quadro negro.
- Fazer uma reflexão conjunta sobre o que cada uma dessas palavras significa em um trabalho de equipe e para cada equipe representada na oficina.

Dinâmica 10

O nó

Objetivo: Refletir sobre os pontos de estrangulamento de um projeto ou atividade e buscar soluções.

Desenvolvimento: Formar uma grande roda de mãos dadas. A facilitadora ou facilitador indica que cada participante deve tratar de ir passando por baixo dos braços das/os componentes da roda, sem soltar as mãos. Esse movimento forma um grande nó, que deverá ser desfeito também sem soltar as mãos, até voltar à posição inicial na roda.

Refletir sobre como e por que aconteceu o nó, e como é que ele foi desfeito. Transferir a reflexão para os “nós” que queremos desatar na realidade e tratar de vê-los sob essas novas perspectivas de solução.

Dinâmica 11

Seguindo o líder

Objetivo: Refletir sobre a prática e tipos de liderança.

Desenvolvimento: A facilitadora ou facilitador propõe a brincadeira dizendo: “Eu sou o/a líder e tudo o que eu fizer, vocês me seguem e fazem igual. Depois de algum tempo, vou passar a liderança para outra pessoa. Todos têm que estar atentos para ver quem será o/a novo/a líder e fazer tudo o que ele/a faz. E quando for passada a liderança, sigam o/a outro líder e assim por diante”.

A brincadeira se desenvolve até que a facilitadora ou facilitador a interrompe dizendo: “Agora chega!”.

Inicia-se, então, a reflexão: “Isso é liderança? Que liderança é essa? Autoritária, que impõe o que fazer, delega a liderança a quem quer e bem entende... Há outro tipo de liderança? Como seria?”.

Dinâmica 12

Cegos e elefantes

Objetivo: Refletir sobre a importância de reunir esforços e compartilhar saberes.

Desenvolvimento: Pedir para alguém do grupo ler — ou fazer uma leitura conjunta — o conto “Os quatro cegos e o elefante”. Após a leitura, pedir ao grupo que indique quais os principais pontos abordados e como isso se aplica à nossa atividade, a oficina, ao curso ou ao grupo de trabalho.

O conto:

“Era uma vez, lá muito longe, em um país da Ásia, quatro cegos que nunca haviam visto um elefante.

— O que é que vocês acham de a gente ir ver o rei, que é generoso, para que nos mostre seu elefante manso? disse um dos cegos.

— Vamos, sim — concordaram os outros.

E lá se foram para o palácio do rei. Chegaram ao pé do trono e, fazendo uma reverência, disseram ao rei:

— Viemos pedir a Sua Majestade que nos mostre seu elefante manso, porque somos cegos e não podemos vê-lo, mas queremos aprender.

— Que bom que querem aprender, — disse o rei. — Vou levá-los até lá. Podem tocá-lo à vontade, porque ele é manso.

O elefante estava limpo e brilhando, e, naquele momento, comia de uma enorme gamela bolos de arroz. Ao lado, uma gamela menor, cheia de bolos de milho.

Os quatro cegos se atiraram sobre o elefante e começaram a tocá-lo para saber como era. Um deles agarrou uma pata; o outro, pendurou-se na tromba e, aí, se balançava sem soltá-la; o terceiro, agarrou o rabo e começou a sacudi-lo com força; o último, nem chegou perto do elefante, mas agarrou uma ponta da gamela.

— Já sei, — gritou o primeiro — o elefante é alto e redondo como uma torre!

— Não é, não, — retrucou o segundo — é comprido e termina em ponta!

— Isso não é verdade, — disse o outro — ele se parece com o badalo de um sino.

— Estão todos enganados, — resmungou o quarto cego — é duro como madeira e não se mexe.

Então o rei disse: — Calma, meus amigos, nenhum de vocês acertou. Você, — disse ao primeiro — agarrou só uma pata. E você, só a tromba. E os outros dois, o rabo e a ponta da gamela.

— Venham para cá os quatro e, juntos, com suas mãos, poderão saber como é um elefante.

Assim o fizeram, e os quatro cegos compreenderam que juntos podiam muito mais que cada um por sua conta."

Dinâmica 13

Reciclando

Objetivo: Avaliar pontos positivos e negativos de um determinado trabalho ou do desenvolvimento de uma oficina.

Desenvolvimento: Propõe-se às pessoas que mencionem, em relação ao trabalho realizado ou à oficina de que participaram, o que temos para "pôr em cima da mesa", ou seja, mostrar, exibir a todos/as; e o que vamos jogar no lixo. Essa apresentação pode ser feita por meio de frases ou palavras que vão sendo escritas em dois cartazes: "Mesa" e "Lixo", ou por meio de desenhos que as pessoas vão fazendo em cartazes, onde estão desenhadas uma mesa e uma lata de lixo, respectivamente.

Depois que todas as pessoas opinaram, a facilitadora ou facilitador resume o que foi escrito nos dois quadros e propõe uma reflexão: "Das coisas que jogamos no lixo, o que pode ser reciclado, reaproveitando, transformando, dando outra utilização; e o que é realmente lixo, que tem que ser jogado fora definitivamente?".

São elaborados, então, outros dois quadros: o do reciclado e o do lixo.

Encerra-se a atividade com um breve debate.

Dinâmica 14

Desenho

Objetivo: Avaliar a percepção, a satisfação e o descontentamento dos/as participantes de uma oficina ou curso.

Desenvolvimento: Pedir a cada participante que faça um desenho representando a oficina: o que foi mais significativo, do que não gostou, o que ficou faltando, como se sentiu com o grupo, etc. Os desenhos são colocados em um varal, para serem apreciados por todos/as os/as participantes, que fazem uma “visita” à exposição. Para concluir, a facilitadora ou facilitador coordena um pequeno debate, fazendo algumas considerações sobre os pontos mais relevantes que surgiram nos desenhos.

Dinâmica 15

Coisas de Homem X Coisas de Mulher

Materiais: 2 cartolinas e caneta piloto.

Objetivo: Explicitar a diferença entre o conceito de sexo e o conceito de gênero.

Desenvolvimento:

1. Explique os objetivos da dinâmica.
2. Afixe as duas cartolinas; em uma, colocar o título Coisas de Mulher; e, na outra, Coisas de Homem.
3. Peça aos/as participantes que pensem em características que consideram ser de mulher — em termos fisiológicos e comportamentais. Anote na respectiva cartolina.
4. Repita a solicitação, só que agora com relação às características do homem. Anote

tudo o que for dito na respectiva cartolina.

5. Interaja com os/as participantes, colhendo impressões sobre o que foi descrito.

6. Faça uma síntese da atividade, grifando somente as características que são próprias de cada sexo, ou seja, na mulher: TPM, menstruação, amamentação, gravidez; e no homem: ejaculação, fecundação. Explique que todas as outras características que são comportamentais, são culturais, isto é, construídas por meio da socialização, portanto, podem ser revistas e alteradas.

Dinâmica 16

Nasce um bebê

Objetivo: Introduzir a noção de gênero como uma fonte de diferenciação social relacionada a outros fatores, como classe, raça, etnia, idade, orientação sexual, idade.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare 30 cartões, cada um com uma característica que lhe é oposta: rico(a)/pobre; menino/menina; branco(a)/negro(a); branco(a)/indígena; trabalhador(a) rural/proprietário(a) de terra; filho(a) de mãe solteira/filho(a) de casal; com deficiência/sem deficiência. Prepare duas cartolinas: uma para a criança “bem-sucedida” e outra para a “malsucedida”. Coloque-as uma ao lado da outra.

2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes.

— Peça para que as pessoas se sentem em círculos.

— Peça para as pessoas imaginarem que estão prestes a se tornar mãe ou pai de uma criança, para quem desejam as melhores oportunidades no futuro.

3. Distribua, aleatoriamente, dois cartões para cada participante.

4. Explique que a criança terá mais ou menos chances de “sucesso” dependendo de muitas questões sociais, culturais e pessoais.

5. Peça a uma pessoa de cada vez para trazer seu cartão, colocá-lo em uma das cartolinas e explicar por que escolheu a categoria “bem-sucedida” ou “malsucedida”. Pode-se abrir para comentários.

6. Peça para que a pessoa que tem o cartão oposto se apresente e coloque o cartão na cartolina contrária à primeira. Peça para explicar. E assim sucessivamente...

7. Faça uma síntese, enfatizando que gênero é uma das formas de diferenciação social e, por isso, precisa ser compreendido nos diferentes contextos sociais, e não em um vácuo social. Na maioria das sociedades, a diferenciação de gênero significa que as meninas têm menos chances de sucesso (independentemente do modo como cada cultura define “sucesso”). Embora gênero seja uma forma de diferenciação social, é também afetado por outros aspectos da identidade social, como classe, raça, etnia, idade...

(Fonte: *Manual de Formação de Gênero da Oxfam*, 1999.)

Dinâmica 17

Rede de significados

Objetivos: Explorar a riqueza da subjetividade, sensibilizar para a complexidade do processo comunicacional e aprofundar a reflexão sobre o fato de que os significados são reconstruídos pelas pessoas com base na influência cultural das diversas redes de relações.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare um grande novelo de barbantes coloridos, ora atados, ora soltos.

2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes, solicitando que formem um grande círculo.

3. Uma pessoa começa com o novelo na mão, apresentando-se e dizendo uma palavra que sintetize a expectativa que tem sobre a oficina. Em seguida, essa pessoa escolhe uma outra e joga o novelo para ela, que se apresenta e diz uma palavra de expectativa. E, assim, sucessivamente.

4. Quando todas as pessoas forem contempladas, terá sido formada uma grande rede. Faz-se, então, uma rodada sobre o significado do emaranhado da rede que foi tecida.

5. Faça uma síntese da atividade, enfatizando os diferentes significados que foram colocados pelas pessoas participantes para uma mesma questão, o que demonstra que cada pessoa “lê de acordo com sua ótica”, quer dizer, cada interpretação é feita de acordo com a influência cultural das diversas redes de relações em sua vida. Assim, o conteúdo discriminatório disseminado pela mídia, por exemplo, não causa efeito entorpecedor. São representações do mundo a serem analisadas, comparadas e reconstruídas.

Dinâmica 18

A Mulher na mídia

Objetivo: Exercitar a leitura crítica da mídia no que se refere aos estereótipos de gênero nas imagens e mensagens veiculadas, como etapa fundamental para a posterior gestão de estratégias de intervenção, para alterar os padrões vigentes.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare uma cartolina com o *slogan* de uma campanha publicitária da cervejaria Kaiser, veiculada em 2003, que dizia “MULHER E CERVEJA: ESPECIALIDADES DA CASA”. Cole, na mesma cartolina, algumas imagens de mulheres de quaisquer propagandas de cerveja, que podem ser obtidas em revistas impressas ou na internet.

2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes, solicitando que se dividam em grupos. Cada grupo vai discutir os tópicos a seguir, escolhendo uma pessoa para coordenar e outra, para sistematizar em cartolinas, para posterior apresentação conjunta:

— Qual a imagem da mulher que está sendo construída pelas campanhas publicitárias de cerveja? Por que permanece essa utilização estereotipada? (Se possível, tente discutir as lógicas culturais, econômicas e políticas que animam a mensagem.)

— Que estratégia/s o grupo indicaria para alterar esse padrão vigente?

3. A pessoa encarregada pela sistematização de cada grupo apresenta, em plenária, as ideias trabalhadas.

4. No final da apresentação, abre-se um espaço para debates.

5. Faça uma síntese da atividade, enfatizando que a leitura crítica leva a uma maior conscientização para a criação de mecanismos efetivos de interferência nos veículos e instâncias pertinentes. A intervenção na mídia, movida pela consciência cidadã, leva ao avanço de uma sociedade democrática, portanto, baseada em valores éticos e de igualdade.

Dinâmica 19

Estereótipos em debate

Objetivo: Despertar ou aumentar a consciência sobre os estereótipos sexistas, que reforçam a inequidade de gênero.

Desenvolvimento:

1. Com todas as pessoas participantes de pé em um mesmo lado da sala, o/a facilitador explica que, para cada afirmação que for feita, as pessoas que concordam com ela devem se posicionar do lado direito; as que não concordam, do lado esquerdo; e as que não têm opinião formada, no centro.

2. Depois que as pessoas se posicionam, o/a facilitador começa a colher diferentes impressões, contemplando os três lados. Sugere-se três impressões, mas, quando suscitar polêmica, ouvir mais participantes nas diferentes posições.

Sugestões de afirmações:

a) Os homens são agressivos.

b) As mulheres são sentimentais.

c) Somente os homens podem ser bombeiros.

d) As dificuldades com as tecnologias por parte das mulheres acontecem por razões biológicas.

e) É muito maior o número de homens que se formam engenheiros, por uma dificuldade natural das mulheres.

f) Poucos homens se dedicam a atividades voltadas para o cuidado com crianças e pessoas idosas, porque as mulheres possuem características naturais muito mais propícias a tal trabalho.

g) A cor azul é muito mais apropriada para os homens e a cor-de-rosa, para as mulheres.

h) Eu (ou meu pai ou mãe) compraria uma boneca para dar de presente para o filho e uma espada de luta para a filha.

i) Eu considero natural autorizar a filha a trazer o namorado para dormir em casa, da mesma forma que o filho pode trazer a namorada.

j) Meninas e meninos devem aprender a fazer as mesmas tarefas domésticas.

k) Os cargos de poder são exercidos com mais competência pelos homens, pela natural competência e espírito de autoridade.

Dinâmica 20

Que bicho é esse?

Objetivo: Refletir sobre os estereótipos que as pessoas carregam e que contribuem para reforçar atitudes discriminatórias.

Desenvolvimento:

1. O facilitador ou facilitadora pede às pessoas participantes que imaginem um animal que gostaria de ser, refletindo sobre as razões que levaram a essa escolha.

2. Passados uns três minutos, começa a fazer uma lista das pessoas e dos respectivos animais escolhidos, em duas colunas: uma, para participantes do sexo masculino, e outra, para o sexo feminino.

3. Inicia uma interação com as pessoas participantes, no sentido de identificar se as características dos animais escolhidos pelos homens são similares àquelas construídas culturalmente para o sexo masculino. Exemplo: cavalo, por transmitir força, decisão, etc. Da mesma forma, com relação às participantes do sexo feminino, que podem ter escolhido, por exemplo, o gato, por ser doce e terno.

4. Sugere-se refletir sobre as razões pelas quais são concebidas e se naturalizam as noções de feminino e masculino.

Dinâmica 21

O que vamos dizer a eles?

Objetivo: Tomar consciência da argumentação patriarcal para justificar a subordinação das mulheres, por meio de frases sobre as mulheres ditas por “grandes homens”, e fazer propostas para novas relações de gênero.

Desenvolvimento:

1. Formar pequenos grupos de três ou quatro participantes. Cada grupo receberá uma ficha com algumas frases famosas de pensadores, tendo dez minutos para discutir e elaborar uma resposta.

2. Em seguida, cada grupo encenará um “diálogo” com o personagem.

3. Durante a apresentação, os outros grupos poderão “entrar na conversa” e ampliar a argumentação.

Sugestões de frases famosas:

“Os homens covardes, que foram injustos durante toda a sua vida, serão provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem.” (Platão)

“A fêmea é fêmea em virtude de certa falta de qualidade. A mulher é mais vulnerável à piedade, chora com maior facilidade, é mais chegada à inveja, à lamúria e à injúria. Facilmente se deixa abater pelo desespero. É menos digna de confiança.” (Aristóteles)

“A mulher é um ser acidental e falho. Seu destino é viver sob a tutela do homem.” (Santo Tomás de Aquino)

“Não é, pois, surpreendente que em todos os países os homens tenham se tornado os mestres das mulheres, buscando-se na sua força. Ele, em geral, é superior a ela pelo corpo e pelo espírito.”
(Voltaire)

“É pouco dotada intelectualmente, caprichosa, indiscreta, é moralmente fraca.
Sua única força é o encanto.
Sua virtude é aparente e convencional.”
(Kant)

“A educação das mulheres deve ser relativa à dos homens. Em todos os tempos, os deveres das mulheres, aqueles que devem ser ensinados desde a infância, constituem em agradar os homens, em ser-lhes útil, em fazerem-se amar por eles ou educá-los quando são pequenos, cuidar deles quando crescem, dar-lhes conselhos, controlá-los e ensinar-lhes a vida agradável e doce.”
(Rosseau)

“Quando vejo uma mulher ligada à História, às questões jurídicas, à lógica e às drogas, eu entro em crise.”
(Augusto Comte)

Dinâmica 22

Ditos e contraditos

Objetivo: Tomar consciência de como a subordinação da mulher está arraigada no imaginário popular e “desconstruir” as imagens estereotipadas.

Desenvolvimento:

1. Dividir as pessoas participantes em grupos.
2. Cada grupo vai pensar um dito popular/piada (exemplo: “mulher dirige mal, porque só sabe pilotar fogão”), um provérbio (“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”) e um trecho de música (exemplo: “Um tapinha não dói”) sobre a mulher.
3. Após analisá-los, o grupo irá criar um contradito.
4. Cada grupo apresenta os contraditos criados.
5. Ao final, é feito um debate sobre as reflexões das pessoas participantes.

Questionário

Escala de Gênero

Sugere-se a aplicação deste questionário em duas etapas: antes da realização da oficina; ao término da oficina. Dentre os objetivos estão o de analisar, previamente, as ideias e atitudes sobre a equidade entre mulheres e homens; e, ao final do curso, constatar as mudanças ocorridas, de forma interativa.

As respostas são dadas fazendo-se um círculo ao redor do número mais próximo a cada afirmação, sendo:

1 Concordo inteiramente

2 Concordo parcialmente

3 Estou indeciso/a

4 Discordo parcialmente

5 Discordo totalmente

1) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não cumprir com suas tarefas domésticas e não cuida dos filhos.

1 2 3 4 5

2) Cabe às próprias mulheres se organizarem e pressionarem o governo para que seus direitos sejam respeitados e garantidos.

1 2 3 4 5

3) A mulher deve ser responsável pela troca da fralda, pelo banho e por dar comida aos filhos, pois é ela quem engravida.

1 2 3 4 5

4) O casal deve decidir junto se quer ter filho.

1 2 3 4 5

5) A educação dada aos meninos deve ser diferente daquela dada às meninas.

1 2 3 4 5

6) A decisão pelo aborto deve ser considerada um direito da mulher.

1 2 3 4 5

7) O dever do homem é ganhar dinheiro e o da mulher é cuidar da casa e da família.

1 2 3 4 5

8) As mulheres, de modo geral, estão em situação de desigualdade/desvantagem em relação aos homens.

1 2 3 4 5

9) O homem precisa mais de sexo do que a mulher.

1 2 3 4 5

10) Mulher que já teve mais parceiros sexuais do que seu companheiro é promíscua.

1 2 3 4 5

11) O poder público deve trabalhar para diminuir as desigualdades sociais, raciais e entre homens e mulheres.

1 2 3 4 5

12) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela se comporta e/ou se veste de maneira provocante.

1 2 3 4 5

13) Se o homem pagar as despesas da casa, ele tem o direito de ter a última palavra.

1 2 3 4 5

14) A mulher tem mais dificuldades de lutar pelos seus próprios direitos que os homens.

1 2 3 4 5

15) É aceitável que a mulher ganhe mais do que o seu parceiro.

1 2 3 4 5

16) Trabalhar fora é a principal maneira de uma mulher se tornar independente, ter autonomia.

1 2 3 4 5

17) Há certos trabalhos que devem ser realizados só pelos homens.

1 2 3 4 5

18) Um/a homossexual tem o direito de viver sua sexualidade sem sofrer discriminações ou violência.

1 2 3 4 5

19) Exercer uma atividade profissional é importante para homens e mulheres.

1 2 3 4 5

20) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela o traiu.

1 2 3 4 5

21) As pessoas acham que todo/a negro/a é sempre suspeito/a.

1 2 3 4 5

22) A mulher é a única responsável pelo trabalho doméstico.

1 2 3 4 5

23) A vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral.

1 2 3 4 5

24) Mulher que leva camisinha na bolsa não é para casar.

1 2 3 4 5

25) Eu nunca teria uma amiga lésbica ou um amigo gay.

1 2 3 4 5

26) Quando o marido obriga a mulher a transar é estupro.

1 2 3 4 5

27) É o homem que deve determinar quando a mulher pode sair de casa sozinha.

1 2 3 4 5

28) Os/As brancos/as são preferidos aos negros/as para ocupar uma vaga no mercado de trabalho porque têm boa aparência.

1 2 3 4 5

29) Os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas.

1 2 3 4 5

30) A mulher deve aguentar a violência para manter sua família unida.

1 2 3 4 5

31) De maneira geral, as mulheres brasileiras têm a mesma oportunidade que os homens de assumir cargos públicos ou a liderança de programas ou projetos.

1 2 3 4 5

32) Algumas pessoas dizem que não são racistas, mas não querem que os filhos/as se casem com pessoas de outra cor/raça.

1 2 3 4 5

33) O trabalho da mulher — fora de casa — é apenas uma ajuda para o orçamento doméstico.

1 2 3 4 5

34) No caso de habitações populares, a escritura deve sair no nome da mulher mesmo que ela seja casada.

1 2 3 4 5

35) Uma mulher deve ter o direito de trabalhar fora de casa, mesmo que o marido não queira.

1 2 3 4 5

36) O trabalho mais importante da mulher é cuidar da casa e cozinhar para sua família.

1 2 3 4 5

37) A mulher deve participar igualmente na decisão de como gastar o dinheiro da família.

1 2 3 4 5

38) As mulheres brancas têm mais chances de ascensão (financeira, profissional, pessoal) do que as mulheres negras.

1 2 3 4 5

39) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não quiser transar com ele.

1 2 3 4 5

40) Os homens deveriam cuidar mais dos/as filhos/as do que cuidam atualmente.

1 2 3 4 5

41) Políticas públicas são as várias formas de atuação do Estado e de seus diferentes governos, nas questões ligadas à vida econômica, social e política de seus cidadãos e cidadãs.

1 2 3 4 5

42) Os negros/as deveriam ter mais chances para entrar na universidade pelo fato de ser um/a negro/a.

1 2 3 4 5

43) Homens e mulheres já nascem diferentes, portanto, é natural desenvolverem diferentes papéis na sociedade.

1 2 3 4 5

44) É justificável quando um homem agride uma mulher se ele está sofrendo pelo desemprego e se embriagou.

1 2 3 4 5

45) Cabe ao governo garantir que não exista nenhuma forma de discriminação das mulheres por meio de leis e das políticas públicas.

1 2 3 4 5

46) Toda mulher só se realiza se for mãe.

1 2 3 4 5

47) Ter uma vida sexual prazerosa é um direito fundamental e, por isso, deve ser considerado um direito humano básico, tanto para homens quanto para mulheres.

1 2 3 4 5

48) Mulheres devem ter o direito de usar anticoncepcionais para evitar gravidez mesmo que seu marido não queira.

1 2 3 4 5

49) As políticas públicas — programas e projetos — beneficiam de maneira igual a homens e mulheres.

1 2 3 4 5

50) O casal deve decidir junto o tipo de anticoncepcional que vai usar.

1 2 3 4 5

51) Os Direitos Humanos são os mesmos para homens e mulheres.

1 2 3 4 5

52) Se o cara engravida uma mulher, o filho é de responsabilidade dos dois.

1 2 3 4 5

(Fonte: Projeto Horizons, desenvolvido pelo Instituto Promundo e Population Council.)

Questionário

Escala de Gênero

(Reduzido)

Trabalho em Grupo:

A sugestão é a de que as/os participantes respondam a este questionário individualmente, debatendo, em seguida, entre as pessoas do grupo.

O principal objetivo é o de levantar as ideias e atitudes sobre a equidade entre mulheres e homens.

Os principais pontos debatidos no grupo devem ser anotados para apresentação em plenária.

As respostas são dadas fazendo-se um círculo ao redor do número mais próximo a cada afirmação, sendo:

- 1 Concordo inteiramente**
- 2 Concordo parcialmente**
- 3 Estou indeciso/a**
- 4 Discordo parcialmente**
- 5 Discordo totalmente**

1) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não cumpre com suas tarefas domésticas e não cuida dos filhos.

1 2 3 4 5

2) As mulheres, de modo geral, estão em situação de desigualdade/desvantagem em relação aos homens.

1 2 3 4 5

3) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela se comporta e/ou se veste de maneira provocante.

1 2 3 4 5

4) Se o homem pagar as despesas da casa, ele tem o direito de ter a última palavra.

1 2 3 4 5

5) Há certos trabalhos que devem ser realizados só pelos homens.

1 2 3 4 5

6) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela o traiu.

1 2 3 4 5

7) Quando o marido obriga a mulher a transar é estupro.

1 2 3 4 5

8) É o homem que deve determinar quando a mulher pode sair de casa sozinha.

1 2 3 4 5

9) A mulher deve aguentar a violência para manter sua família unida.

1 2 3 4 5

10) O trabalho da mulher – fora de casa – é apenas uma ajuda para o orçamento doméstico.

1 2 3 4 5

11) Uma mulher deve ter o direito de trabalhar fora de casa, mesmo que o marido não queira.

1 2 3 4 5

12) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não quiser transar com ele.

1 2 3 4 5

13) Homens e mulheres já nascem diferentes, portanto é natural desenvolverem diferentes papéis na sociedade.

1 2 3 4 5

14) É justificável quando um homem agride uma mulher se ele está sofrendo pelo desemprego e se embriagou.

1 2 3 4 5

15) Toda mulher só se realiza se for mãe.

1 2 3 4 5

16) Mulheres devem ter o direito de usar anticoncepcionais para evitar gravidez mesmo que seu marido não queira.

1 2 3 4 5

III Conceitos- Chaves



**MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOÊNCIA
DOMÉSTICA**

1. Paz ampliada: Resolução 1325 da ONU

O QUE DIZ A RESOLUÇÃO 1325 DA ONU?

A Resolução 1325 foi adotada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em 31 de outubro de 2000.

Relembra resoluções anteriores e o discurso do presidente da ONU à imprensa, no Dia das Nações Unidas para os Direitos da Mulher e Paz Internacional (Dia Internacional da Mulher), em 8 de março de 2000.

Relembra, também, o comprometimento da Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação (A/52/231), assim como o documento da 23ª Seção Especial da Assembleia da ONU, intitulada “Mulheres 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21”, e, em particular, aqueles concernentes a mulheres e conflitos armados.

Expressa “preocupação que civis, particularmente mulheres e crianças, sendo a vasta maioria dos afetados pelo conflito armado, incluindo pessoas refugiadas e deslocadas internamente, e progressivamente são alvos de combatentes e elementos armados, e reconhecendo o consequente impacto que isto tem sobre a paz durável e reconciliação”.

As mulheres têm trabalhado ativamente pela paz, realizando negociação e mediação em suas comunidades ou entre grupos rivais. Elas têm feito isso como indivíduos, como mães, como membros de grupos de mulheres.

Paz é Segurança Humana e Justiça

O conceito de paz com que essas mulheres vêm trabalhando não se restringe à sua aplicação no conflito armado e em suas consequências. Trata-se de um conceito de paz ampliado, que remete às ações do cotidiano. A guerra do dia a dia está retratada na discriminação de classe, gênero, raça e sexo; na violência contra a mulher; na falta de moradia; na ausência de atendimento à saúde; no desemprego; na desigualdade salarial; na impossibilidade de continuar os estudos; na exclusão dos processos sociais, econômicos, políticos, culturais e institucionais...

Foi exatamente para dar visibilidade à luta cotidiana das mulheres pela paz em todo o mundo que surgiu, na Suíça, o projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Essas mulheres estão à frente da luta contra todas as injustiças de nossa sociedade, em defesa dos direitos humanos, protegendo crianças e pessoas idosas, eliminando a pobreza, denunciando todas as formas de violência estrutural, discriminação patriarcal, por educação, saúde e meio ambiente. São mulheres que promovem meios ativos e não violentos pela solução de conflitos, injustiças estruturais e desigualdades, pelo entendimento entre povos e raças.

Do Brasil, foram 52 as mulheres indicadas, que trabalham na cidade, no campo, nas universidades, hospitais, centros de trabalho. Brancas ou negras, destacando-se pela sua coragem, por suas experiências inovadoras e coletivas, forjando, com seu esforço diário, a paz, que, segundo a ONU, é segurança humana e justiça.

Ao assumir que o trabalho feito nas organizações dos diversos movimentos é parte desse conceito de “paz” ampliado, estará ocorrendo uma disseminação dessa concepção, visando à construção de um novo ser humano.

O exercício da paz se dá no cotidiano

Qual é o Objetivo da Exposição Fotográfica 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo?

Quem são essas 1000 mulheres? Repare em cada rosto, em cada cor de pele, em cada brilho dos olhos. Imagine que, por trás de cada um deles, há milhares de páginas da vida, milhares de histórias de luta. São 1000 rostos, de 1000 guerreiras pela paz. Elas vêm de 150 países.

Suas lutas são tecidas no dia a dia. Elas trabalham para solucionar carências de água limpa, moradia, saúde, educação, cultura, ciência. Trabalham contra a violência doméstica, contra os campos minados, contra a mortandade sem fim e por um mundo sem racismo e sem guerras.

Essas 1000 mulheres, tão diversas em culturas, idades, profissões, têm, porém, uma certeza comum: “A paz não é só ausência de guerra. Paz é segurança humana”. Segurança humana é viver sem miséria e humilhação. Segurança humana é o direito de cada pessoa ser uma estrelinha com brilho próprio.

Essas 1000 mulheres foram candidatas ao Prêmio Nobel da Paz 2005. Entre elas, há 52 brasileiras.

Quem reuniu essas Mulheres?

Em 2003, uma associação suíça de mulheres em prol da paz no mundo, dirigida por Ruth Gaby Vermot Mangold, do Parlamento suíço, e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), teve a ideia de reunir 1000 nomes de lutadoras pela paz no mundo, para, juntas, concorrerem ao Prêmio Nobel da Paz.

O objetivo dessa luta era dar visibilidade aos trabalhos realizados em quilombos, aldeias, vilarejos, cidades, megalópoles, rompendo preconceitos, intervindo na solução de conflitos e criando laços de solidariedade. Para encontrar essas mulheres da África, da Ásia, da Europa, das Américas, da Oceania, a tarefa foi dividida entre 20 coordenadoras regionais.

No Brasil, a coordenação desse trabalho ficou a cargo de Clara Charf — ativista e militante dos direitos das mulheres, que, a partir de 2004, organizou um comitê executivo e uma equipe de trabalho.

Foram consultadas as mais variadas entidades profissionais, movimentos sociais e redes de mulheres de quase todo o País, com o objetivo de constituir

um amplo leque de representação da sociedade civil. Foram feitas mais de 300 indicações, e uma Comissão de Seleção escolheu 52 brasileiras.

Como parte do trabalho, foi publicado o livro *Brasileiras Guerreiras da Paz*, apresentando o perfil de cada uma das indicadas.

Apesar dos esforços e da relevância dos trabalhos em 150 países, o Comitê do Prêmio Nobel de 2005, em Oslo, não premiou o coletivo das 1000 Mulheres.

Sabemos, porém, o quanto é tortuoso o caminho para a paz no mundo. Sabemos também as dificuldades de caminhar entre pedras, redemoinhos e arapucas. E as mulheres não desistiram.

Uma grande força só existe com muita gente, sonhando com olhos abertos por um mundo melhor. Hoje, são mil mulheres, amanhã, serão 10 mil, depois de amanhã, 100 mil, e, no futuro, 1 milhão.

Vamos juntar as pessoas, mulheres e homens, rompendo as barreiras geográficas, dos idiomas, das raças, e tecer uma enorme rede pela paz.

As 52 Brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005

Albertina Duarte Takiuti

Médica, atuante na área de saúde juvenil, em São Paulo/SP.

Alzira Rufino

Atua na Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos/SP.

Ana Maria Machado

Escritora, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Ana Montenegro (in memorian)

Advogada, ativista de direitos humanos, residia em Salvador/BA.

Benedita da Silva

Atua na vida política e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Concita Maia

Atua no Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) e reside em Rio Branco/AC.

Creuza Maria Oliveira

Atua na Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, em Salvador/BA.

Eliane Potiguara

Atua com o Grupo Mulher Educação Indígena (Grumin) e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Elizabeth Teixeira

Lutadora camponesa pela reforma agrária, residente em João Pessoa/PB.

Elza Berquó

Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), residente em São Paulo/SP.

Elzita Santa Cruz Oliveira

Atua na área de Direitos Humanos e reside em Olinda/PE.

Eva Alterman Blay

Educadora e socióloga, residente na cidade de São Paulo/SP.

Fátima Oliveira

Médica e feminista, residente na cidade de Belo Horizonte/MG.

Givânia Maria da Silva

Lutadora de comunidade rural quilombola, residente em Pernambuco.

Heleieth Saffioti (in memorian)

Educadora e socióloga, residia na cidade de São Paulo/SP.

Helena Greco (in memorian)

Ativista do Movimento Feminino pela Anistia, reside em Belo Horizonte/MG.

Heloneida Studart (in memorian)

Foi jornalista, escritora e deputada federal. Vivia na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Jacqueline Pitanguy

Feminista, diretora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Cepia — Ação, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Joênia Batista de Carvalho

Advogada do Conselho Indígena de Roraima.

Jurema Batista

Feminista e militante do movimento negro, reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Lair Guerra de Macedo

Cientista, residente em Brasília/DF.

Leila Linhares Barsted

Advogada, feminista e diretora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Cepia — Ação, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Lenira Maria de Carvalho

Atua no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, em Recife/PE.

Luci Teresinha Choinacki

Atua no Movimento Feminista e Camponês, é deputada federal por Santa Catarina.

Luíza Erundina de Souza

É deputada federal por São Paulo.

Mãe Hilda Jitolu (in memorian)

Líder espiritual e comunitária, residia em Salvador/BA.

Mãe Stella de Oxóssi

Líder espiritual e comunitária, residente em Salvador/BA.

Maninha Xukuru (in memorian)

Atuava com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) e vivia em Recife/PE.

Mara Régia Di Perna

Radialista e feminista, residente em Brasília/DF.

Margarida Genevois

Defensora dos direitos humanos, residente em São Paulo/SP.

Maria Amélia de Almeida Teles

Feminista, advogada e fundadora da União de Mulheres de São Paulo, residente em São Paulo/SP.

Maria Berenice Dias

Desembargadora na área da família, residente na cidade de Porto Alegre/RS.

Maria José de Oliveira Araújo

Médica feminista, atua na área de Defesa da Saúde da Mulher e reside em Salvador/BA.

Maria José Rosado Nunes

Atua na ONG Católicas pelo Direito de Decidir, residente em São Paulo/SP.

Marina Silva

Foi ministra do Meio Ambiente e senadora pelo Acre.

Mayana Zatz

Cientista, residente na cidade de São Paulo/SP.

Moema Viezzer

Feminista, educadora popular, atua na área de Gênero e Meio Ambiente, residente na cidade de Toledo/PR.

Niède Guidon

Arqueóloga, residente na cidade de São Raimundo Nonato/PI.

Nilza Iraci

Atua no Geledés - Instituto da Mulher Negra e na Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, residente em São Paulo/SP.

Procópio dos Santos Rosa

Líder comunitária quilombola, residente na cidade de Monte Alegre/GO.

Raimunda Gomes da Silva

Atua com trabalhadoras rurais extrativistas da Amazônia e pela reforma agrária, residente na cidade de São Miguel/TO.

Rose Marie Muraro

Escritora e lutadora pelos direitos humanos, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Ruth de Souza

Atriz, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Schuma Schumacher

Feminista e escritora, residente no Rio de Janeiro/RJ.

Sílvia Pimentel

Feminista, professora, advogada, representante brasileira no Cedaw/ONU, residente na cidade de São Paulo/SP.

Sueli Pereira Pini

Juíza, atua nas comunidades ribeirinhas, residente em Macapá/AP.

Therezinha Zerbini

Mentora do Movimento Feminino pela Anistia, atua na Confederação de Mulheres do Brasil, residente em São Paulo/SP.

Vanete Almeida (in memorian)

Coordenadora da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, residente em Serra Talhada/PE.

Zenilda Maria de Araújo

Atua na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, residente em Ororubá/PE.

Zezé Motta

Atriz, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Zilda Arns Neumann (in memorian)

Atuava na Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa. Residia em Curitiba/PR.

Zuleika Alambert

Escritora, atua na área de Meio Ambiente, residente na cidade do Rio.

2. Paz na educação popular feminista

por Beatriz Cannabrava
Rede Mulher de Educação

Não há dúvida, somos diferentes: homens e mulheres não nascem iguais. Somos macho e fêmea da espécie humana, que se completam e se complementam. Ou, pelo menos, assim deveria ser.

No entanto, vemos que, ao longo do tempo, foram sendo construídos papéis diferenciados para homens e mulheres. Cores, gestos, comportamentos, atitudes, modelos do masculino e do feminino que nada têm a ver com as diferenças biológicas.

Além disso, esses papéis foram construídos sob o mito da superioridade masculina, criando assim uma estrutura que domina, reprime e subordina a mulher. Todas as características consideradas femininas são tidas como fraquezas, defeitos, insuficiências; todas as que são consideradas masculinas, qualidades e fortalezas. E também se considera como virtudes femininas tudo aquilo que subordina e discrimina.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e por meio dos meios de comunicação, continua reforçando esses papéis e padrões culturais, criando estereótipos: para o homem, a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher, a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes.

Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres — as denominadas relações sociais de gênero — gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada “natural”, mas que chega aos maus-

-tratos, à agressão, à violação e até à morte “em legítima defesa da honra”, como justificam ainda algumas interpretações de leis e códigos.

Embora nas últimas décadas o movimento de mulheres tenha conquistado uma série de leis e convenções internacionais que protegem os direitos humanos das mulheres, sua aplicação é ainda muito limitada, e em muitos países nem saíram do papel.

Em mais de 30 anos trabalhando em projetos de educação popular feminista, pudemos comprovar que muitas mulheres ainda consideram próprias de sua condição de mulher a subordinação, a opressão e o fato de ser “cidadã de segunda classe”.

É longo e difícil o trajeto para chegar a compreender o caráter social do desequilíbrio nas relações de gênero, avançando à medida que as mulheres começam a participar e a se organizar. Ao sair do seu ambiente doméstico, as mulheres passam a “descobrir” a violência que se esconde atrás dessa divisão de mundo entre homens que dominam e mulheres que são dominadas.

Algumas reflexões de participantes de cursos e oficinas com grupos de mulheres são testemunhos desse despertar:

“É uma violência que a mulher seja discriminada por seu sexo e que o trabalho doméstico não seja valorizado, considerado como ‘não trabalho’.”

“É uma violência que a mulher tenha menos acesso à educação e às oportunidades de trabalho.”

“É uma violência que a mulher ganhe menos pelo mesmo trabalho, que esteja exposta ao assédio sexual do patrão, que seja despedida quando se casa ou fica grávida.”

“É uma violência que a mulher não possa decidir sobre seu corpo, que tenha sua sexualidade controlada e seja vista como objeto sexual.”

“É uma violência a dupla jornada de trabalho e ter que assumir sozinha a responsabilidade de criar e educar os filhos.”

“É uma violência que a mulher não tenha acesso a terra para cultivá-la.”

“É uma violência que apanhe do companheiro e que não possa contar com apoio porque ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’.”

“É uma violência não poder ser ela mesma, ser considerada sempre a ‘filha de...’, ‘a mulher de...’, ‘a viúva de...’, a mãe de...”

É com base nessas reflexões que um processo de educação popular feminista busca trabalhar a consciência de que é preciso mudar. Que essa violência estrutural não é “natural”, que as mulheres não têm de aceitar seu destino porque são mulheres. À medida em que se vai conhecendo como e por que foram sendo estruturadas essas relações de gênero, pode-se começar a pensar em desestruturá-las. Se for algo construído, pode-se desconstruir. Mas só a consciência não é suficiente. Devemos aprofundar a questão, organizar-nos, participar e multiplicar nosso conhecimento.

O movimento de mulheres tem se fortalecido muito nas últimas décadas, chegando a ser considerado, por alguns pensadores, como o movimento mais importante do século XX. E embora tenha se desenvolvido com características diferentes em distintos países, tem uma mesma proposta: lutar por uma sociedade mais justa, mais humana, onde valham os direitos de homens e mulheres, onde se respeitem as diferenças.

A chamada educação popular feminista, que nasceu e vem se desenvolvendo no marco desse movimento, particularmente na América Latina, tem desempenhado um importante papel nesse contexto. Partindo do cotidiano das mulheres, revalorizando seu espaço, seu papel reprodutivo, sua sexualidade, seu direito ao prazer, tem contribuído para que as mulheres conquistem importantes espaços no mundo do trabalho remunerado, nos sindicatos, nas associações, na política, nas instituições do Estado.

É parte de sua proposta pedagógica contribuir para que as mulheres se reconheçam como seres humanos plenos, como cidadãs, e isso é fundamental na luta pela paz, pois não pode haver paz enquanto metade da humanidade for submetida a uma violência cotidiana, permitida e referendada por leis e costumes e, muitas vezes, consentida.

A paz não é só a ausência de conflito armado. É a convivência harmoniosa e sem preconceitos entre os seres humanos, entre homens e mulheres, entre pessoas diferentes, mas que se respeitam.

O grande desafio da luta pela paz não é apenas denunciar a guerra, a fome, a exploração, a corrupção, a destruição do meio ambiente, mas ir além. Nes-

se sentido, mulheres e homens têm no feminismo uma proposta de sociedade que parte das mulheres com uma perspectiva de gênero e se articula com outros projetos, que têm como eixo outras relações sociais — de classe e de etnia, por exemplo — e tomam em conta as diferenças de geração, culturais, de opção sexual e educacionais.

Se chegarmos a conseguir um mundo mais justo, em que se respeitem da mesma maneira os direitos humanos de homens e mulheres, sem importar a cor da pele, a etnia, a classe social, a idade, a crença religiosa, a orientação sexual, então, sim, teremos PAZ.

3.

O que é gênero?

Não se nasce mulher, torna-se mulher.
(Simone de Beauvoir)

DIFERENÇA ENTRE SEXO E GÊNERO

SEXO	GÊNERO
é biológico,	é uma construção social com base nas diferenças;
nascemos com ele,	não se nasce com ele;
é natural.	é cultural, podendo ser reconstruído.
Exemplos: apenas as mulheres podem dar à luz ou amamentar; apenas os homens produzem espermatozoides.	Exemplos: mulheres e homens podem trabalhar como engenheiras/os; mulheres e homens podem cuidar das crianças, de doentes e de idosos/as.

Esse esquema não implica uma visão binária sobre gênero. É importante o discernimento sobre as nuances existentes no percurso das posições antagônicas do ser feminino e do ser masculino. Conforme Fagundes (2001), “dada a natureza social do conceito de gênero e de identidade, ambos estão afinados aos estereótipos culturais, fundamentados nas diferenças genitais feminina e masculina que os transcendem. Entretanto, entre esses dois modelos ou polos, feminino e masculino, há uma infinidade de conjugações de níveis e intensidade, que extrapolam os espaços definidos pela sociedade para serem ocupados pelas mulheres e pelos homens” (artigo “Educação e Construção da Identidade de Gênero”, publicado no livro *Ensaio sobre Gênero e Educação*).

Uma explicação básica para se entender o significado de gênero é começar por diferenciá-lo do conceito de sexo. Nascer homem ou mulher é uma questão da natureza, é uma questão biológica. Por exemplo, somente os homens podem produzir espermatozoides e somente as mulheres podem dar à luz ou amamentar. Agora, gênero refere-se a relações de poder construídas culturalmente, isto é, aprendidas por meio da socialização. É por isso que podem ser revistas e alteradas. Por exemplo, mulheres e homens podem cuidar das tarefas domésticas, assim como ambos podem exercer cargos de poder. Na verdade, há apenas três coisas que só a mulher pode fazer que o homem não pode: gestar, parir e amamentar. O restante pode ser dividido com os homens.

Em toda a história humana, o que se fez foi se padronizar as características sexuais do homem e da mulher. A mulher é vista como o sexo frágil e o homem, como o sexo forte, criando essa relação de dominação e subordinação. As esferas do trabalho reprodutivo e de gestão comunitária, para as quais não é dado valor, são tidas como “coisas de mulher”. A esfera do trabalho produtivo — que é feito em troca de pagamento, quer dizer, tem valor e poder — é tida como “coisa de homem”. As mulheres que trabalham e são remuneradas acabam por arcar com a tripla jornada, já que a maioria dos homens resiste a dividir as tarefas domésticas/reprodutivas e comunitárias, de acordo com o modelo que se reproduz culturalmente através dos séculos. É o que se denomina “patriarcado”, um dos princípios estruturadores da sociedade, que coloca a mulher em posição de subordinação ao homem.

O homem continua sendo privilegiado em termos de poder e oportunidades, o que provoca a limitação da autonomia das mulheres, de seu potencial e do acesso ao poder econômico e ao político. As consequências para toda a sociedade são graves: no Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas; quase 30% das mulheres são chefes de família; a mulher ganha cerca de 40% menos que o homem, na mesma função e com maior nível de escolaridade; o homem negro recebe menos que o branco, e a mulher negra, menos que a mulher branca.

Assim, a discriminação que as pessoas sofrem em seu cotidiano não podem ser analisadas apenas com base na classe social a que pertencem, mas levando em conta também sexo, raça/etnia, idade, religião, orientação sexual. São esses os principais fatores que vêm determinando uma distribuição desigual e injusta de oportunidades e poder ao longo da vida das pessoas.

A construção cultural de gênero que se dá ao longo dos séculos, caracterizada por relações desiguais entre homens e mulheres, é reforçada por símbolos, leis/normas/ valores, instituições e subjetividade.

Os símbolos da mulher e do homem nas estorinhas infantis, por exemplo, são sempre de princesas e mocinhas boazinhas e fraquinhas. As bruxas são sempre feias e ruins. Os homens são sempre heróis, fortes, corajosos, violentos e nunca choram. Essas “qualidades” dos homens e mulheres são transportadas para a linguagem das imagens e da escrita. Vão estar presentes nas músicas, nas lendas, nos ditados populares, nos romances, nos livros didáticos. Ao folhear livros, por exemplo, percebe-se o quanto a linguagem escrita e imagética contribuem para a naturalização dos estereótipos: “denegrir a imagem”, “judiar das pessoas”, “salvar o planeta é tarefa do homem”; figuras da mulher desempenhando tarefas domésticas e do homem em cargos executivos...

Além das leis, há normas e valores intimamente conectados à educação, à tradição e aos costumes, que vão, ao longo do tempo, desvalorizando o feminino e superestimando o masculino. As instituições também têm um forte poder. O que acontece é o seguinte: a expressão das normas e dos valores vão estar presentes nas instituições — família, trabalho, política, igreja, escola, mídia, justiça, etc. Alguns exemplos: se uma mulher cozinha, sua profissão é denominada cozinheira; quando o homem exerce essa função, ele é *chef*. Até bem pouco tempo, a mulher não exercia o cargo de juíza. Pela primeira vez, finalmente, o Brasil tem uma presidenta da República. A maioria do professorado é formado por mulheres, mas quem assume a direção geralmente é o homem.

E o que é a subjetividade? É ela que revela nossos temores, nossos anseios, sonhos, esperanças... Tudo isso vai compor a identidade de cada pessoa, que, obviamente, estará impregnada de estereótipos sexistas. Deve-se ter em mente que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão quanto pela via da emoção, quer dizer, com aspectos objetivos e subjetivos. Ao constatar que “é mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo”, Einstein colocava em xeque as forças subjetivas com as objetivas. A constituição do imaginário das pessoas se reflete numa realidade que vem impondo relações desiguais de poder e oportunidades na sociedade. E, nesse emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário, vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É por isso que mulheres e homens podem se unir para a harmonização das relações sociais de gênero. Todo mundo sai ganhando!

4. A nova mulher e o novo homem:

por Vera Vieira

Associação Mulheres pela Paz

“É mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo.”
(Albert Einstein)

Enquanto ligo o computador para escrever este artigo, um trecho da música composta por Belchior invade, sorrateiramente, minha mente: “Minha dor é perceber / que apesar de termos feito tudo o que fizemos / ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais.” Mesmo reconhecendo que nossa luta é um trabalho de formiguinha, a mensagem é injusta principalmente para a trajetória prático-teórico desta articulista. Afinal, basta recordar apenas um exemplo pessoal para estabelecer-se a contradição: casei e descasei duas vezes, e por acreditar que meninas boazinhas vão para o céu, as más vão à luta¹, ainda estou em busca de um homem sensível², que não sofra da síndrome de Peter Pan³, para não entrar em choque com alguém que se libertou do complexo de Cinderela⁴. Além do mais, nos dias atuais, esse histórico pessoal está mais para regra do que para exceção. Soma-se o fato de possuir um filho que expressa seus sentimentos através das lágrimas, sem que isso coloque em risco sua masculinidade, e uma filha que busca uma carreira não incluída naquelas voltadas para o “cuidado”, sem que isso afete sua feminilidade.

Engana-se quem pensa que é fácil iniciar uma reflexão sobre um assunto bem complexo, mesmo para quem há anos vem se dedicando ao aprofundamento da temática das relações sociais de gênero — aquelas que se dão entre mulheres e homens, que vêm sendo construídas, culturalmente, ao longo de

toda a história humana, com a predominância das desigualdades de poder e oportunidades entre os sexos, com a mulher sempre levando a pior. As consequências para a sociedade são dramáticas, além de tratar-se de uma discriminação que impede o avanço dos processos democráticos. Uma sociedade democrática é aquela que se calca em valores éticos, de justiça social e de equidade — este último, com o significado da igualdade com respeito às diferenças. Assim, o sentido da luta por um mundo mais democrático se faz com o foco numa realidade candente, que apresenta desigualdades de classe, de gênero, de raça/etnia, geracional, orientação sexual... São esses os principais fatores — sentidos na pele e na alma, facilmente comprovados por estatísticas de órgãos confiáveis — que vêm determinando uma distribuição desigual e injusta de oportunidades ao longo da vida das pessoas. Especificamente com relação à questão de gênero, foco principal deste artigo, é importante lembrar uma frase de Fourier: “O melhor modo de avaliar o grau de civilização de um povo é analisando a situação da mulher.” Grande parcela da sociedade tem dificuldade em reconhecer que a discriminação de gênero é fator estrutural e estruturante das desigualdades sociais. Da mesma forma, muita gente afirma que o racismo não existe em nosso País, camuflando uma falsa democracia racial, o que só faz retardar a prevenção e o combate a preconceitos milenares.

Um mundo melhor para mulheres e homens

Assim, fica bem claro que a busca pela equidade — igualdade, com respeito às diferenças — entre homens e mulheres não é um papo de feministas sectárias, como se costuma captar do senso comum. Além do mais, no frigir dos ovos, o que se busca é a harmonia das relações entre homens e mulheres, portanto, a conquista de uma melhor qualidade de vida e um mundo mais justo para todas as pessoas. Bastam apenas alguns dados para a comprovação das consequências dramáticas para toda a sociedade: alto índice de violência sofrida pela mulher — com um número assustador de mortes —, independente de raça, cor, classe social ou escolaridade; média salarial baixa, mesmo com maior formação escolar; pouca ocupação de cargos de liderança e número elevado de mulheres chefes de família, entre outros. Vale ressaltar que a situação da mulher negra é ainda muito pior, por sofrer dupla discriminação.

Já no início do século XX, a escritora Simone de Beauvoir afirmou: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” Seus estudos são considerados precursores no sentido de mostrar que gênero é uma construção social, cultural. A gente não nasce com ele, quer dizer, aprende-se por meio da socialização e, por isso mesmo, pode ser revisado e mudado.

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário, vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos provocados por mitos (sistemas formados por esquemas, arquétipos e símbolos, compondo-se em narrativa) e imagens — as mulheres são fracas, delicadas, sensíveis, choronas; os homens são fortes, corajosos, heróis, violentos e nunca choram. Essas “verdades” estão presentes na construção cultural de gênero, que é tecida por meio das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa... Essa realidade, que vem sendo construída pelos seres humanos ao longo dos tempos, traduz-se em ações que são impulsionadas pela eficácia do imaginário. Ao contrário da cultura, que pode ser detectada com clareza nas formas de organização de uma sociedade, “o imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matiz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura, [...] que ultrapassa e alimenta a cultura; [...] é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental”⁵.

Há que se relevar a trajetória do movimento feminista, que tomou grande impulso nos últimos 40 anos, radicalizando a luta pela igualdade de gênero, estratégia de sucesso — e possivelmente a única — para pautar a importância da temática no mundo, até hoje estigmatizada pela queima de sutiã em praça pública. Essas últimas décadas levaram a conquistas importantes, numa combinação crescente e fundamental entre o trabalho com os grupos populares, nas esferas de poder — para interferir na criação ou implementação de leis e políticas públicas —, bem como participando efetivamente das Conferências Internacionais da ONU e no posterior monitoramento dos compromissos nelas assumidos pelos governos. Foram essas feministas as precursoras do processo de ruptura histórica dos elementos constitutivos da identidade feminina e da maneira de homens e mulheres se relacionarem. As práticas e as produções analíticas diversificadas representam uma quebra paradigmática, que é reconhecida pela comunidade científica.

No final da década de 1990, o movimento feminista concluiu que a mulher não está avançando na ocupação de cargos de poder, passando a refletir sobre a busca da liderança transformadora, levantando a necessidade de condições materiais e de formação para lidar com os conflitos — privados e públicos — no exercício da liderança. Ao conquistar o “direito” de ocupar o espaço público, as mulheres passaram a acumular a tripla jornada — trabalho produtivo, trabalho reprodutivo (que não se limita às responsabilidades de gerar e criar filhos, incluindo tarefas domésticas que são desempenhadas com a finalidade de manter e reproduzir a força de trabalho) e da gestão comunitária (luta por habitação, água, serviços de saúde e educação, etc.).

Apesar de alguns homens — pensadores renomados, como Bourdieu e Giddens — terem se dedicado, em anos recentes, a reflexões importantes sobre o impasse estabelecido nas relações de gênero, falta intensificar a inclusão masculina no processo cotidiano de luta, o que não significa abrir mão de ações afirmativas. Se as mulheres, predominantemente, entre si continuam a avançar, na reflexão e na ação, isso não tem acontecido com os homens no mesmo ritmo, o que impede o objetivo final, que, em última análise, é a conquista de uma sociedade onde ambos convivam em harmonia, tanto no âmbito privado como no público. Tomara que a tão propagada “crise de masculinidade” se transforme em uma oportunidade para a aproximação do diálogo entre ambos os sexos.

A equidade das relações sociais entre mulheres e homens é crucial na promoção da cidadania e deve estar presente nas ações cotidianas de todas as pessoas. Não se trata de uma luta para ver quem vai ficar com o pedaço maior da torta, mas da mudança de sua receita, cujo ingrediente imprescindível é a sensibilidade. É uma tarefa difícil, para a nova mulher e o novo homem, que exige a união de todas as forças. Esse é o desafio atual para que o histórico impulsionamento das quatro últimas décadas não caia na estagnação.

Referências

1. EHRHARDT, U. *Meninas boazinhas vão para céu, as más vão à luta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
2. NIN, A. *Em busca de um homem sensível*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
3. KILEY, D. *Síndrome de Peter Pan*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
4. DOWLING, C. *Complexo de Cinderela*. 53ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
5. MAFFESOLI, M. *O imaginário é uma realidade*. Revista Famecos, n.15, p.75-76, Porto Alegre, 2001.

5. Imagens e palavras podem reforçar preconceitos

por Vera Vieira
Associação Mulheres pela Paz

Em um jornal do Rio Grande do Norte, a imagem de uma mulher espancada e o *slogan* “Tá na cara que precisa” parecem compor apenas mais uma peça publicitária, neste caso, a de uma funilaria. A resposta dos “criadores da preciosidade” para mulheres indignadas de várias regiões brasileiras, é simplista: “Bando de feministas frustradas”. No bar, o apoio do copo de bebida dispara outra “pérola”: “Mulher e cerveja — especialidades da casa” — esse é, aliás, o produto que mais reduz o corpo feminino à isca de consumo. Ao chegar em casa e ligar a televisão, não é preciso esperar muito para se deparar com a propaganda que mostra, durante uma cerimônia religiosa de casamento, o noivo condicionar o juramento de fidelidade à promessa da noiva de permanecer gostosa para sempre, preocupação essa justificada ao apontar a figura da mãe ali também presente e que “virou um bucho”. No programa infantil, a historinha veiculada mostra que a boneca negra virou bruxa e foi queimada. “Minha netinha, chorando muito, me dizia que não queria ser negra”, conta uma ativista do movimento durante um seminário. Um breve olhar às apresentadoras de programas infantis revela o quanto elas reforçam padrões conservadores de feminilidade e beleza, estética branca, além de incutir a imagem de um País cuja cultura e modernidade se baseiam no consumismo. Ao folhear livros, percebe-se que a linguagem escrita e a imagética também contribuem para a naturalização dos estereótipos: “denegrir a imagem”, “jugar das pessoas”, “salvar o planeta é tarefa do homem”; figuras da mulher desempenhando tarefas domésticas e do homem em cargos executivos, e por aí afora...

É fundamental estarmos conscientes da relação da linguagem com o conhecimento e a cultura. É somente depois da fase da aquisição da linguagem que a pessoa atinge o campo da abstração. O pensamento conceitual é inconcebível sem a linguagem, em consequência do processo complexo da educação social. O ser humano não só aprende a falar, mas a pensar. Enquanto ponto de partida social do pensamento individual, a linguagem é a mediadora entre o que é social, dado — portanto, ditatorial — e o que é individual, criador, no pensamento de cada pessoa. A linguagem não só constitui o ponto de partida social e a base do pensamento individual, mas influencia também o nível de abstração e de generalização desse pensamento. Ela influencia o nosso modo de percepção da realidade. A experiência individual implica esquemas e estereótipos de origem social. O estereótipo vem à tona na relação emocional do ser humano com o mundo. Por ser um processo não consciente, exerce sua ação com força tanto maior quanto mais se identifica em um todo unitário como conceito dentro da consciência humana. Esse é o segredo da famosa “tirania das palavras”. A linguagem como discurso não constitui um universo de signos, que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento. É interação e um modo de produção social. Não é neutra nem inocente, na medida em que está engajada numa intencionalidade, e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Não se trata de detalhes inconsequentes, pois a realidade é construída com base em aspectos objetivos e subjetivos. Ao constatar que “é mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo”, Einstein colocava em xeque as forças subjetivas com as objetivas. A constituição do imaginário das pessoas se reflete numa realidade que vem impondo relações desiguais de poder e oportunidades na sociedade. E nesse emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É uma construção cultural, portanto, pode e deve ser mudada.

Atentar para as sérias consequências das mensagens discriminatórias, que são bombardeadas em nosso cotidiano, é tarefa de quem busca promover a cidadania para um mundo melhor, com valores éticos, de equidade (igualdade, com respeito às diferenças) e justiça social. Na chamada Era da Informação, em que prevalece o *slogan* “Estou na mídia, logo, existo!”, a maioria da população brasileira não encontra referenciais de identidade, mas, pelo contrário,

um reforço das relações de subordinação impostas às pessoas que fogem ao modelo ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto, e que vem sendo construído culturalmente, ao longo dos milênios. As mulheres vêm conseguindo um lugar ao sol no espaço público, através da luta dos últimos 40 anos, mas ainda encontram muitas dificuldades para desconstruir os mitos da identidade feminina “a la Barbie”, a boneca que apresenta padrões irreais de beleza — sem contar que foi criada por um alemão desempregado, que a idealizou como uma garota de programa, vendendo-a em casas de prostituição.

Não é “papo pra boi dormir” e nem puro discurso de movimentos sectários, mas uma realidade cruel, facilmente demonstrável por estatísticas confiáveis de órgãos nacionais e internacionais: a cada dois minutos, cinco mulheres brasileiras são espancadas (a maioria, dentro de casa); alto índice de adolescentes com anorexia e bulimia; a mulher recebe salário 40% menor do que o do homem num mesmo cargo, embora com o mesmo nível universitário e experiência profissional; o homem negro recebe menos que o branco e a mulher negra, menos que a mulher branca. Assim sendo, as discriminações de gênero e raça são os principais fatores estruturais e estruturantes das condições de pobreza e desigualdades sociais.

O primeiro passo para alterar essa realidade é conscientizar-se de que, ao romper com as discriminações na linguagem escrita e imagética, avança-se na influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, quebrando-se padrões comportamentais. Soma-se a isso a adoção de mecanismos de intervenção, que levam, sem sombra de dúvidas, a resultados positivos, ao considerarmos que vivemos em um mundo onde as forças de mercado tentam se equilibrar ao sofrer pressão de um público com consciência cidadã. Como bem escreveu Mikhail Bakhtin, “a fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo”.

A linguagem — escrita e imagética — carregada de estereótipos há tempos vem merecendo ênfase nas ações do movimento feminista, como bandeira fundamental para o avanço da luta, tanto que, a partir de 1991, a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (Repem) passou a designar o dia 21 de junho, com uma série de atividades, como a data “Por uma educação sem discriminação”.

Vamos romper com a linguagem sexista, em busca de um mundo com igualdade entre mulheres e homens! Quando se quebra com a linguagem, quebra-se também padrões comportamentais.

A seguir, veja uma tabela com as formas usuais de linguagem e as recomendações para a prática da linguagem inclusiva.

USUAL	ALTERNATIVA
Os direitos do homem	Os direitos humanos
O corpo do homem; a inteligência do homem	O corpo humano; a inteligência humana
Museu do homem	Museu da humanidade
O homem primitivo	Os seres humanos primitivos
Homem/mês; homem/hora	Trabalho/mês; trabalho/hora
<i>Cameraman</i>	Operador ou operadora de câmera
Aeromoça	Atendente de voo
Língua materna	Língua de origem ou originária
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola
Os professores; os jovens; os meninos	O professorado; a juventude; as crianças
Os negros	A raça negra
Denegrir a imagem de alguém	Difamar alguém
A situação está preta	A situação está ruim
José e senhorita Maria	José e Maria
Os brasileiros; os descendentes; os eleitores	O povo brasileiro; a descendência; o eleitorado
Os assessores; os coordenadores; os diretores	A assessoria; a coordenação; a direção
Afeminado	Delicado; suave; meigo
Aquele que fala	Quem fala

Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Cada aluno deverá ler um texto	Deverá ser lido um texto
Nas ilustrações didáticas e nos livros escolares, a mulher aparece, em geral, exercendo atividades no lar, ao passo que o homem aparece no escritório, na oficina, em cargos de poder, etc.	Dar visibilidade às mulheres que trabalham fora de casa. Destacar a importância do trabalho no lar — tanto para as mulheres como para os homens. Apresentar mulher e homem em todos os tipos de trabalho e funções profissionais. Observar que as mulheres desempenham papéis sociais e políticos em todos os níveis, com igual competência, autoridade e espírito de iniciativa que seus colegas homens.

Referências

- UNESCO. *Linguagem Não-Sexista*. São Paulo, Ed. Texto Novo, 1996.
- ROSSINI, E.; SAIDEL, R.; CALIÓ, S.; JESUS, I. USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero. *Revista Comunicação e Educação*, USP-ECA/Ed.Moderna, n.8, Jan-Abr/1997, p.117/121.

6. Masculinidades

por Flávio Luiz Tarnovski

Departamento de Antropologia da
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Não é possível falar de masculinidades sem falarmos antes de relações de gênero. A noção de “gênero” diz respeito à construção social das diferenças sexuais, isto é, das definições que temos do que é masculino e feminino. Uma primeira constatação que podemos fazer sobre as definições de gênero é que são extremamente variáveis de uma sociedade para outra. A Antropologia, ao estudar comparativamente diferentes sociedades, e diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade, revela a enorme variabilidade dos modelos e normas culturais. Essa variabilidade indica que estamos diante de convenções que, enquanto tais, não são fixas nem naturais.

A Antropologia nos ensina também que o gênero é uma construção relacional, isto é, o masculino e o feminino não existem isoladamente, mas apenas como polos de uma relação. Um não pode ser pensado sem o outro. Um se constrói em relação ao outro e, em muitas sociedades, as diferenças de gênero são definidas como assimétricas, estruturadas hierarquicamente.

Para exemplificar essa questão, podemos citar a diferença salarial que ainda persiste entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Essa desigualdade de salários reflete igualmente uma diferença de prestígio associada às profissões de acordo com o gênero. As profissões masculinas são geralmente mais valorizadas que as femininas. Podemos citar o exemplo da cabeleireira e do *coiffeur*, da cozinheira e do *chef* de cozinha, da costureira e do estilista de moda como profissões que, na sua versão masculina, são consideradas mais prestigiosas na nossa sociedade. Do mesmo modo, atividades habitualmente exercidas por mulheres são percebidas diferentemente quando executadas por homens. Podemos citar o exemplo da cozinha: o dia a dia ordinário executado pela mulher recebe pouca atenção, enquanto as ocasiões extraordinárias exe-

cutadas pelos homens se transformam em eventos sociais (churrasco, pratos especiais, feijoadas de fim de semana, etc.).

Essa diferença de prestígio está relacionada com algo que marca profundamente as relações de gênero na nossa sociedade: o androcentrismo, isto é, a centralidade da visão masculina, da perspectiva dos homens, em várias esferas da cultura e da sociedade. Isso é fácil de perceber na publicidade, quando vemos de maneira recorrente a mulher sendo representada como objeto sexual, fato que muitas vezes origina a indignação de setores da sociedade preocupados com a igualdade de gênero e motiva ações contra os anunciantes. As campanhas envolvendo diversas marcas de cerveja ou de carro podem ser citadas como exemplos do que venho falando.

Esses exemplos revelam que é o homem que mais frequentemente ocupa o lugar de sujeito no interior de um sistema de gênero organizado hierarquicamente, enquanto a mulher é muitas vezes cerceada na sua condição de sujeito, tornando-se um objeto. Essa situação se traduz num englobamento do feminino pelo masculino e é algo recorrente na nossa sociedade. Quando pensamos nas regras de parentesco, por exemplo, é o nome do homem, do pai, denominado “patronímico”, que é transmitido para as gerações futuras. Geralmente, as mulheres portam, primeiro, o nome do pai e, depois, o nome do marido, indicando uma relação de englobamento hierárquico. É na relação com um homem que muitas vezes as mulheres são definidas como filhas, esposas e mães, sendo os homens mais frequentemente reconhecidos por características que remetem à sua individualidade.

É óbvio que isso tudo está mudando, e cada vez mais as mulheres encontram um lugar no mundo como indivíduos e sujeitos, mas essa é ainda é uma situação persistente. Aliás, basta pegarmos o exemplo da língua portuguesa para percebermos isso. Usamos palavras masculinas, “indivíduo”, “sujeito”, para falarmos de mulheres. Apenas vou lembrar aqui de todo o debate sobre o gênero das profissões, no caso da presidente/presidenta Dilma. Muitos dirão que são apenas regras de gramática. Ora, essas regras refletem normas e padrões sociais que estão em constante transformação e são alvo de disputas.

No entanto, essas transformações não se fazem facilmente. Por quê? Porque envolvem relações de poder, e quem está no poder não quer perdê-lo. A desigualdade de gênero é algo que está naturalizado na nossa sociedade, resultado de um processo de socialização que produz dois tipos de pessoas como se fossem essencialmente diferentes: meninos e meninas, homens e

mulheres — e nossa sociedade é muito preocupada com essa diferenciação: desde a maternidade, os/as bebês já carregam as marcas dessa diferença. Desde pequenos, os meninos aprendem a expressar sua agressividade e a inibir as suas emoções (“menino não chora”) por meio das brincadeiras, dos jogos, das expectativas dos adultos e dos pares.

A masculinidade é como se fosse algo difícil de ser conquistado, envolvendo provas e aprendizados entre grupos de amigos por intermédio das saídas noturnas, do esporte e de outras atividades pelas quais é preciso provar que se é “homem de verdade”. Na nossa sociedade, ser homem significa afastar-se de tudo o que é considerado feminino, ser ativo sexual e socialmente, fazer uso da força, ser agressivo, independente e autodeterminado. Muitas vezes, e dependendo da classe social, o aprendizado ou a aquisição da masculinidade passa por ritos de passagem como o serviço militar, a entrada no mundo do trabalho ou, em algumas situações mais extremas, a entrada no mundo da criminalidade.

Vimos que o gênero é uma construção relacional. Isso significa que uma certa definição de masculinidade é associada a uma definição complementar de feminilidade. Neste modelo, em que o homem é definido como ativo e dominante, atribui-se uma posição de passividade e subordinação à mulher. A nossa sociedade, herdeira da cultura mediterrânea, é marcada por um duplo padrão moral de gênero. Os homens são estimulados a desenvolver sua individualidade, a explorar o mundo, a ocupar o espaço público, a ser donos de si e a ter uma sexualidade livre e recreativa. As mulheres, em contrapartida, devem controlar sua sexualidade, permanecer sob a tutela da família — mais especificamente dos homens da casa, do pai, dos irmãos ou do marido —, ocupar o espaço privado, ser “puras” e “castas” e se realizar na função materna. Nesse sistema desigual, a sexualidade das mulheres é controlada para preservar a “honra” de companheiros e maridos, noção muitas vezes relacionada à violência doméstica.

A violência doméstica e contra as mulheres ainda é um problema grave no nosso País. Precisamos entender que essa forma de violência é, em grande medida, uma consequência da forma como as relações de gênero estão estruturadas na nossa sociedade. Mesmo que consideremos que nem todos os homens são violentos, essa dominação é alimentada por noções de gênero, ou seja, de masculinidade e de feminilidade, difundidas na nossa sociedade e compartilhadas por muitos homens. Essas noções atravessam a sociedade e também são compartilhadas por classes altas e baixas, operários e executivos.

Não é fácil conscientizar os homens de que os modelos hegemônicos de masculinidade contribuem para manter formas de desigualdade e até de violência contra as mulheres. Isso porque uma visão crítica muitas vezes só é possível para quem está de fora, na fronteira ou na margem do modelo. Quem está vivendo o modelo hegemônico, o ideal, não consegue (ou não quer) perceber que se trata de uma construção histórica, transitória e fonte de desigualdades. Para quem vive o ideal de masculinidade ou quer atingi-lo, ou se beneficia dele, as relações de gênero seriam “naturais”. É frequente vermos na mídia, em revistas de grande difusão, matérias jornalísticas sobre a “guerra dos sexos”, o “sexo do cérebro” e outras comparações entre homens e mulheres que projetam na anatomia corporal comportamentos que são aprendidos socialmente. Essas matérias acabam alimentando a ilusão de que o mundo é assim porque é natural ser assim.

Os costumes, certas teorias pseudocientíficas e diversas religiões acabam muitas vezes por confirmar essas definições, reproduzindo um sistema de gênero baseado em relações desiguais. No entanto, essa desigualdade é mais visível para quem a sofre. Muitos homens se pensam livres de relações de gênero e não determinados por elas. Os homens seriam os portadores de razão, sujeitos sem gênero, apenas sujeitos (como na expressão “Declaração dos Direitos do Homem”). Esse androcentrismo fundamenta historicamente a Filosofia, o Direito e a Medicina. Demorou muito tempo para ser criada uma especialidade médica para tratar o homem, por exemplo. Os “objetos” tradicionais de preocupação da medicina foram as mulheres, as crianças, os loucos.

Obviamente não podemos afirmar que todos os homens estão comprometidos com a dominação masculina: para alguns, o papel masculino pode ser experimentado como um fardo. É um peso que pode ter consequências bem reais, tanto físicas como emocionais e ser causa de problemas de saúde específicos. No entanto, o fardo do papel masculino é também o preço que se paga por estar no topo da hierarquia, e isso não traz apenas prejuízos. Há privilégios associados a essa posição.

Mas, como disse antes, assim como não são todos os homens que são responsáveis pela opressão feminina, também não há uma distribuição igual do prestígio associado à masculinidade. Há também homens que são vítimas deste sistema, como os gays, por exemplo, e todos aqueles que não se encaixam nos moldes da masculinidade hegemônica.

Há mudanças acontecendo. Muito se fala das novas masculinidades, do homem “metrossexual”. Certas profissões e atividades consideradas femininas no passado passam a ser exercidas por homens. O cuidado dos filhos passa ser visto também como uma função masculina. No entanto, ainda é frequente que, quando um homem faz algo inovador no plano doméstico como cuidar de crianças, limpar a casa ou cozinhar, isso seja considerado algo extraordinário e merecedor de elogios do seu meio social. Ora, sem querer, acabamos reproduzindo um mesmo esquema, que sobrevaloriza o masculino em detrimento do feminino, pois as mulheres que executam tais tarefas o fazem sem despertar a atenção dos outros.

A mudança nas relações de gênero é algo que deve comprometer todos os homens e implica abandonar privilégios em favor de relações mais igualitárias. As mulheres devem ter assegurado seu direito à autodeterminação como sujeitas, portadoras de direitos humanos (isto é, de homens e mulheres). Nesse sentido, é preciso enfatizar que a tradição cultural, a socialização masculina, as dificuldades sociais (como o desemprego), mesmo se nos permitem compreender certas dinâmicas sociais e lógicas envolvidas na violência doméstica, não podem servir de justificativas para a violência psicológica ou física contra as mulheres.

A violência contra as mulheres tampouco pode ser justificada com a alegação de que a honra do marido/namorado foi atingida. Da mesma forma, os companheiros agressores não podem ser absolvidos com a desculpa de que uma punição severa afetaria a unidade familiar ou de que os conflitos conjugais não são caso de Justiça. Em briga de marido e mulher se mete a colher. As mulheres sofrem uma violência que é sistemática, não é isolada, uma violência fundamentada num sistema de gênero. Portanto, é preciso reconhecer que os homens agressores se baseiam em noções difundidas na nossa sociedade para justificar a sua violência, e a transformação dessas noções exige o comprometimento de todos, homens e mulheres.

7. Gênero e Masculinidades

por Silvani Arruda
Instituto Promundo

Durante muito tempo, utilizou-se o conceito e a perspectiva de gênero pensando-se exclusivamente nas mulheres. E não poderia ser diferente, uma vez que historicamente as mulheres sofreram (e sofrem até hoje) uma série de preconceitos, discriminações e situações de violência pelo fato de serem mulheres. Seja no espaço privado ou no espaço público, a desigualdade está presente na vida de muitas mulheres e, obviamente, traz consequências nefastas para a sua vida.

Foi principalmente a partir da década de 1990 que vários estudos e pesquisas mostraram que as expectativas que uma determinada sociedade tinha sobre o homem, da mesma forma que para as mulheres, faziam com que eles também ficassem mais vulneráveis a alguns agravos de saúde e à morte devido a acidentes ou situações de violência. No que diz respeito à saúde sexual e à saúde reprodutiva do homem, por exemplo, foi somente em 1994 (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo) e 1995 (Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Beijing) que, pela primeira vez na História, se falou sobre a responsabilidade masculina na contracepção e na prevenção do HIV e aids.

A partir daí, muitas organizações, tanto governamentais como não governamentais, passaram a desenvolver programas e projetos que tinham como ponto de partida o questionamento das normas rígidas de gênero como fatores de vulnerabilidade — individual, programática e social — também para os homens. Por exemplo, o fato de se esperar de um homem que ele seja forte e competitivo faz com que, comumente, ele se arrisque mais do que uma mulher. As estatísticas, por sua vez, nos mostram que as maiores causas de morte masculina se devem a situações de violência e ao envolvimento em acidentes. E,

realmente, essas situações não ocorrem por questões biológicas. Na verdade, elas ocorrem devido a um aprendizado constante de que “agir como homem” é usar de força e assumir riscos.

Esse aprendizado também traz consequências sérias para a saúde do homem. Para muitos, ficar doente é visto como um sinal de fraqueza. Isso faz com que vários homens só procurem os serviços de saúde quando a doença já está em um estágio avançado. Do mesmo modo, algumas crenças também dificultam que, por exemplo, alguns homens se protejam das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV, o vírus da aids; acreditar que o homem não pode “negar fogo” e que ele está sempre disponível para ter relações sexuais; que a aids só se transmite nas relações homossexuais ou com profissionais do sexo¹.

Cabe, assim, aos/às profissionais que trabalham nas áreas da Educação e da Saúde desconstruírem esses equívocos e, tal como especificado na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem do Ministério da Saúde, “promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos”². Só que trabalhar com a perspectiva de gênero focando no homem vai bem além das questões de saúde. Envolve, também, questões relativas à violência e ao poder.

A violência dos homens

Do mesmo modo que as normas rígidas de gênero trazem consequências para a saúde do homem, interferem no relacionamento que eles têm tanto com outros homens quanto com as mulheres. Alguns estudos e pesquisas sugerem que existem diferenças biológicas entre meninos e meninas em termos de temperamento. Os meninos teriam menos controle de seus impulsos e de sua irritabilidade, traços que poderiam ser precursores de agressividade. Por outro lado, outros estudos contestam essas afirmações, com ênfase na expectativa social que se tem sobre o comportamento masculino — correr riscos e ser agressivo — que determinam a forma como alguns homens se relacionam com as pessoas e resolvam determinados conflitos.

Assim, o processo que resulta na violência dos homens contra outros homens tem início ainda na infância e faz parte da socialização masculina. Alguns aspectos da educação dos meninos — na família, na escola, nos grupos de amigos, nos meios de comunicação — são os grandes responsáveis pela ideia de que ser homem é ser agressivo e violento. Um bom exemplo dessa

construção é observar os brinquedos que os meninos costumam ganhar em datas comemorativas. Bolas, armas, carrinhos, bonecos de super-heróis são os mais direcionados para os meninos nas prateleiras das lojas. E nem é preciso ir muito longe para perceber que esses brinquedos reforçam a ideia de que ser homem é ter o “poder”, tanto sobre as mulheres quanto sobre outros homens. Daí, então, que não dá para se planejar projetos e programas de prevenção à violência sem falar em igualdade e equidade de gênero.

Na prática

Trabalhar a promoção da igualdade e da equidade de gênero significa questionar assimetrias de poder presentes em todas as relações de nossa sociedade, que impedem, por exemplo, que as pessoas tenham acesso a determinados serviços e espaços ou que sofram qualquer tipo de violência pelo fato de serem de um determinado gênero, raça/etnia, classe social ou por terem uma orientação sexual diferente da heterossexual.

Oficinas, rodas de conversa, análise de textos e de imagens são algumas formas encontradas para se identificar as desigualdades e as violências presentes no cotidiano. Já as campanhas, as estratégias de incidência política e de mobilização social são importantes para pressionar por políticas mais igualitárias, que incluam ações afirmativas para populações que, historicamente, foram oprimidas e que tiveram seus direitos violados.

E, se realmente nossa intenção é buscar a igualdade entre homens e mulheres, é preciso investir na desconstrução das normas rígidas de gênero referentes aos dois sexos; favorecer a construção de um modelo de poder compartilhado entre homens e mulheres, inclusive do que diz respeito à concepção e à contracepção, e que, uma vez que grande parte dos homens não age de forma violenta contra as mulheres, que eles se posicionem publicamente contra qualquer tipo de violência. Assim, estarão também “metendo a colher, em briga de marido e mulher” por um mundo com PAZ.

Referências

1. KEIJZER, B. *Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina*. In: CÁCERES, C. F.; CUETO, M.; RAMOS, M.; VALLAS, S. (Eds.). *La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2003.
2. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

8.

Campanha do Laço Branco

Fonte: www.lacobranco.org.br

A Campanha Brasileira do Laço Branco tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. Suas atividades são desenvolvidas em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outras representações sociais, que buscam promover a equidade de gênero, por meio de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

Como tudo começou?

Em 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando: “Vocês são todas feministas!?”, esse homem começou a atirar enfurecidamente e assassinou 14 mulheres, à queima-roupa. Em seguida, suicidou-se. O rapaz deixou uma carta na qual afirmava que havia feito aquilo porque não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia, um curso tradicionalmente dirigido ao público masculino.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos para esta violência.

Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*): homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da Campanha, foram distribuídos cerca de 100 mil laços entre os homens canadenses, principalmente entre 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres e pelo fim da violência. O dia 25 de novembro foi proclamado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), órgão das Nações Unidas, como Dia Internacional de Erradicação da Violência contra a Mulher. O dia 6 de dezembro foi escolhido para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

Trabalhando com diversos órgãos das Nações Unidas, particularmente o Unifem, e em parceria com organizações de mulheres, essa Campanha também foi implementada em diferentes países, ao longo das duas últimas décadas: na Ásia (Índia, Japão e Vietnã), Europa (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal), África (Namíbia, Quênia, África do Sul e Marrocos), Oriente Médio (Israel), Austrália e Estados Unidos.

No Brasil, algumas iniciativas começaram a ser delineadas em 1999. Com objetivo de ampliar cada vez mais nossa rede, em 2001, realizamos o lançamento oficial da Campanha, promovendo diferentes atividades, entre elas: distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públicos, caminhadas, debates, oficinas temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas e termos de adesão à campanha, etc. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diferentes instituições, particularmente organizações do Movimento de Mulheres.

9. Diversidade Sexual: conhecer para respeitar as diferenças

por Kleber Pinto Garcia Cavalcante

Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá - Ghata

**“Havemos de colorir o mundo,
E se não for com nossos olhos,
Há de ser com nossas roupas,
E, para que não seja com nosso sangue,
há de ser com nossa alegria.”**

(Elizabeth Bessa)

Aprendemos, desde pequenos, que para ser homem é necessário ser agressivo, racional, ter segurança, ser independente e ficar com o maior número possível de meninas, e isso, sim, são sinais de masculinidade. Também aprendemos que a mulher deve ser delicada, sensível, vaidosa, recatada, frágil e ser passiva, e isso são sinais de feminilidade.

Esses são estereótipos de masculino e feminino, e são conceitos construídos socialmente. Gostar de futebol ou cuidar da casa, por exemplo, não é algo exclusivo de homens ou mulheres, muito menos de heterossexuais.

O presente texto pretende promover uma conscientização crescente sobre as diversidades sexuais, visando a facilitar a construção do conhecimento esclarecedor a respeito dos diversos tipos de homossexualidades, podendo,

assim, ser instrumento útil de combate ao preconceito. Mas sabemos que promover mudança de cultura não é tarefa fácil, visto que a construção de papéis sociosexuais do masculino e feminino, a serem desempenhados por homens e mulheres, são valores culturais construídos historicamente e estão fortemente estruturados em nossa sociedade.

Mesmo atualmente a sexualidade humana ainda representa um tema bastante confuso, e se isso ocorre com a sexualidade de uma forma geral, imagine então quando se fala em homossexualidades, ou melhor, em diversidade sexual. Pois, ao se falar em diversidade sexual, ocorrem diversos equívocos.

Outra questão que deve ser esclarecida é o termo “opção sexual”. Essa expressão reforça preconceitos, ou seja, quem opta é responsável pelo que escolheu, mas não é o que ocorre com pessoas homossexuais. Pessoas se descobrem como homossexuais e, conseqüentemente, não optariam por ser discriminadas.

Aceitar, sim, que é opção, respeitar é um dever!

Segundo o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT—Brasil sem Homofobia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasília, 2006), as dúvidas sobre sexualidade, de um modo geral, são bastante frequentes.

Então, vamos começar a desvendar esse “mistério”?

Dúvidas mais frequentes, conforme o Programa Brasil Sem Homofobia

Qual a diferença entre sexo e sexualidade?

Atualmente, a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um, refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e o outro se refere à parte física da relação sexual. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações.

O que é identidade sexual?

É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou de feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

O que é orientação sexual?

Orientação sexual é a atração afetiva e/ ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum, que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

O que é homossexualidade?

A homossexualidade é a atração afetiva e sexual por uma pessoa do mesmo sexo. Da mesma forma que a heterossexualidade (atração por uma pessoa do sexo oposto) não tem explicação, a homossexualidade também não tem. Depende da orientação sexual de cada pessoa. Por esse motivo, a Classificação Internacional de Doenças (CID) não inclui a homossexualidade como doença desde 1993.

O Programa Brasil Sem Homofobia também apresenta a Classificação de Homossexualidade, segundo padrão de conduta e/ou identidade sexual. Classifica como:

Homossexuais: São aqueles indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoa do mesmo sexo.

Gays: São indivíduos que, além de se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoa do mesmo sexo, têm um estilo de vida de acordo com essa sua preferência, vivendo abertamente sua sexualidade.

Bissexuais: São indivíduos que se relacionam sexual e/ou afetivamente com qualquer dos sexos.

Lésbicas: Terminologia utilizada para designar a homossexualidade feminina.

Transgêneros: Terminologia utilizada para englobar tanto os/as travestis

quanto os/as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona como o mundo como mulher.

Transexuais: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatômicamente. Sendo o fator psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

As estatísticas mostram que as/os transgêneros (travestis e transexuais) sofrem mais violência física nos mais variados locais públicos, enquanto que com as lésbicas (mulheres homossexuais) predomina a violência doméstica.

Então, vamos saber um pouco mais sobre essas duas identidades sexuais que mais sofrem preconceitos sociais.

O que é um/a travesti?

Pessoa que se comporta socialmente e se veste como se pertencesse ao sexo oposto. A pessoa se sente e se expressa publicamente de forma feminina ou masculina.

Geralmente travestis do sexo masculino modificam seus corpos por meio de hormônios, cirurgias plásticas, silicone, entre outros, a fim de obterem a aparência feminina, e também adotam nomes femininos. Mas isso não significa que travestis do sexo masculino são obrigadas a ter formas femininas, pois seu gênero está em sua convicção, e não em suas formas corporais.

Exemplos (1): Safira foi registrada na Certidão de Nascimento com o nome de Paulo. Por volta dos 15 anos, começou a se assumir como pessoa homossexual. Com o tempo, adotou nome feminino e, aos poucos, modificou o modo de se vestir, e sua aparência foi ficando cada vez mais feminina.

Já travestis do sexo feminino são mulheres homossexuais (lésbicas) que, por meio de artifícios variados, conseguem obter a aparência do sexo masculino. Normalmente, fazem isso por meio do uso de roupas, sapatos e penteados, mas isso não significa que toda mulher lésbica deva ser masculinizada ou que sempre irá apresentar características de travestilidade (ser um travesti). E, ao contrário da travesti do sexo masculino, quase nunca adotam nomes do sexo masculino.

Exemplo (2): Carol, desde a adolescência, sempre se sentiu atraída por mulheres. Usa cabelos curtos com corte estilo moicano, igual ao do jogador Neymar, do Santos. Usa sempre jeans e tem uma coleção de tênis masculinos, e assim se sente muito feliz.

Na fase de mudanças/ transformações, a maioria das/os travestis abandona ou é expulsa/o de casa. Por onde passam, as/os travestis chamam a atenção e quase sempre são alvos de olhares curiosos, piadinhas e atitudes preconceituosas.

**“Ir a um restaurante
tirar dinheiro do banco
utilizar o serviço de saúde,
completar os estudos,
pegar um cineminha.
O preconceito pode tornar as coisas mais simples
em pesadelo para quem é travesti.
A vida fica menos complicada sem o preconceito.
Descomplique. Não deixe o preconceito mudar você.”**

(Campanha do Ministério da Saúde)

Conforme Prado (2008), o preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que, muitas vezes, se consolida em violência e ódio de uns sobre os outros.

E o mesmo autor afirma que, no âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, legitimando, assim, práticas de inferiorização sociais, como a homofobia. O preconceito, nesse caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências.

Assim, o autor afirma que os/as homossexuais encontraram diferentes formas de atribuição social ao longo da história. Particularmente nos últimos 200 anos, predominaram formas pejorativas de atribuição social às práticas não heterossexuais. A construção histórica dessas atribuições, sedimentadas em instituições e no imaginário social, fomentou a noção de doença e de perversão, bem como a naturalização e o ocultamento da homofobia.

Homofobia: É o ódio. A intolerância contra homossexuais.

No País famoso por sua tolerância sexual e dono de algumas das maiores paradas LGBT do mundo, o preconceito contra homossexuais ainda persiste, muitas vezes assumindo a forma de homofobia explícita.

Apesar do sucesso de celebrações da diversidade sexual no País, expressões de intolerância aparecem em todo o território nacional.

Então, seja um/a simpatizante, uma pessoa sem preconceitos, solidária com lutas empreendidas pelo segmento LGBT.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2004.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez. 2008. (Preconceitos). v.5.

PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. *Campanha: Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida*. Ministério da Saúde. Brasília: Programa Nacional de DST e Aids. s/d.

10. Sem sexismo, sem racismo: por uma real cultura de paz

por Nilza Iraci
Geledés Instituto da Mulher Negra

“Vamos continuar achando e admitindo que a mulher negra e o homem negro são bons para dançar, são bons para jogar futebol, são bons para disputar as Olimpíadas, mas que para outras atividades: gerente de banco tem que ser branco, dentista ou médico têm que ser branco, advogado tem que ser branco, chefe em repartição pública tem que ser branco...”

(Ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso de posse da Seppir, em março de 2003.)

O conceito de raça vem sendo frequentemente debatido na sociedade, sob a premissa de que não existem raças, mas apenas a raça humana.

Muita gente acredita que racismo é o mesmo que miséria ou preconceito e opressão de classe. Entretanto, está cada vez mais difícil explicar a situação de indignidade a que vem sendo submetida mais da metade da população brasileira, em função de sua raça.

Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 revelam que o Brasil é um país habitado por uma população de 191 milhões de habitantes, sendo que a população negra soma 97 milhões

de pessoas e, pela primeira vez, é maioria no Brasil. As mulheres negras representam 49 milhões do total das brasileiras.

Entretanto, levantamento feito pelo governo federal em 2011 revela que 16,2 milhões de brasileiros, o equivalente a 8,5% da população do país, vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda per capita de até R\$ 70,00 por mês, ou pouco mais de R\$ 2,00 por dia. Desse total, 70,8% são negros e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade. Esses dados mostram que a pobreza atinge preferencialmente a parcela negra da população, como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira e da omissão do poder público em promover políticas de superação dessa situação.

Esses e outros indicadores produzidos pelo Estado brasileiro colocam em xeque a (falácia da) igualdade, inclusive entre mulheres, pela qual podemos constatar significativas diferenças em termos do ser e do viver, estabelecendo a tensão da intersecção de gênero, raça e classe social, o que Kimberle Crenshaw (2002) chama de dinâmicas de “desempoderamento”.

As mulheres negras, 49% da população negra, estão entre o segmento populacional que vivencia a situação de maior pobreza e indigência do País. Possuem menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que a das mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres, responsáveis pelo cuidado e sustento do seu grupo familiar, sendo que 60% das famílias chefiadas por mulheres não possuem rendimento ou sobrevivem com rendimento inferior a um salário mínimo.

Entre as diferentes ocupações exercidas pelas mulheres negras no Brasil, com maior destaque para a atuação no setor de serviços, estão as de alto grau de informalidade e aquelas em condições de exploração de mão de obra e baixos rendimentos.

O trabalho doméstico corresponde a aproximadamente 4 milhões de negras, num universo estimado de cerca de 7 milhões de trabalhadoras domésticas em atividade no País, sendo que as meninas negras representam cerca de 75% das trabalhadoras domésticas infantis. Trata-se de uma das ocupações com piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social, um alto nível de descumprimento de normas trabalhistas, além de ser uma das profissões com maior deficit de trabalho decente. No trabalho doméstico, as mulheres negras são vítimas potenciais de vários tipos de violência (física, mental, sexual e moral), fruto da discriminação provocada pelo sexismo patriarcal e pelo racismo.

A exposição de jovens à violência e, em particular, sua alta presença nas taxas de homicídios do País têm chamado a sociedade e o poder público a refletir sobre essa situação. Respostas e possíveis soluções para a resolução desse problema não têm conseguido reverter o quadro que coloca os jovens como os principais personagens da violência no Brasil. E são as mulheres que arcam com o maior ônus desta violência — como mães, companheiras, cuidadoras.

Há muitas e variadas atitudes cometidas contra as mulheres, e que são catalogadas de violentas, e essa é a razão pela qual não podemos falar em violência contra a mulher, mas em violências. E o racismo é, sem dúvida, uma das mais perversas formas de violência. Porque age silenciosamente, sob o olhar complacente de uma sociedade que prefere acreditar naquilo que hipocritamente se convencionou chamar de “racismo cordial”.

As mulheres negras vivenciam, em seu cotidiano, as múltiplas formas de violência física, psicológica e sexual; o tráfico de mulheres; a violência produzida por atores armados da polícia e da marginalidade. Todas essas violências são agravadas pelo racismo, pelo preconceito e pela discriminação.

Mas não se trata aqui de um exercício de vitimização.

As mulheres negras contribuíram e contribuem de maneira inquestionável para a construção socioeconômica e cultural do Brasil e têm participação decisiva na conquista de direitos das brasileiras. E, apesar das limitações que enfrentam para se libertar do racismo, da discriminação racial e de gênero, da exclusão pela sua procedência, pela sua identidade sexual ou expressão de gênero, continuam lutando pela transformação desta sociedade violenta e excludente.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu “cultura da paz”, em 1999, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não violência por meio da educação, do diálogo, da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social.

É com base nessa máxima que as mulheres negras acreditam que a construção de uma cultura de paz se faz com homens e mulheres sensíveis e solidários.

Trata-se de uma tarefa de todas as pessoas que acreditam que paz pode ser mais que um símbolo ou uma figura de retórica. E que coletivamente podemos construir uma sociedade justa e igualitária, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e prazer

11.

O que é violência doméstica?

por Vera Vieira

Associação Mulheres pela Paz

A ONG internacional Vital Voices, responsável pela criação de uma Aliança Global pelo Fim da Violência contra Mulheres, visando a soluções múltiplas e interligadas, define a violência doméstica como um padrão de comportamento abusivo, utilizado para estabelecer poder e controle sobre outra pessoa com quem se tem ou se teve um relacionamento íntimo. Tal comportamento inclui violência física, violência sexual e violência emocional/psicológica. Os agressores são, em sua maioria homens, e as mulheres são as vítimas. A violência doméstica afeta mulheres urbanas e rurais, independente de idade, religião, raça/etnia, nível social, econômico e educacional.

Em média, uma em cada três mulheres é agredida ou forçada a ter relações sexuais no transcorrer da vida. Mulheres adolescentes estão mais susceptíveis a sofrer estupro ou violência doméstica do que ter um acidente de moto, câncer ou malária. Pesquisas mundiais também demonstraram que 40% a 70% das mulheres vítimas de homicídios foram assassinadas por seus maridos (ou ex), ou parceiros.

A violência doméstica também causa uma grande perda econômica ao país (nos Estados Unidos, a perda de produtividade totaliza US\$ 1,8 bilhão, enquanto que os gastos com saúde chegam a US\$ 4,1 bilhões).

A raiz do problema da violência contra a mulher está na construção cultural de gênero, que coloca o homem em posição de superioridade à mulher. Nenhum setor da sociedade consegue sucesso lutando sozinho contra tal tragédia. É necessária a união das ONGs, setor empresarial e governo.

De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2001 (a mais completa sobre o tema), intitulada “Violência contra a Mulher”, a cada 15 segundos,

no Brasil, uma mulher é espancada. E 70% das agressões ocorrem dentro de casa, praticadas pelo marido, companheiro ou parente. No estado de Pernambuco, somente em 2006, foram assassinadas quase 300 mulheres..

Segundo dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, divulgados no portal www.agenciapatriciagalvao.org.br, um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. A cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica. O custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país. De acordo com o Mapa da Violência no Brasil/2010, no período de 1997 a 2007, 41.532 mulheres foram assassinadas no país, ou seja, um índice de 4,2 vítimas por grupo de 100 mil habitantes.

A gravidade da problemática também se traduz na campanha “Une-te pelo fim da violência contra as mulheres”, lançada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, por ocasião das celebrações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), em 2010. Em seu mandato, ele considera um dos maiores desafios o enfrentamento da violência contra a mulher, reconhecendo a necessidade de unir esforços de mulheres e homens, de diferentes gerações, quer no árduo trabalho de desconstrução dos estereótipos de gênero, quer no campo da implantação e da implementação de legislação.

A Lei Maria da Penha

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo, o que foi reconhecido recentemente por Rebecca Reichmann Tavares, representante atual da região Brasil e Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), que é parte da ONU Mulheres. Em artigo intitulado “Basta à violência contra as mulheres”, publicado na página 3 do jornal Folha de S. Paulo, de 16/7/10, Rebecca salienta que “apesar das medidas judiciais estabelecidas pela Lei Maria da Penha, sua real aplicação é comprometida por um sistema que não assegura proteção”. Com o foco no caso do assassinato de Eliza Samudio, o artigo foi estratégico para a reflexão sobre os problemas que ocorrem na implementação de uma legislação.

Sancionada no Brasil em 7/8/2006, pelo presidente Lula, a Lei é uma vitória importante na trajetória de luta por uma vida sem violência. O cerne da mudança jurídica se encontra no fato de que os agressores passaram a ser presos em flagrante ou, em caso de risco físico ou psicológico às vítimas, têm a prisão preventiva decretada.

Vale a pena relatar o simbolismo do nome dado à Lei. Era o ano de 1983. Na paradisíaca cidade de Fortaleza, no Nordeste brasileiro, dentro de casa, entre as quatro paredes do quarto, enquanto dormia, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia levou um tiro nas costas do então marido, o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveiros. Permaneceu quatro meses no hospital, de onde saiu paraplégica. Ao voltar para casa, enquanto esperava o processo judicial para manter a guarda das filhas, ela ficou 15 dias presa, submetida a choques no chuveiro. Mesmo condenado pelos tribunais locais em dois julgamentos, 1991 e 1996, até então, ele nunca havia sido preso.

De acordo com relato da advogada Valéria Pandjarian, do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), “em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), juntamente com Maria da Penha, enviaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em 2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado, para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres. Em 2003 [20 anos após o crime!], o ex-marido de Maria da Penha foi preso. Ele ficou somente dois anos na cadeia; depois, passou a cumprir a pena em regime aberto”.

E foi em homenagem a essa guerreira, nascida em 1945, que não esmorece nunca na luta por justiça para todas as mulheres vítimas de violência, que a nova Lei brasileira recebeu seu nome. A Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 22/9/2006, altera o Código Penal e possibilita que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameacem a integridade física ou psicológica da mulher. Não haverá mais a aplicação de penas como multa ou doação de cestas básicas. A violência doméstica é tipificada como uma das formas de violação dos direitos humanos. Os crimes passam a ser julgados em varas criminais até a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no âmbito dos estados. Com isso, as ações penais, pela violência, e civil, pela separação e filhos, entre outros, serão encaminhadas de uma só vez. Há também outras medidas de proteção para a mulher que sofre risco de morte, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos. A nova lei determina também que um/a advogado acompanhe a mulher

em todas as fases do processo, proíbe que ela seja encarregada de entregar a intimação ao agressor e diz que a mulher só pode desistir da denúncia perante o juiz.

Para a ex-ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, essa é uma lei necessária. Em artigo intitulado “Onde tem violência todo mundo perde”, publicado na página 3 do jornal Folha de S. Paulo, de 6/8/2006, ela destaca que, “rupturas culturais são desoladoramente lentas, requerem mudanças de atitude nos lares e sociedades, nos marcos legais e institucionais. Somando-se às questões de natureza cultural — e também como sua consequência —, a inexistência de uma legislação específica vinha garantindo a impunidade dos agressores. Situações que começaram como uma ameaça evoluíram muitas vezes para assassinatos, sem que qualquer intervenção pudesse ser ou fosse feita para evitá-lo”.

São cinco os tipos de violência doméstica estipulados pela Lei Maria da Penha:

Violência física: qualquer ato contra a integridade ou saúde corporal da vítima.

Violência psicológica: qualquer ação que cause prejuízo psicológico, como humilhação, chantagem, insulto, isolamento, ridicularização, dano emocional e controle do comportamento da mulher.

Violência sexual: aquela que força a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual; impedir o uso de método contraceptivo ou forçá-la à gravidez, ao aborto ou à prostituição mediante força ou ameaça.

Violência patrimonial: situações em que o agressor destrói bens, documentos pessoais e instrumentos de trabalho.

Violência moral: caluniar, difamar ou cometer injúria contra a mulher.

12.

Nascer mulher ainda pode ser considerado um fator de risco

por Maria José Lopes Souza
Rede Mulher de Educação

Fruto da cultura patriarcal, a violência contra a mulher ainda é uma realidade mundial, ou seja, um fenômeno que se reproduz desde a Antiguidade até o século XXI, tanto no campo quanto na cidade e independente da idade, classe social, matriz cultural e/ou religiosa. Essa violência é agravada quando sobreposta aos demais fatores de exclusão como orientação sexual, dificuldades especiais, reclusão, entre outros. Ou seja, “Basta nascer mulher!”.

Foi a partir da década de 1990 que o movimento feminista conquistou, por meio das diversas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), o reconhecimento de que a violência contra a mulher é um grave problema de Saúde Pública e da área dos Direitos Humanos. Entretanto, esse reconhecimento sem política pública e dotação orçamentária efetivas não faz com que o direito saia da intenção.

Somos adeptas da visão do educador Paulo Freire de que a origem da violência está determinada por um modelo de organização social, caracterizado pelo abuso do poder, assinalando a existência da diferença de interesses, desejos e valores, pertencentes ao universo cultural, político, econômico e psicológico, podendo ocorrer de diversas formas e níveis — opressão, dominação, exploração, submissão, discriminação, desigualdade — e sofrendo variações de acordo com o momento histórico e lugar.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento da ONU/2010, a desigualdade entre os sexos fez o Brasil perder 63% de seu potencial de desenvolvimento humano, representando uma das principais causas de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos.

Mas a violência atinge a mulher de forma diferenciada:

Enquanto os homicídios em geral atingem mais os homens e ocorrem no espaço público, a violência doméstica e a sexual afetam mais as mulheres e ocorrem predominantemente na esfera privada.

Dentre as diversas formas de violência contra a mulher, a doméstica e sexual é a mais complexa, porque traz a agravante da proximidade da vítima com a pessoa autora da violência, seja por laços afetivos ou de dependência.

A pergunta mais frequente nas capacitações com as/os profissionais dos serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência é: “Quais os fatores que servem de obstáculos no processo para que a mulher rompa com a situação de violência?”. Embora a resposta seja complexa, podemos sintetizar dizendo que a baixa autoestima associada à falta de escolaridade, à dependência econômica e à afetiva, assim como o descrédito no sistema de garantia de direitos, a ausência ou inadequação dos serviços especializados e profissionais despreparados para uma escuta sensível e qualificada compõem o repertório de fatores que dificultam a identificação, a atenção e o acolhimento da mulher, em especial crianças, idosas e portadoras de deficiência. No caso das mulheres negras, quilombolas, indígenas e de regiões ribeirinhas ou rurais, o problema é ainda mais grave, em virtude da discriminação de toda ordem e pela dificuldade de acesso aos recursos ou inexistência dos serviços especializados.

Nesse sentido, um dos grandes desafios para o governo brasileiro consiste em implementar ações, em todo o território nacional, que reduzam efetivamente os índices de violência, por se tratar de um país com dimensão continental (5.565 municípios) e fronteira com dez países, o que facilita o tráfico de mulheres para fins de exploração econômica e sexual. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2005 apontam que, no Brasil, existem 131 rotas internacionais e 110 domésticas.

Outro desafio é o crescente índice de crianças e adolescentes, muitas vezes negociadas pela própria família, que caem nas malhas da rede de prostituição

ou que engravidam em decorrência do envolvimento com trabalhadores das grandes empresas responsáveis pelas construções de barragens, hidrelétricas, rodovias ou outras obras, que concentram um grande contingente de homens.

Com os dados a seguir, é possível ter uma noção do tamanho desse desafio ao comparar a dimensão e a complexidade do problema em um País com mais de 190 milhões de habitantes (homens, 49%; mulheres, 51% — dessas, 30% são afrodescendentes), com as políticas públicas existentes nos 5.565 municípios:

A cada 24 segundos uma mulher é espancada (pesquisa da Fundação Perseu Abramo, 2010).

Uma em cada quatro meninas sofrerá abuso sexual na infância ou adolescência, (Coletivo Femino Plural, 2004).

Em 87% dos casos, o marido ou o pai/padrasto é o autor da violência (DataSenado).

Estima-se que apenas 40% das mulheres denunciam.

Em menos de 10% das ocorrências são instaurados inquéritos.

A cada cinco anos de violência, a mulher perde um ano de expectativa de vida.

Políticas Públicas:

400 Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), aproximadamente.

75 Casas-Abrigo para mulheres e crianças, aproximadamente.

Cerca de 190 Centros de Referência. Disque 180 (24 horas).

13 Juizados Especiais de Violência contra a Mulher, por determinação da Lei Maria da Penha (Rio de Janeiro, 2; Recife, 8; Belo Horizonte, 2; São Paulo, 1).

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, e a promulgação da Lei 11.360/2006 (Lei Maria da Penha, considerada uma das melhores do mundo na área de *advocacy*), o governo brasileiro vem construindo as bases para uma política pública que reduza os índices anteriormente informados.

Em 2011, a SPM realizou a III Conferência de Políticas para as Mulheres, num processo de construção e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o que demanda investimentos com base em um diagnóstico na-

cional, em consenso com o movimento feminista e demais organizações de direitos da mulher.

Com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e sexual contra a mulher deixa de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo, na medida em que determina a redução do tempo na aplicação das medidas protetivas, assim como a criação dos Juizados Especiais de Violência Familiar e Doméstica, com competência civil e criminal, integradas. Além disso, recomenda que os serviços desenvolvam suas ações articuladas em Rede, incluindo assistência socioeducativa aos autores da violência.

Se, por um lado, o processo de mudança na cultura depende de uma mudança na relação entre homens e mulheres para a construção da cultura da Paz...

... por outro, tal mudança depende da responsabilização e da garantia dos direitos da mulher por parte dos governos (federal, estadual e municipal), em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, em especial com movimento feminista. Pela primeira vez, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), no seu sétimo Congresso (2012), incluiu a questão de gênero na sua programação, abrindo espaço para o debate “Construindo novas pontes: o feminismo, as questões de gênero e o investimento social privado”. Para tal, contou com a contribuição do governo e da sociedade civil envolvidos nessa causa.

Nessa mesma linha de preocupação, a ONG internacional Vital Voices, responsável pela criação da Aliança Global pelo Fim da Violência contra Mulheres, vem realizando conferências em várias partes do mundo, reunindo representantes de diferentes países, a fim de alinhar conceitos, trocar experiências, assim como possibilitar a articulação de ações em conjunto no enfrentamento à violência contra a mulher. Outra finalidade dessas conferências é orientar a organização quanto ao destino do seu investimento/apoio a outras organizações afins. No Brasil, a Vital Voices conta com a parceria da ONG Associação Mulheres pela Paz e do Instituto Avon (investimento social de iniciativa privada).

Se muito vale o já feito, mais vale o que virá, lembrando que “nenhuma pessoa é tão boa e tão inteligente quanto todas juntas” (Merelyn Ferguson).

Cordel 1

13. O caso Eliza Samudio e o machismo total

por Salete Maria
(www.cordelirando.blogspot.com)

O caso Eliza Samudio
Que tem chocado o Brasil
Emerge como prelúdio
De um grande desafio:
Exortar nossa Justiça
Pra deixar de ser omissa
Ante o machismo tão vil!

Trata-se de um momento
De grande reflexão
Pois não basta só lamento
Ou alguma oração
É hora de provocar
Propondo um outro olhar
Sobre processo e ação.

Saiu na televisão
Rádio, internet e jornal
Notícia em primeira mão
Toda manchete é igual:
Ex-amante de goleiro
(Aquele cheio de dinheiro!)
Sumiu sem deixar sinal.

Muita especulação
 — discurso de autoridade —
 Uns dizem que é armação
 Outros dizem que é verdade
 Polícia e delegacia
 Justiça e promotoria:
 Fogueira de vaidades!

Mei-mundo de advogados
 Investigação global
 Cada um no seu quadrado
 Falando em todo canal
 Subjacente a tudo
 Um peixe muito graúdo:
 Androcentrismo total!

A mídia fala em Bruno
 Eliza e gravidez
 Flamengo, orgia e fumo —
 esta é aboladavez! —
 Tem muito “especialista”
 Em busca de alguma pista
 Pra ser o herói do mês.

E a história se repetindo
 Mudando apenas o nome
 Outra mulher sucumbindo
 Sob ameaça dum homem
 Uma vida abreviada
 Cujas morte anunciada
 A estatística consome.

Assim é a violência
 Lançada sobre a mulher
 Ela pede providência
 E cara faz o que quer
 Mas a Justiça, que é lerda,
 Machista, “fazendo merda”
 Vem com papo de “Mané”.

E oito meses depois
 Da “denúncia” inicial
 Que é o feijão com arroz
 Do distinto tribunal
 Nadica de nada existe
 Mas autoridade insiste
 Que isto, sim, é normal:

“A culpa é do Instituto
Que não mandou o exame”
— isto soa como insulto
e daqueles mais infames
— Não era caso de urgência?
— tenha santa paciência! —
Para que serve um ditame?

A moça buscou amparo
Na Justiça do país
Agiu correto, é claro
E esperou do juiz
O tal reconhecimento
Sobre o pai do seu rebento
Tendo a vida por um triz.

Também fez comunicado
Ao campo policial
Dizendo que o namorado
Praticou crimes e tal
Buscou as vias legais
Enfrentou feras reais
Terá sido este o seu mal?

Mesmo com a delegacia
Dita especializada
E com toda a apologia
De uma Lei avançada
Faltou ter a ruptura
Com aquela velha cultura
De que a mulher é culpada.

E o cumprimento legal
No caso, muito importante
Seria mais um arsenal
Para enfrentar o gigante
Mudar a mentalidade
De nossas autoridades
É fator preponderante.

E para que isto ocorra
Entre outra alternativa
Antes que mais uma morra
E o caso fique à deriva
É preciso compreender
Que Justiça é pra fazer
Enquanto a mulher tá viva!

Sei que nada justifica
Que haja tanta demora
E enquanto o caso complica
A vítima “já foi embora”
Sem medida protetiva!
Sequer prisão preventiva!
Quanto inoperância aflora!

Se o exame era necessário
À elucidação do crime
O Estado-perdulário
Neste campo fez regime
Ficando no empurra-empurra
No velho: “mulher é burra,
e joga no outro time”.

Todo crime tem problemas
De toda diversidade
Assim como há esquemas
Também há dificuldades
Mas pra mim é evidente
Que o machismo presente
Premia a impunidade.

Machismo compartilhado
Por gente de toda cor
Do goleiro ao empregado
Do primo ao executor
Autoridades também
Implicitamente têm
Um machismo inspirador.

Cada “doutor” se expressa
Centrado no garanhão
É o mote da conversa:
Fama, grana e traição
Ao se referir a ela
Falam da menina bela
Que fez filme de tesão.

Falta a compreensão
Da questão relacional
Gênero, classe, profissão
Cor e status social
O processo é narrativa
Que emerge da saliva
Falocêntrica-legal.

E ainda que alguns digam
 “Oh, Eliza, coitadinha”
 E suas doutrinas sigam
 Desvendando pegadinhas
 A escola dogmática
 Do direito-matemática
 Perpétua ladainhas.

Processo judicial
 Só serve para punir?
 Havia tanto sinal...
 Não dava pra prevenir?
 E a tal ação civil?
 Alimentos deferiu?
 Para o bebê consumir?

É um momento de dor
 Para a família dos dois
 O caso é multifator
 Não basta dar nome aos bois
 A lógica policial
 Cartesiana e formal
 Festeja tudo depois.

Por isso se faz urgente
 Conjugiar gênero e direito
 Pois um trabalho decente
 Que surta algum efeito
 Não se limita a julgar
 Mas também a estudar
 O cerne do preconceito.

Homens que matam mulheres
 Em relações de poder
 Isto tem se dado em série
 Mas é preciso entender
 Que subjaz ao evento
 Um histórico comportamento
 Que vai construindo o ser.

A nossa sociedade
 Apesar da evolução
 Reproduz iniquidade
 E também muita opressão
 Homem que bate em mulher
 — E “ninguém mete a colher”
 Sempre foi uma “lição”.

Aprendida por goleiros
Delegados, professores,
Motoristas, marceneiros,
Pedreiros e promotores,
Garçons e malabaristas,
Médicos e taxistas,
Juízes e adestradores.

Por isto em nossos dias
De conquistas sociais
De novas filosofias
Direitos especiais
Não podemos aceitar
Justiça só pra apurar
Crimes tão excepcionais.

Que a Justiça também
Sirva para (se) educar
Chega deste nhe-nhe-nhem
Deste eterno blá-blá-blá
A Lei Maria da Penha
Existe pra que não tenha
Tanta morte a lamentar!!!

Todos os direitos reservados.

Nota das organizadoras:

Conforme divulgado por vários veículos da mídia nacional, sites, blogues, etc., Eliza Samudio, 25 anos, desapareceu no início de junho de 2010, e foi considerada morta pela polícia. De acordo com depoimentos, ela foi sequestrada e assassinada cruelmente. O então goleiro do time do Flamengo (RJ), Bruno, com quem a jovem tinha um relacionamento, foi tido como o principal suspeito, com a ajuda de amigos e parentes, e foi posteriormente preso. Eliza Samudio nasceu em Foz do Iguaçu (PR), viveu em São e depois no Rio de Janeiro. À ocasião de seu desaparecimento, ela processava Bruno na Justiça pelo reconhecimento da paternidade do seu filho de 4 meses. Mas, antes disso, Eliza havia feito um registro de queixa na polícia do Rio contra Bruno, por sequestro, agressão e ameaça. Além disso, declarou que o goleiro a teria obrigado a abortar. Até hoje, o corpo de Eliza não foi encontrado, e o caso continua a ter repercussão nacional.

Cordel 2

14. A Lei Maria da Penha em cordel

por Tião Simpatia
www.tiaosimpatia.blogspot.com

A Lei Maria da Penha
Está em pleno vigor
Não veio pra prender homem
Mas pra punir agressor
Pois em “mulher não se bate
Nem mesmo com uma flor”.

II

A violência doméstica
Tem sido uma grande vilã
E por ser contra a violência
Desta Lei me tornei fã
Pra que a mulher de hoje
Não seja uma vítima amanhã.

III

Toda mulher tem direito
A viver sem violência
É verdade, está na Lei
Que tem muita eficiência
Pra punir o agressor
E à vítima, dar assistência.

IV

Tá no artigo primeiro
Que a Lei visa a coibir;
A violência doméstica
Como também, prevenir;
Com medidas protetivas
E ao agressor, punir.

V

Já o artigo segundo
Desta Lei Especial
Independente de classe
Nível educacional
De raça, de etnia;
E opção sexual...

VI

De cultura e de idade
De renda e religião
Todas gozam dos direitos
Sim, todas! Sem exceção.
Que estão assegurados
Pela Constituição.

VII

E que direitos são esses?
Eis aqui a relação:
À vida, à segurança.
Também à alimentação
À cultura e à justiça
À saúde e à educação.

VIII

Além da cidadania
Também à dignidade
Ainda tem moradia
E o direito à liberdade.
Só tem direitos nos "As",
E nos "Os", não tem novidade?

XIX

Tem, direito ao esporte
Ao trabalho e ao lazer
E o acesso à política
Pro Brasil desenvolver
E tantos outros direitos
Que não dá tempo dizer.

X

A Lei Maria da Penha
Cobre todos esses planos?
Ah, já estão assegurados
Pelos Direitos Humanos.
A Lei é mais um recurso
Pra corrigir outros danos.

XI

Por exemplo: a mulher
Antes de a Lei existir,
Apanhava, e a justiça.
Não tinha como punir
Ele voltava pra casa
E tornava a agredir.

XII

Com a Lei é diferente
É crime inaceitável
Se bater, vai pra cadeia
Agressão é intolerável
O Estado protege a vítima
Depois pune o responsável.

XIII

Segundo o artigo sétimo
Os tipos de violência
doméstica e familiar
Têm na sua abrangência
As cinco categorias
Que descrevo na sequência.

XIV

A primeira é a Física
Entendendo como tal:
Qualquer conduta ofensiva
De modo irracional
Que fira a integridade
E a saúde corporal...

XV

Tapas, socos, empurrões;
Beliscões e pontapés
Arranhões, puxões de orelha;
Seja um, ou sejam dez
Tudo é violência física
E causam dores cruéis.

XVI

Vamos ao segundo tipo
Que é a psicológica
Esta, merece atenção
Mais didática e pedagógica
Com a autoestima baixa
Toda a vida perde a lógica...

XVII

Chantagem, humilhação;
Insultos; constrangimento;
São danos que interferem
No seu desenvolvimento
Baixando a autoestima
Aumentando o sofrimento.

XVIII

Violência sexual:
Dá-se pela coação
Ou uso da força física
Causando intimidação
E obrigando a mulher
Ao ato da relação...

XIX

Qualquer ação que impeça
Esta mulher de usar
Método contraceptivo
Ou para engravidar
Seu direito está na Lei
Basta só reivindicar.

XX

A quarta categoria
É a Patrimonial:
Retenção, subtração,
Destruição parcial
Ou total de seus pertences
Culmina em ação penal...

XXI

Instrumentos de trabalho
Documentos pessoais
Ou recursos econômicos
Além de outras coisas mais
Tudo isso configura
Em danos materiais.

XXII

A quinta categoria
É Violência Moral
São os crimes contra a honra
Está no Código Penal
Injúria, difamação;
Calúnia, etc. e tal.

XXIII

Segundo o artigo quinto
Esses tipos de violência
Dão-se em diversos âmbitos
Porém é na residência
Que a violência doméstica
Tem sua maior incidência.

XXIV

Quem pode ser enquadrado
Como agente/agressor?
Marido ou companheiro
Namorado ou ex-amor
No caso de uma doméstica
Pode ser o empregador.

XXV

Se por acaso o irmão
Agredir a sua irmã
O filho, agredir a mãe;
Seja nova ou anciã
É violência doméstica
São membros do mesmo clã.

XVI

E se acaso for o homem
Que da mulher apanhar?
É Violência Doméstica?
Você pode me explicar?
Tudo pode acontecer
No âmbito familiar.

XXVII

Nesse caso é diferente;
A lei é bastante clara!
Por ser uma questão de gênero
Somente à mulher ampara
Se a mulher for valente
O homem que livre a cara.

XXVIII

E procure seus direitos
Da forma que lhe convenha
Se o sujeito aprontou
E a mulher desceu-lhe a lenha
Recorra ao Código Penal
Não à Lei Maria da Penha.

XXIX

Agora, num caso lésbico;
Se no qual a companheira
Oferecer qualquer risco
À vida de sua parceira
A agressora é punida;
Pois a Lei não dá bobeira.

XXX

Para que os seus direitos
Estejam assegurados
A Lei Maria da Penha
Também cria os Juizados
De Violência Doméstica
Para todos os estados.

XXXI

Aí, cabe aos governantes
De cada federação
Destinarem os recursos
Para implementação
Da Lei Maria da Penha
Em prol da população.

XXXII

Espero ter sido útil
Neste cordel que criei
Para informar o povo
Sobre a importância da Lei
Pois quem agride uma Rainha
Não merece ser um Rei.

XXXIII

Dizia o velho ditado
Que “ninguém mete a colher”.
Em briga de namorado
Ou de “marido e mulher”
Não metia... Agora, mete!
Pois isso agora reflete
No mundo que a gente quer.

15.

O que fazer para implementar a Lei Maria da Penha?

Maria Amélia de Almeida Teles

Integrante da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora dos Projetos Promotoras Legais Populares e Maria, Maria

A violência contra as mulheres é a expressão maior da discriminação de gênero, por meio da qual a população feminina é alvo de práticas violentas simplesmente por serem mulheres. É fundamental ter essa compreensão para que se possa aplicar a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) adequadamente.

A lei abrange uma das modalidades mais invisíveis da violência contra as mulheres: a violência doméstica e familiar. É extremamente complexo denunciar o homem com o qual se vive ou viveu de forma amorosa, seja marido, companheiro, namorado ou ex-. Outros homens podem ser incluídos, como irmãos, o pai ou mesmo o filho, pois esses também praticam a violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha também define a violência como crime e estabelece as suas várias formas: física, sexual, psicológica, verbal, moral e patrimonial. Reconhece, de forma pioneira, o relacionamento entre lésbicas e a união homoafetiva e considera, para efeitos de um atendimento, que as relações violentas independem da orientação sexual.

Reconhece, ainda, o ciclo da violência (momentos de “lua de mel” e momentos de conflitos e violência) e as dificuldades que as mulheres têm de tomar

uma decisão definitiva de romper com relacionamentos íntimos (sejam filhos, maridos, namorados, companheiros ou ex-). A lei autoriza a renúncia do processo desde que seja na frente de juiz/a, com a presença do/a representante do Ministério Público (art.16).

É necessário destacar dois pontos: o entendimento do que é violência baseada em gênero e a omissão do Estado. Gênero aqui é compreendido como uma categoria social de análise das relações entre mulheres e homens e como estas relações são construídas social e culturalmente. As mulheres são mais discriminadas na sociedade, sofrem opressão/exploração conforme a classe social, a raça/etnia, mas também de gênero.

A falta da intervenção qualificada do Estado por negligência ou pela não implementação de políticas adequadas ou de serviços capazes de dar atenção, escuta e encaminhamento para as mulheres torna-o responsável pela violação de direitos. A violência contra as mulheres é, portanto, uma questão de ordem pública, uma violação de direitos humanos, deixando de ser uma questão meramente de ordem privada.

Há seis anos, a Lei 11.340/06 foi promulgada. Por ter o nome de uma mulher, Maria da Penha, com uma história de dor e luta, por ter sido tão ansiosamente esperada e por ser o Brasil o 17º país da região a fazer uma lei de enfrentamento da violência doméstica, ela se tornou, em pouco tempo, conhecida no campo popular. No entanto, são muitos os desafios para implementar a lei.

A cada 24 segundos, uma mulher é espancada devido à violência de gênero¹. O espancamento é, de modo geral, precedido de xingamentos e ameaças. Os motivos mais frequentes pelos quais as mulheres procuram ajuda externa são os crimes de ameaça e de lesão corporal. O Judiciário resolveu interpretar tais crimes à margem do “espírito da Lei Maria da Penha”, exigindo a “representação” da vítima nos casos de ameaça. Na linguagem jurídica, o termo “representação” significa a manifestação expressa da vítima em processar o acusado. Exercer o direito de representar significa assinar o termo na delegacia de polícia para que, então, se instaure o inquérito policial para apurar os fatos denunciados. No entanto, a mulher não tem recebido a devida orientação jurídica e a adequada atenção sociopsicológica. Vivenciam no cotidiano a “rota crítica”, sendo encaminhadas para diversos serviços sem que nenhum deles realmente lhes atenda. Há juízes que exigem a assinatura do termo de representação, o exame de corpo de delito, para, então, deferirem ou não o pedido de medidas protetivas de urgência. A lei é explícita: deve-se deferir a medida protetiva de

urgência num prazo de 48 horas, no máximo.

Tal procedimento burocrático tem sido um grave impeditivo de acesso à Justiça, o que coloca em risco a vida das mulheres, retardando as medidas urgentes de proteção.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)² apresenta dados que indicam a violência física como a mais frequente, e vai desde a lesão corporal leve até o assassinato.

Os problemas se multiplicam: há poucos Juizados de Violência Doméstica e Familiar; na cidade de São Paulo, há sete unidades, e nenhuma no interior do estado. Os juizados instalados não têm equipe multidisciplinar completa. Na Defensoria Pública, não se prioriza o atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Há situações em que as mulheres não são atendidas por ganharem o valor mensal um pouco acima de três salários mínimos. Nas delegacias de polícia, não se dá a orientação jurídica sobre os direitos garantidos. Não há número suficiente de casas abrigo nem de centros de atenção às mulheres em situação de violência. Os profissionais não são capacitados de forma permanente e adequada para que haja uma atenção especial às vítimas de violência.

O *Mapa da Violência de 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil*³ informa que há um alto índice de assassinatos de mulheres, sendo que o Brasil ocupa o sétimo lugar no *ranking* de assassinatos, entre 84 países. Em 70% dos casos, a causa é a violência doméstica e familiar. No primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha, houve uma ligeira queda no número de assassinatos, mas logo voltou aos patamares anteriores. O que torna dramática a realidade é que, mesmo sob a vigência da Lei Maria da Penha, os assassinatos de mulheres estão se mantendo na mesma intensidade. A gravidade levou à instalação da CPMI da Violência contra a Mulher, que funcionou de fevereiro a agosto deste ano e cujos resultados confirmam essa realidade perversa.

É urgente a criação de esforços articulados no sentido de que a lei seja entendida e incorporada nos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência. Disso depende a vida das mulheres sem violência e com integridade.

Referências

-
1. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC. *Violência Doméstica*. In: _____. *Pesquisa de opinião pública - Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo – Núcleo de Opinião Pública/Sesc, agosto de 2010. (capítulo V). Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>>. Acesso em: 28 set. 2012.
 2. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 6 anos da Lei Maria da Penha. *Mulheres em Pauta*, Brasília, Boletim n. 86 – Edição Especial, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-ano-viii/boletins/bmp-86>>. Acesso em: 2 nov. 2012.
 3. WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

16. Redefinindo Paz: uma alternativa inovadora para o enfrentamento da violência contra a mulher

por Maria Luísa Pereira de Oliveira

*Maria Mulher Organização de Mulheres Negras
e Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*

As mulheres brasileiras vêm elaborando, ao longo do tempo, diferentes estratégias e formas de enfrentar o fenômeno da violência doméstica, legitimada pelas relações de gênero. Estudos sobre o fenômeno têm recebido particular atenção desde a década de 1970, especialmente em função do tensionamento colocado na sociedade pelos movimentos de mulheres e feministas. O sério problema da violência manifesta-se de diferentes formas: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, exploração sexual, mutilação genital, violência racial, por causa de dote ou orientação sexual. A violência pode ser cometida por diversos perpetradores: parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado, sendo que os companheiros e familiares são os principais autores, e os casos são, em sua maioria, severos e repetitivos.

Os alarmantes índices de homicídios em que as vítimas são mulheres colocam o Brasil na sétima posição entre os 80 países do mundo dos quais se

consegue dados com base em estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), segundo o Mapa da Violência 2012. A taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres caracteriza o Brasil como um dos países de elevados níveis de feminicídio, vocábulo que denomina os assassinatos de mulheres motivados pelas discriminações de gênero, permeadas de formas de dominação, exercício de poder e controle sobre as mulheres. O Mapa da Violência também conclui que, em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima e a autoria foi de parceiros ou ex-parceiros. Outro aspecto confirmado pelos dados brasileiros é o de que altos níveis de feminicídio geralmente são acompanhados de elevados níveis de tolerância da violência contra as mulheres e, em alguns casos, são o resultado dessa tolerância. Ainda que muitas das características das agressões se assemelhem às de outros países do mundo, o contexto brasileiro apresenta diferentes sinais que evidenciam a complexidade do problema nacional:

No ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha — ocorrida em agosto de 2006 e que entrou em vigor em setembro daquele ano —, tanto o número quanto as taxas de homicídio de mulheres apresentaram uma visível queda; já a partir de 2008, a espiral de violência retoma os patamares anteriores, indicando nitidamente que as políticas ainda são insuficientes para reverter a situação.

O impacto do racismo também se encontra na produção de violência contra as mulheres negras, relacionada a causas externas como homicídios e suicídios. Analisadas num estudo que descreve dados epidemiológicos do Datasus sobre a situação da violência fatal das mulheres segundo raça/cor em todas as unidades da federação brasileira, em uma série histórica de seis anos (2003 — 2008), comprovaram maiores índices de violência fatal comparando-se mulheres negras — 74,1%, no primeiro triênio e 77,8%, no segundo — com mulheres brancas (BAIROS; OLIVEIRA, 2011).

O cuidado com novas alternativas

Diante desse severo contexto, a iniciativa do projeto *Redefinindo Paz* se coloca como uma alternativa inovadora, que propõe transformações culturais e vem ao encontro da necessidade de mudança de crenças e padrões arraigados e reproduzidos por meio da cultura, que banalizam e naturalizam a violência contra as mulheres, conforme se pode verificar quando uma importante lei não consegue ser efetivamente implementada e nem exercer todo seu poten-

cial de coibição do fenômeno da violência. E também quando um conjunto de ideias como o racismo se constitui elemento catalisador de diferentes formas de violência, ao mesmo tempo em que é violência, de acordo com Werneck (2010). A autora aponta que a experiência do racismo varia conforme o sexo e a identidade de gênero das pessoas. Assim, nas sociedades racistas, meninas, adolescentes e mulheres negras vão experimentar diferentes formas de violência, em patamares mais altos que o vivido pelas meninas, adolescentes e mulheres brancas.

A oficina do projeto *Redefinindo Paz*, realizada em Porto Alegre/RS, em junho de 2011, inaugurando as atividades em todas as regiões brasileiras no transcorrer de dois anos, foi marcada pela representatividade de organizações governamentais e não governamentais. A oficina reuniu representantes do poder público — profissionais do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde, Coordenação Municipal da Mulher — e da sociedade civil organizada — movimento feminista, LGBT, popular, negro, mulheres negras e entidades de direitos de crianças e adolescentes. Um grupo heterogêneo e diverso, composto por mulheres e homens, pessoas negras e brancas, jovens, adultas e da terceira idade, caracterizado pela diversidade racial, representantes de associações comunitárias, universidade, entidades de classe, outros campos de defesa de direitos.

Houve, ainda, a combinação da participação de organizações com importante atuação local e outras com atuação nacional e internacional, o que foi um dos fatores de enriquecimento da atividade (ver detalhamento no capítulo I).

Importante aspecto para reflexão foi a presença de participantes do sexo masculino ter sido significativa, mas não ter atingido o percentual de 50% pretendido. Aparentemente, a questão da violência e seu enfrentamento permanecem na sociedade como temas que dizem respeito ou são responsabilidades apenas das mulheres, mobilizando-nos mais do que aos homens, confirmando a necessidade premente de elaboração de estratégias inovadoras e de intervenção na cultura na perspectiva de transformação social e cultural. Uma das possibilidades para elaboração dessas novas estratégias são a utilização e o aproveitamento de novas tecnologias e formas de comunicação para a construção de diálogos conjuntos e práticas coletivas.

A proposição de uma cultura de paz se apresenta de maneira crítica e articulada, integrando uma proposta de enfrentamento das violências e desigualda-

des que marcam o esforço da sociedade brasileira nas últimas décadas. Assim, não deixa de reconhecer as violações de direitos decorrentes de sistema social, econômico e político sexista, racista, heteronormativo, baseado em princípios do patriarcado e de orientação religiosa judaico-cristã. Considerando a realidade atual sobre a violência contra as mulheres e os conteúdos trabalhados no projeto *Redefinindo Paz*, a construção dessa nova cultura coloca-se como um desafio para toda a sociedade, a fim de que se possa concretizar o direito das mulheres, e de todas as pessoas, a uma vida sem violência.

Referências

- BAIROS, F.; OLIVEIRA, M.L.P. de. *Violência fatal: a vulnerabilidade das mulheres negras*. [Apresentado no III Seminário Internacional Rotas Críticas da Violência, Porto Alegre, maio de 2011]. Mimeo.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil* — Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica. Brasília: OMS, 2004.
- WASELFSZ, J.J. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.
- WERNECK, J. *Mulheres Negras e violência no Rio de Janeiro. Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Rio de Janeiro: ONG Criola, 2010.

Referências

- ANDREOLA, B.A. *Dinâmica de Grupo: jogo da vida e didática do futuro*. 12a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1996.
- ANTUNES, C. *Manual de Técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização, de ludopedagogia*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.
- BAIROS, F.; OLIVEIRA, M.L.P. de. *Violência fatal: a vulnerabilidade das mulheres negras*. [Apresentado no III Seminário Internacional Rotas Críticas da Violência. Porto Alegre. maio de 2011]. Mimeo.
- BOAL, A. *200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*. aª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- CHARF, C, (coord.). *Brasileiras Guerreiras da Paz*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia : Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.
- FAGUNDES, T.C.P.C. Educação e Construção da Identidade de Gênero. In: FAGUNDES, T.C.P.C. *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador: UFBA, 2001.
- FRITZEN, S.J. *Dinâmicas de recreação e jogos*. aª ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1996.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- MELO, V. *Folclore infantil*. Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia, 1980.
- MIRANDA, N. *200 jogos infantis*. 8a ed. Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia, 1983.
- MONTEIRO, R.F. *Jogos Dramáticos*. São Paulo: McGraw-Hill, 1980.
- NOVAES, I.C. *Brincando de Roda*. São Paulo: Livraria Agir Editora, 1983.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil - Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica*. Brasília: OMS, 2004.
- PLOU, D.; VIEIRA, V. *Mulher e Tecnologias - a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007.
- PORTELLA, A.P.; GOUVEIA, T. *Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1998.
- PRADO, Mo Ao Mo; MACHADO, Fo Va. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008. (Preconceitos). v.5.
- PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. *Campanha: Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos*. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida. Brasília: Ministério da Saúde /Programa Nacional de DST e Aids, s/d.
- ROSSINI, E.; SAIDEL, R.; CALIÓ, S.; JESUS, I. USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero. Revista Comunicação e Educação, USP-ECA/ Ed.Moderna, n. 8, JanAabr/1997.

UNESCO: *Linguagem Não-Sexista*. São Paulo: Ed. Texto Novo, 1996.

VIEIRA, V.F. *Comunicação e Feminismo*: as possibilidades da era digital. Tese (Doutorado). ECA, USP, 2012.

WASELFSZ, Jo Jo. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WERNECK, Jurema. *Mulheres Negras e violência no Rio de Janeiro. Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Rio de Janeiro: ONG Criola. 2010.

Sitiografia

ASSOCIAÇÃO MULHERES PELA PAZ. Disponível em: www.mulherespaz.org.br. Acesso em: 2 ago. 2012.

ONG REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.redemulher.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2011.

PEACEWOMEN ACROSS THE GLOBE. Disponível em: <www.1000peacewomen.org>. Acesso em: 15 jun. 2011.

PINEDA, M., coord. Unidad Didáctica Yo Tu El/Ella Sexista. Cladem (Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer). República Dominicana. Campaña Educación no sexista y antidiscriminatoria. CIPAF.2008. Disponível em: <<http://educacion-nosexista.org/repo/guiasexistauv.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

PROMUNDO. Disponível em: <www.promundo.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2011







MULHERES
e HOMENS
TRABALHANDO
PELA PAZ
e CONTRA
a VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Vera Vieira é diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP) e foi quem idealizou e coordenou o processo de construção coletiva do projeto que alicerça esta publicação. É jornalista, com doutorado em Comunicação Social, pela ECA/USP.



Clara Charf é presidenta da Associação Mulheres pela Paz (AMP) e, aos 87 anos, continua a ser uma incansável lutadora na defesa da paz, em seu sentido mais amplo de segurança humana e justiça.

Este livro é fruto de um processo de construção coletiva realizado nos anos de 2011 e 2012, em cidades de diferentes regiões brasileiras – Porto Alegre/RS, Macapá/AP, São Bernardo do Campo/SP, São Paulo/SP, Aracaju/SE e Cuiabá/MT – no marco do projeto *REDEFININDO PAZ – Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens*.

Sob a perspectiva da redefinição do conceito de paz, como prática cotidiana alicerçada na segurança humana e na justiça, o projeto considera que a harmonia das relações de gênero depende do esforço de mulheres e homens, pois “gênero” é uma construção social que vem sendo culturalmente aceita e historicamente mantida por milênios, necessitando ser modificada por ambos, em busca de um mundo melhor.

Em seu conteúdo, esta publicação apresenta tanto textos com os conceitos básicos que se entrelaçam na metodologia proposta – tais como o de paz ampliada de acordo com a resolução 1325 da ONU, metodologia de educação popular feminista, relações sociais de gênero, masculinidades, violência de gênero, recorte de classe/raça-etnia/orientação sexual – quanto os destaques das especificidades da produção de cada localidade. Com a experiência desse percurso pelas diferentes regiões brasileiras, foi possível elaborar uma tabela com sugestões de diretrizes e ferramentas para futuras práticas. Há também um amplo material com dinâmicas de educação popular feminista, que contribui para o processo de multiplicação desta iniciativa.

realização:



associacao@mulherespaz.org.br
www.mulherespaz.org.br

Praça da República, 376 7o andar cj. 71 Centro CEP 01045-000 São Paulo SP
Telefax: (55 11) 3224-9454

parceria:



apoio:



patrocínio:

